

**LISANDRA ZAGO**

**ETNOISTÓRIA BORORO:  
CONTATOS, ALIANÇAS E CONFLITOS  
(SÉCULO XVIII E XIX)**

**UFMS/UFGD  
Dourados, MS  
2005**

**LISANDRA ZAGO**

**ETNOISTÓRIA BORORO:  
CONTATOS, ALIANÇAS E CONFLITOS  
(SÉCULO XVIII E XIX)**

**UFMS/UFGD  
Dourados, MS**

**2005**

**LISANDRA ZAGO**

**ETNOISTÓRIA BORORO:  
CONTATOS, ALIANÇAS E CONFLITOS  
(SÉCULO XVIII E XIX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Região e identidades.

**Linha de Pesquisa: História Indígena.**

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos.

Dourados, Mato Grosso do Sul  
2005

**980.417 ZAGO, Lisandra.**

Z 18 e            Etnoistória Bororo: Contatos, alianças e conflitos

(Séculos XVIII e XIX) / Lisandra Zago. Dourados, MS: UFMS, CPDO, 2005.

135 p.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

1. Índios Bororo – Mato Grosso – Conflito. I. Título.

**LISANDRA ZAGO**

**ETNOISTÓRIA BORORO:  
CONTATOS, ALIANÇAS E CONFLITOS  
(SÉCULO XVIII E XIX)**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

**COMISSÃO JULGADORA**

Presidente e orientador \_\_\_\_\_

2º Examinador \_\_\_\_\_

3º Examinador \_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ 2005

## **DADOS CURRICULARES**

LISANDRA ZAGO

Nascimento: 10/01/1980 – Cascavel/PR

Filiação: Claudete Zago

Dileto José Zago

1998/1999

Curso de Graduação – Licenciatura Plena em Filosofia

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

1998/2000

Grupo de pesquisa “Pe Rodolfo Lukenbein”. Projeto: Alcoolismo na Reserva indígena

Sagrado Coração de Jesus - Meruri. Sub-grupo: A família bororo - UCDB.

## **RESUMO**

Este trabalho consiste em estudo etnohistórico sobre os contatos, alianças e conflitos interétnicos mantidos pelos Bororo nos séculos XVIII e XIX, atuando como sujeitos ativos e participantes no processo histórico de Mato Grosso. Apresento alguns aspectos da organização sócio-espacial bororo na intenção de ilustrar as mudanças decorrentes dos contatos interétnicos. Sob a presença do não-índio e a consequente disputa pelo território (a partir de 1718), exponho não somente como se ampliaram as relações interétnicas (conflitos com bandeirantes, nova sociedade local e outros indígenas), mas também, como os próprios Bororo encararam cada uma destas fases, desde a caça ao índio até a formação de povoados em seus territórios.

## **ABSTRACT**

This paper reports the contacts, alliance and *inter-ethnics* conflicts of the *ethno-history* study, maintained for The Bororo in the Centuries XVIII and XIX, behaving like participant and active person in Mato Grosso historic process. I present here some aspects of their social-territory organization in pretending to show the consequent changes from *inter-ethnics* contacts. Through the no-Indian presence and the territory dispute (from the 1718), I don't explain just the way how the *inter-ethnics* relation widen (conflicts with expedition members, new society settled and the others Indians), but also how The Bororo faced everyone of this periods, since the hunting until the village formation in heir territory.

*À minha mãe,  
sempre presente em meus pensamentos  
e aos índios Bororo,  
principal motivo desta produção.*

## **AGRADECIMENTOS**

Desejo expressar meus agradecimentos a todos aqueles que, de uma maneira ou outra contribuíram para a realização deste trabalho. Inúmeras pessoas cooperaram de maneiras distintas e espero que elas reconheçam a suas colaborações.

Gostaria no entanto, de agradecer diretamente a algumas destas pessoas:

Aos meus familiares e amigos, pela paciência e compreensão diante de minhas ausências e silêncios prolongados em várias fases deste trabalho, principalmente pelas palavras de incentivo nos momentos em que o fim parecia inatingível.

Minha mãe, que em inúmeras madrugadas e noites, levou e buscou-me na rodoviária, também pelas leituras que fez, na intenção de motivar-me.

Aos Bororo, especialmente os da Reserva Indígena de Meruri, que sempre me acolheram com muito carinho e despertaram a minha admiração. Aos missionários (SDB) Me Mário Bordignon, Pe Gonçalo Ochoa Camargo e Pe Guilherme Velasquez Morales.

Ao professor Cláudio Alves de Vasconcelos, pelo apoio e palavras amigas de orientação.

Ao professor Paulo Cimó pelo incentivo, ao professor Zorzato, por suas valiosas contribuições quando fui aluna especial, professora Ceres pelas palavras amigas e professor Jorge, pela colaboração no início deste trabalho.

Ao museu Rondon, na pessoa de Antônio João de Jesus, pelo carinho, amizade e as valiosas contribuições.

Ao Ricardo Moreira Aguiar e família, pela estadia em Cuiabá, carinho, amizade e compreensão.

Ao apoio e carinho da Odila S. Lange, Mônica Carneiro e Maria das Graças C. Siebert e famílias pela estadia em Dourados.

Aos colegas de mestrado Gilson e Ricardo, que tantas vezes dividimos boas conversas e angústias nas rodoviárias e ônibus, também à Meire, Neli e Marcos pela amizade.

Ao Centro de Documentação Indígena da UCDB, por proporcionar um espaço de estudo e pesquisa, em nome do Padre George Lachnit e Mariza Irala.

A minha prima Karolinne Oliveira e Paulo Afonso na correção de artigos. Meu irmão Lucinei por ter sido companheiro em todos os momentos e em especial, à Aline Florentino Balta, pela revisão da dissertação, carinho e motivação nesses últimos meses de trabalho.

E, finalmente, a CAPES, que oportunizou, através do suporte financeiro, a realização deste trabalho.

“A selva insuspeita que engole implacavelmente os vestígios da ação humana pode ocultar, sob o seu silêncio, a fantástica possibilidade do reencontro com o passado, que só a paixão pode realizar.”

(Denise Maldi Meireles, 1989)

## SUMÁRIO

Resumo.....	7
<i>Abstract</i> .....	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS.....	14
 INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I: Quem são os Bororo	
<b>Capítulo I – Etnoistória Bororo: Organização sócio-espacial</b> .....	21
1.1. Organização sócio-espacial dos Bororo.....	22
1.2. Etnônimo Bororo.....	24
1.3. Bakáru ou origem.....	29
1.4. Território.....	34
1.5. Bororo Ocidentais e Orientais.....	40
1.6. Aldeias.....	44
 PARTE II – Contatos interétnicos e mudanças sócio-culturais	
<b>Capítulo II – Mato Grosso, a terra da conquista (ou da disputa)</b> .....	54
2. 1. Os caminhos à “terra da conquista”: de São Paulo a Mato Grosso.....	56
2.1.1. As expedições monçoeiras .....	59
2.2. O povoamento.....	64
2.2.1. Os primeiros contatos entre Bororo e não-índios.....	65
2.2.2. O comércio.....	79
2.2.3. A política de povoamento.....	83
 <b>Capítulo III – Contatos e conflitos</b> .....	93
3.1. Aliciamento de Bororo por não-índios .....	94
3.2. Estratégia de guerra: aliança com não-índios .....	97
3.3. O fim da aliança e o retorno das expedições punitivas .....	101
3.4. Conflitos com grupos tribais vizinhos.....	109
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
Anexos.....	127

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Tronco lingüístico Macro-jê / Família Jê.....	28
<b>Figura 2:</b> Tipo de bororo leptorrino e tipo de bororo platirrino.....	31
<b>Figura 3:</b> Via fluvial São Paulo–Cuiabá percorrida pelos bandeirantes.....	34
<b>Figura 4:</b> Vista aérea da Aldeia Córrego Grande, 1971.....	45
<b>Figura 5:</b> Planta de uma aldeia Bororo.....	48
<b>Figura 6:</b> Pátio da aldeia Garças, com defunto em processo de decomposição.....	49
<b>Figura 7a:</b> Crânios e restos de cesta funerária encontrados numa gruta funerária.....	51
<b>Figura 7b:</b> Ossos maiores encontrados numa gruta funerária.....	51
<b>Figura 8:</b> Organização Política/Religiosa dos Bororo.....	52
<b>Figura 9:</b> Linhas telegráficas de Mato Grosso.....	55
<b>Figura 10:</b> Rota ordinária das monções. Caminho das bandeiras seiscentistas para o Rio Paraguai.....	62
<b>Figura 11:</b> Localização do Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, na margem esquerda do Rio Cuiabá, entre os rios Coxipó-Mirim e Coxipó-Açu <sup>1</sup> , e a <i>Chapada</i> , (hoje Chapada dos Guimarães).....	72
<b>Figura 12:</b> Armas (Brasão) da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1727: Fênix sobre monte de folhetas de ouro.....	76

### MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização das terras Bororo em Mato Grosso.....	35
<b>Mapa 2:</b> Habitat Bororo, Área I. (anexo).....	127
<b>Mapa 3:</b> Habitat Bororo, Área II. (anexo).....	128
<b>Mapa 4:</b> Habitat Bororo, Área III. (anexo).....	129

### TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Tributos de ouro enviados à Coroa Portuguesa.....	78
<b>Tabela 2:</b> Valores de cargas comercializadas.....	80
<b>Tabela 3:</b> Comparativo da população de Cuiabá e Vila Bela (1817 e 1818).....	88

---

<sup>1</sup> Mirim e Açu ou guassu, quer dizer, respectivamente pequeno e grande.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

8s. – Oitavas.

Arroba – Peso antigo de 32 arráteis, hoje aproximado em 15 quilos.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APMT – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

APSP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CDI – Centro de Documentação Indígena/UCDB

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

FUNAI – Fundação Nacional de Assistência ao Índio

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGMBT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

MRDB – Museu Regional Dom Bosco

MSMT – Missão Salesiana do Mato Grosso

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação em História Regional

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGMBT – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

## INTRODUÇÃO

Muitos pesquisadores se dedicaram ao estudo do povo Bororo, “o povo indígena mais estudado do Brasil e um dos mais estudados do mundo” (BORDIGNON, 2001, p. 15). Esta afirmação também é sustentada pela antropóloga Thekla Hartmann (1976), que afirma haver mais de uma centena de títulos dedicados parcial ou totalmente a essa cultura.

Mediante os contatos com a população não-índia vinda principalmente de São Paulo alguns grupos Bororo enfrentaram, fugiram e testemunharam a extinção acelerada de suas aldeias e de sua população. O primeiro massacre de Bororo, em conflito com os não-índios, remonta ao ano de 1718, e, a partir desse momento, outras chacinas aconteceram. O número de índios mortos não ficou registrado na documentação da época. Os documentos geralmente apontam o número de bandeirantes, os homens, os brancos, distinguindo-os de negros e índios. O reflexo de tanta violência aparece mais claramente na dizimação de aldeias dos Bororo Ocidentais, alvos de muitos massacres.

Na fazenda Jacobina, ao Sul de Cáceres, pelos anos de 1810 e 1816, foram mortos mais de 450 Bororo em guerra declarada. Para o ano de 1886, segundo Caldas (1887), os Bororo Orientais somavam 3.595 indivíduos, distribuídos em 34 aldeias. Já para o ano de 1910, um recenseamento realizado em aldeias dos Bororo Orientais apresentou um total de 1.500 indivíduos (OCHOA, 2001).

No início do século XVIII, esse território então pertencente aos chamados Bororo Coxiponês (Bororo Oriental) foi contato pelo bandeira de Antônio Pires de Campos (os primeiros não-índios a alcançar essa região), que atacou e destruiu uma aldeia, retornando para São Paulo com muitos cativos índios. Posteriormente veio a bandeira de Pascoal Moreira Cabral que, casualmente, encontrou o ouro, desencadeando a exploração do minério em Cuiabá e região. A descoberta do ouro intensificou o fluxo das bandeiras para o interior da província de Mato Grosso, tornando constante os “encontros” com os Bororo e, freqüentemente, resultando em guerra contra aqueles que não aceitavam a condição de submissão à “civilização”.

Esses fatos trouxeram drásticas consequências para as populações indígenas: a depopulação decorrente de conflitos bélicos e expedições punitivas; a aceleração do

processo de mudança sociocultural; o trabalho escravo; proibição de seus rituais; perda de grande parte de seu território tradicional; epidemias; alcoolismo e outros.

As autoridades pouco se preocupavam com o bem estar dos índios, aliás, a presença indígena (desde que não incorporada à sociedade) era considerada obstáculo ao processo de exploração e expansão. A meta era encontrar riquezas, proteger fronteiras e ocupar “espaços vazios”.

Visando responder à necessidade acadêmica de superar as fronteiras entre a História e a Antropologia, sobretudo no tratamento do passado dos povos indígenas, fiz uma análise sobre a participação dos Bororo na história do antigo Mato Grosso inspirada na metodologia Etnoistórica. Para isso foram trabalhadas fontes textuais produzidas por não-índios na perspectiva da interdisciplinaridade entre História, Antropologia e Arqueologia, respeitando as particularidades de cada área.

Segundo Caleffi (1992), essa metodologia nasceu da necessidade de se repensar a história americana, africana, australiana e das sociedades que habitavam ou habitam as ilhas do Pacífico, buscando a historicidade inerente a cada cultura e, principalmente, procurando entender o processo pelo qual cada etnia passou, especialmente a partir do contato com as culturas ocidentais (européias).

A importância da investigação etnohistórica se distingue pelo seu ecletismo “a análise documental se combina com os métodos arqueológicos, etnográficos, lingüísticos e com outras classes de métodos para coletar dados” (CARMACK, 1979, p. 19). O mais importante disso são as técnicas desenvolvidas pelos historiadores, das quais os etnohistoriadores têm se apropriado para o trabalho com fontes textuais. Com a interdisciplinaridade a etnohistória se caracteriza pela diversidade de fontes, que segundo Trigger (1982), favorece ao etnohistoriador ser mais apto que os historiadores convencionais nas tradições orais e em outros dados, por apoiarem na arqueologia, lingüística histórica, antropologia física e etnologia comparativa para complementar os registros escritos.

Toda documentação que apresenta informações a respeito de grupos étnicos, produzidas sem rigor ou fins científicos (etnológicos), como relatos de viajantes e de missionários, documentação oficial produzida pela Diretoria Geral de Índios<sup>2</sup> e relatórios de presidentes da província são aqui consideradas fontes textuais.

---

<sup>2</sup> A Diretoria Geral de Índios foi uma instituição que funcionou até o século XIX em Mato Grosso “cuja função era resolver as contendas entre brancos e índios, através de critérios da justiça, retirada das leis provinciais” (SIQUEIRA *et al.*, 1990, p. 227)

A manipulação das fontes primárias revelou a escassez de documentos historiográficos publicados, em especial sobre os Bororo, dificultando o conhecimento da história do período remoto.

A abordagem teórica foi desenvolvida a partir da antropologia cultural e da história cultural. Visto que muitos trabalhos na História e na Antropologia tendem a ser, ao mesmo tempo, trabalhos empíricos e teóricos, que atravessam divisores de metas e de temas que, mais unem que separam os dois campos.

Para a elaboração dos capítulos foi primeiramente realizada uma pesquisa detalhada sobre os Bororo a partir de fontes etnohistóricas<sup>3</sup>. As fontes primárias para o século XVIII resumem-se em documentos oficiais de cunho administrativo, como Cartas dos Presidentes das Províncias, Relatórios Provincianos, Códices do Período Colonial, Livros de Registros, decretos e outros, além de relatórios de viagens, informações, itinerários, notícias, diários e “memórias”, encontrados no Arquivo Nacional (RJ), Núcleo de Estudos Históricos do Mato Grosso (NDIHR) e Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Outros documentos e materiais para o século XIX e, principalmente para o século XX, foram encontrados no Centro de Documentação e Exposição Permanente de Adornos Clânicos e Artesanatos da Aldeia Indígena Sagrado Coração de Jesus – Meruri (Município de General Carneiro, MT).

A Biblioteca Nacional (RJ), o Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio” (UNICAMP), o Centro de Documentação Indígena (UCDB), o Museu do Índio (RJ), o Museu e Fundação Cândido Rondon (UFMT), as bibliotecas da UFMS, da UFMT e da UCDB foram importantes fornecedores de documentações e materiais.

Apresento aos que pretendem estudar os Bororo, algumas obras de fácil acesso e que apresentam ricas informações culturais e históricas:

Claude Lévi-Strauss, quem mais divulgou academicamente os Bororo, na obra *Antropologia estrutural* reúne diversos textos, com o objetivo de esclarecer o método estrutural em Antropologia. No capítulo em que analisa a organização social, *organizações dualistas*, faz uma interpretação da aldeia bororo. Direciona sua pesquisa para a relação social e sempre vincula os espaços a dualidades, a oposições. Em seqüência vem a obra

---

<sup>3</sup> O conceito de Etnoistória é apresentado por Carmack (1979, p. 17) como: “[...] un conjunto de técnicas y métodos para estudiar la cultura através del uso de las tradiciones escritas y orales”. Porém, não utilizei as fontes orais, por tratar-se de período remoto.

*Antropologia estrutural dois*, na qual o autor reúne vinte e cinco textos gerais sobre antropologia estrutural. Ao abordar os Bororo, se preocupa em confrontar seus dados aos dos salesianos, os pontos em conflito são especulados pelo autor, através de suposições. Na obra *Tristes trópicos*, Lévi-Strauss dedica a sexta parte do livro aos Bororo. Descreve suas impressões sobre a aldeia e o mundo que encontrou. O contato realizado foi com a aldeia de *Kejara* e, o enfoque principal, está ligado ao parentesco e às relações sociais. Sua preocupação também abrange os objetos encontrados na aldeia, ou seja, a cultura material ou sistema tecnológico.

Antônio Colbacchini e César Albisetti, publicaram em 1942 a obra *Os Boróros Orientais: Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso*. Escreveram sobre lendas, cantos e a gramática Bororo. Esses dados foram recolhidos e atualizados posteriormente pela *Enciclopédia Bororo*. Em 1962 foi publicado o primeiro volume da *Enciclopédia Bororo*, por César Albisetti e Ângelo Jaime Venturelli e, em 1969 e 1976 foram publicados consecutivamente o segundo e o terceiro. A segunda parte do terceiro volume foi publicada em 2002. A *Enciclopédia Bororo* é uma descrição etnográfica densa, de suma importância para todos pesquisadores. Já existe até dissertações, como a da Lúcia Elaine Fagundes (1995), que enfocou basicamente os três primeiros volumes da *Enciclopédia Bororo*, valendo-se dos elementos naturais da região, lugar e caminho, que constituem o espaço arquitetônico.

Renate Brigitte Vierler (1976), na obra *As aldeias Bororo*: alguns aspectos de sua organização social, aborda a sociedade Bororo no momento do contato com os não-índios. Na sua tese de livre-docência, *Aroe J'Aro: implicações adaptativas das crenças e práticas funerárias dos Bororo do Brasil Central* (1982) autora trata minuciosamente das relações sociais do povo Bororo. Desse trabalho se originaram as publicações *As Duras Penas*: um histórico das reações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso (1990), e *A refeição das almas*: uma interpretação etnológica do funeral dos índio Bororo (1991). A autora também desenvolve uma discussão sobre a circularidade da aldeia Bororo.

Sylvia Caiuby Novaes (1979), em sua dissertação de mestrado, escreveu *Mulheres, Homens e Heróis*: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo, trazendo a sua experiência no cotidiano bororo. A sua vivência na aldeia percorre a convivência social, na qual retrata as casas e suas relações, assim como outros elementos culturais.

Mário Bordignon (1986), em *Os Bororo na História do Centro Oeste Brasileiro 1716–1986*, faz um resumo dos principais acontecimentos a partir dos contados dos Bororo com a chamada *civilização ocidental*. São analisados as lutas e perseguições, as colônias militares, os missionários salesianos, a linha telegráfica, a política indigenista e alguns aspectos da cultura. Escreveu também *Róia e Baile - Mudança Cultural Bororo* (2001), uma obra de fácil leitura, que tenta fazer um retrato dos Bororo, 275 anos depois da fundação de Cuiabá.

Irmhild Wüst (1990), na sua tese de doutorado *Continuidade e Mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*, propõe uma busca através de fontes etnológicas, etnohistóricas e etnográficas. A partir destas informações identifica antigas aldeias existentes no passado e analisa, arqueologicamente, a organização da aldeia Bororo e seus espaços internos; também publicou obras sobre outros grupos do Brasil Central, voltados ao caso bororo, à etnicidade e à tradição ceramista. Seus estudos foram conhecidos no âmbito do projeto *Etnoarqueológico e Arqueológico da Bacia do Rio São Lourenço*.

A obra de Maria Augusta Castilho (2000), *Índios bororo e os salesianos na missão dos Tachos*, também traz uma singular contribuição para a história dos Bororo, em especial para o estudo da primeira missão indígena salesiana no Brasil.

Antônio Hilário Aguilera (2001), autor da obra *Curriculum e cultura entre os Bororo de Meruri*, relata como foram trabalhados em sala de aula os conteúdo do ritual sagrado do Mano, nos diversos campos disciplinares, alfabetização, línguas, matemática, geografia, ciências. Ele recupera, pela memória social, sobretudo dos professores envolvidos nas tramas desse processo, aspectos históricos e culturais dos Bororo.

Maria Auxiliadora de Almeida (2002), na sua dissertação de mestrado, estudou contato dos Bororo Coroado com a sociedade mato-grossense. Analisa o papel da índia Coroado Cibá Modojebádo, a Rosa Bororo, nas expedições militares organizadas pelo presidente da província Joaquim Galdino Pimentel e comandadas pelo alferes Antonio José Duarte, que no ano de 1886 partiram de Cuiabá rumo ao Alto rio São Lourenço, com o propósito de realizar a “pacificação” dos Coroado.

Edir Pina de Barros & Mário Bordignon, escreveram em 2003 um Relatório ao Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI, fazendo *Estudos e Levantamentos Prévios Históricos – Antropológicos de Jarudóri*. Um

trabalho sobre a cultura e história Bororo, resultado de uma pesquisa que abrange desde os primeiros contatos com os Bororo, até a situação atual da invasão de não-índios na terra indígena de *Jarudóri*.

Apesar de tudo que já se escreveu sobre os Bororo, na maioria das vezes as atenções se voltam para a análise de sua organização social vista em sua complexidade. Minha dissertação, frente ao que foi produzido sobre esses índios, não apresenta grandes novidades dentro do ponto de vista teórico-metodológico. Trata-se apenas de uma tentativa um tanto pretensiosa de reflexão sobre a História Bororo enquanto sujeitos ativos e participantes no processo histórico de Mato Grosso.

Este trabalho conjuga duas abordagens distintas: na primeira parte, *Quem são os Bororo*, composta fundamentalmente no capítulo I, trato especificamente da apresentação de alguns aspectos da sua organização sócio-espacial. Com esta abordagem não pretendo apresentar nada inédito, pois não anseio a pesquisa de campo, mas apresentar simplificadamente ao leitor, algumas características da cultura Bororo, para que ele possa acompanhar o meu raciocínio quando estiver tratando de continuidades e mudanças. Os dados utilizados para a elaboração deste capítulo provêm, basicamente, de fontes secundárias.

A segunda parte, *Contatos interétnicos e mudanças sócio-culturais*, comprehende os dois outros capítulos: o capítulo II que aborda o contato entre os índios e não-índios e a disputa pelo território a partir de 1718, analisa não somente a forma como se ampliam as relações interétnicas, mas também, como os próprios Bororo encararam cada uma destas fases, desde a caça ao índio até a formação de povoados em seus territórios. O capítulo III exemplifica de forma geral os conflitos entre Bororo, bandeirantes, sociedade local e outros grupos indígenas, numa tentativa de analisar como os Bororo pensavam e reagiam às guerras.

## CAPÍTULO I

### ETNOISTÓRIA BORORO: ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

[sic] *Tori*, a pedra, e *Kado*, a taquara, conversavam sobre com qual das duas a vida do homem deveria se assemelhar.

Diz *Tori*: A vida do homem deve ser semelhante a mim; terá, assim, vida longa como a minha.

Ao que *Kado* retrucou: Não, não; a vida do homem deve ser como a minha. Eu morro, mas volto à vida.

*Tori* não aceitou e prossegue argumentando: Não pode ser assim; eu não douro ao soprar dos ventos e à força das chuvas, o calor não me prejudica, a minha vida é longa; antes, não tem fim, e ainda mais, não tem dor e preocupação.

*Kado* não desiste e finaliza: Não. Como a minha há de ser a vida do homem. Infelizmente morrerei, mas hei de ressurgir nos meus filhos. Eu não faço assim? Observe ao meu redor. E como os meus filhos, também os deles terão uma pele mole e branca.

*Tori* não soube o que responder e zangado foi-se embora.

Mito Bororo sobre a vida do homem  
(COLBACCHINI & ALBISETI, 1942, p. 260).

A discussão entre *Tori* e *Kado*, uma representação comparativa entre a eternidade e a vida, passou a conduzir a essência do constante nascer e reproduzir da vida Bororo. A atividade transitória que rege os destinos é uma constante mutação vital, tal qual *Kado* que brota suas mudas em círculos em torno da taquara original, deste mesmo modo o Bororo, que nasce, reproduz e morre, dando lugar aos seus descendentes, habitando as choupanas que circundam o centro da aldeia.

Traçando um paralelo entre o mito de *Kado* e os Bororo, observa-se que ambos são seres terrestres, mortais e de “pele mole e branca”.

O crivo rigoroso da seleção cultural, para os Bororo, ressalta a importância das vivências místicas, em especial aquelas vinculadas à morte. Esta seleção favorece aos índios que se adequam à cultura, seriam eles os *pogurureuge* (aqueles que possuem vergonha e sabem se comportar) e elimina naturalmente aqueles que possivelmente

poderiam dar problema ao grupo, os *pogurubokwareuge* (aqueles que não possuem vergonha, desrespeitosos e ambiciosos).

O mérito pessoal dá direito à vida e os mantêm fortes envelhecendo por causa do *bópe*, que também lhes tira os filhos. Por falharem em alguma coisa os respeitosos também morrem, pois o único ser eterno é o *bópe* tal como *Tori*, a pedra. Os *Bóe* nascem, vivem e morrem como *Kado*, a taquara que vive e germina seus brotos, que crescem e a substituem depois que morre (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1969). Os Bororo acreditam que mesmo após a morte eles não perdem a alma (*aróe*) porque sua vida não está fundamentada nos processos fisiológicos, mas na eternidade do contexto cultural baseado no processo de trocas de alimento, nos enfeites e nos cônjuges (VIERTLER, 1976).

Neste primeiro capítulo, apresento os estudos referente a etnoistória sócio-espacial dos Bororo, abordando temas referente ao etnônimo origem, território, povo e aldeia. Não pretendo, porém, esgotar as informações a este respeito e nem descobrir algo novo, visto que sobre este assunto (organização sócio-cultural) muito já foi escrito.

A intenção, *a priori*, não é de aprofundar os estudos antropológicos e culturais específicos do grupo, tendo em vista a existência da Enciclopédia Bororo (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962, 1969, 1976 e 2002), uma descrição etnológica densa, de suma importância para todos os pesquisadores, mas busco contextualizar os Bororo, apresentando-os ao leitor, para então dar prosseguimento ao estudo.

## 1.1. Organização sócio-espacial dos Bororo

Entende-se por organização sócio-espacial um processo social ligado à idéia de ordem, de sistematização de uma entidade, em que se engajem pessoas para um trabalho coordenado no espaço territorial, com padrão estável de inter-relações das partes componentes (Dic. Ciências Sociais, 1986).

Os elementos constitutivos da organização do espaço devem ser definidos com grande flexibilidade, a partir de uma unidade territorial mínima na qual se evidenciam os

problemas relativos às condições de existência de um grupo humano, que está relacionado: a) ao espaço alimentar, destinado à produção de produtos primários, seja agricultura, criação, silvicultura, caça e pesca; b) às zonas de produção artesanal; c) aos caminhos; d) ao espaço residencial; e) às zonas recreativas ou de lazer.

Uma organização social pode ser composta de indivíduos geralmente atuantes numa capacidade efetiva, não sendo forçosamente composta de unidades idênticas. Ao contrário, utiliza as diferenças complementares que se adaptam a um padrão efetivo, relacionado com a consecução das suas funções. As organizações sociais “evoluem” como estruturas desse relacionamento, desempenhando funções de maneira mais eficiente e duradoura que aquelas desempenhadas por pessoas não organizadas.

Toda sociedade pode ser compreendida como um sistema complexo de organizações. Considera-se, geralmente, que as formas das organizações sociais são, até certo ponto, dominadas por suas funções, ou seja, sem uma ou mais funções ativas, nenhuma estrutura poderá ser duradoura. Na realidade, entretanto, uma organização pode existir tanto com funções precisas e unitárias quanto com funções vagas, múltiplas ou mutáveis. Em geral, é um ampliador de poder e também uma base para grande parte da ordem e da previsibilidade na sociedade. A expressão “organização social” também é usada com referência ao processo pelo qual se forma o padrão de relacionamento (Dic. de Ciências Sociais, 1986).

As relações dos Bororo com a organização sócio-espacial é marcada por uma estrutura clânica, com a presença do cosmo Bororo, rico em significados, em cujo centro, encontra-se a celebração dos funerais<sup>4</sup>

Os Bororo obedecem ao padrão tradicional da maioria das sociedades pertencentes ao tronco lingüístico<sup>5</sup> Macro-Jê. Caracteriza-se por uma estrutura social de grande complexidade, abrangendo diversos sistemas de metades que se entrecortam e são dotadas de funções específicas, como os clãs, classes de idade e ceremoniais. A sua vida é movida por um conjunto de atividades, por exemplo: caça, pesca, coleta, cultivo,

---

<sup>4</sup> O funeral transformou-se em expressão da identidade étnica bororo, segundo Renate Brigitte Vierbler “[...] representa o ‘foco’ ou ‘interesse cultural’ da cultura dos Bororo da atualidade, o seu sentido ou ethos específico, presidindo o significado de suas vivências [...]” (VIERTLER, 1991, p. 14)

<sup>5</sup> Um tronco lingüístico é uma raiz ancestral, abrange algumas famílias lingüísticas e essas, por sua vez, inúmeras línguas.

artesanatos e ciclos religiosos. Aqui nos limitaremos à organização sócio-espacial começando pelo nome Bororo ou etnônimo.

## 1.2. Etnônimo Bororo

O termo “bororo” foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros desse mesmo grupo, mas que também podem ser pesquisados pelos diversos nomes e apelidos recebidos no decorrer da história. Foi possível levantar os seguintes nomes: Araés, Aracys, Ararirá, Aravirá, Araripoconé, Biriouné, Biriwoné, Bororo da Campanha, Bororo Cabaçal, Bóe, Bóe, Bororó, Bororo Oriental, Bororo Ocidental, Coxipó, Coxiponé, Cuiabá, Koxiponé, Coroad, Porrudos, Oráripoconé, Orári Mógo-dóge, Oraril, Purianas e Pararionés<sup>6</sup> (CALDAS, 1887; BORDIGNON, 1986; MONTEIRO & BRASIL, 1998).

Por ocuparem uma região tão vasta e pouco conhecida em tempos coloniais pelos não-índios, pensavam que vários fossem os grupos étnicos encontrados no imenso território. Talvez essa foi a causa que levou os primeiros bandeirantes<sup>7</sup> a apelidar, genericamente, com diversos nomes, os Bororo.

Sabe-se que a palavra bororo também significa pátio da aldeia, mas não se tem conhecimento ao certo do que levou a ser usada como epônimo. Expressamente há dois motivos: o primeiro, é que derivou dos cantos executados pelos índios, pois os primeiros bandeirantes perceberam a repetição freqüente da palavra bororo que, às vezes, formada pelo ritmo da música, era pronunciada “bororó” (BORDIGNON, 1986); o segundo, é que houve um mal entendido na chegada dos bandeirantes que, curiosos, quando tentavam

---

<sup>6</sup> Esta listagem é uma tentativa de sistematização das diversas formas de emprego e da grafia dos nomes. Não passou por convenção antropológica, é apenas uma proposta a ser discutida e analisada.

Cabe aqui um esclarecimento quanto ao termo “bandeira”, que de acordo com a historiadora Manuela da Cunha (1992a), não pertence à documentação do século XVII, e sim do século XVIII, inicialmente utilizada para designar expedições punitivas contra os índios em Goiás. Esta denominação era usada pelos presidentes da província de Mato Grosso para definir dois tipos de expedições punitivas: as expedições oficiais sustentadas pelos órgãos públicos e as particulares, financiadas ou não pelo governo, mas com autorização oficial (VASCONCELOS, 1999).

entrar nas habitações, lhes era apontado o pátio, sendo-lhes repetida, sucessivamente, a palavra “boróró”, indicando que não deviam entrar e sim permanecer no lado de fora do recinto (COLBACCHINI, 1942). Ao que se tem conhecimento, são essas as duas possibilidades tidas como resposta ao motivo que levou os Bóe a serem chamados erroneamente de Bororo. Hoje em dia, no entanto, eles também se auto-denominam Bororo e este é tido como o nome oficial, tanto em publicações nacionais como em internacionais.

Referente a essa pluralidade da nomenclatura, Hartmann (1976) apresentou evidências históricas e iconográficas, sugerindo que os Bororo, em tempos pré-coloniais, apresentavam diferenças entre si quanto às pinturas do corpo, corte de cabelo, tamanho dos arcos, presença ou não de *baito* (casa-dos-homens) no centro das aldeias e padrões de enterro. Estas diferenças decorrem, ao menos em parte, da grande variabilidade de nichos ecológicos (porção restrita de um habitat, onde vigem condições especiais de ambiente) e, portanto, de diferentes condições de sobrevivência em tão extenso território, a exemplo dos Bororo Ocidental e Bororo Oriental.

Ainda sob a ótica da variedade de nomes bororo e o desconhecimento das regras ligadas ao seu emprego, Viertler comenta:

Não podemos desprezar o fato de que os nomes Bororo, utilizados por todos os autores para a construção dos seus esquemas de interpretação, não foram jamais explicados sistematicamente, quer sob o ponto de vista etnológico quer sob o ponto de vista lingüístico (VIERTLER, 1976, p. 30).

A nominação ainda hoje é uma cerimônia de importância fundamental para o indivíduo por diversas razões, entre elas: 1) representa a sua entrada formal na sociedade bororo, como membro de um clã específico; 2) reafirma a paternidade social sobre a criança; 3) é o primeiro referencial que a sociedade fornece a um indivíduo para que ele possa se localizar e atuar socialmente (NOVAES, 1979).

Os nomes, além de aspectos da estrutura de relacionamento, possuem também atribuições culturais próprias, tais como conotações espaciais, aspectos de cultura material, implicações mitológicas, entre outros. Cada grupo (sub-clã) tem seus nomes exclusivos e obedecem as metades *Ecerae* ou *Tugarege*, sendo designados por animais, vegetais ou heróis antepassados, e não podem ser aplicados a outros, mesmo que da mesma metade.

Viertler (1976) levantando a importância do nome, faz uma comparação entre Crocker (1969) e Levi-Stráuss (1976): para Crocker, os nomes próprios, que derivam do

clã da mulher, são designados como o arranjo de nomes diferenciados em termos de prestígio social, ressaltando a estrutura das metades, clãs e sub-clãs e os processos inerentes a estes. Para Lévi-Strauss o nome demonstra a validade da teoria das alianças, e ambos entendem os nomes pessoais como mera ilustração de esquemas de interpretação nitidamente definidos.

A denominação utilizada pelos Bororo para distinguir seu povo é *Bóe*, substantivo invariável em grau, é é timo da mais ampla aplicação entre os índios Bororo. Designa fatos e coisas reais e irreais, dizendo-se comumente do tempo e condições atmosféricas. Por exemplo: *bóe rai kímo*, tempo longo ainda, isto é, há ainda tempo; *bóe čódu*, *bóe*, tempo; *čódu*, escuridão, noite (tempo escuro); *bóe pega*, tempo mau, tempo chuvoso, tempo quente, neblina. Eles não possuíam um conceito preciso sobre o tempo correspondente ou evolução terrestre, mas distinguiam dois períodos: o da chuva e o da seca. Para marcar um acontecimento que se realizaria em certo período de tempo, indicavam a posição que a lua ocuparia no prazo determinado: *ari wóe*, lua aqui, ou seja, a lua estaria lá, naquela mesma hora (ALBISSETTI & VENTRELLI, 1962, p. 294-295).

A expressão *Bóe*, de sentido lato, que quer dizer “índio bororo”, “ser humano”. A partir daí pode ser observado o etnocentrismo Bororo, uma forma de se auto-identificar e inferiorizar os outros índios. Exemplo disto o apelido dado aos indígenas da zona intertropical da América do Sul, de *Barége* ou *Marége*, que quer dizer animais selvagens, inimigos, considerados inferiores.

Os índios não pertencentes ao grupo dos Bororo, eram denominados de feras e considerados traiçoeiros. Quando o apelido era usado pelos Bororo entre si, o que ocasionalmente acontecia, era altamente ofensivo. Também o apelativo *Kaiámo-dóge*<sup>8</sup>, referia-se à designação genérica de qualquer sociedade indígena inimiga. Os não-índios<sup>9</sup> eram chamados de *Brae*<sup>10</sup> e os de cor negra de *Braedo Čoreu* (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962, p. 281/292).

<sup>8</sup> Embora essa palavra indique qualquer tribo inimiga, inicialmente chamavam assim os Kaiapó de Goiás. Contemporaneamente os Bororo identificam como *kaiámo* aos pertencentes da tribo dos Xavante, que a partir de 1908 realizaram várias expedições hostis e foram os últimos índios com os quais os bororo lutaram. *Kaiámo-dóge*, plural de *kaiámo*, significa inimigos.

<sup>9</sup> Considero como não-índios, os portugueses, espanhóis, paulistas, sertanistas, negros, escravos, mamelucos, os citados “brancos” e “civilizados” apontados nas fontes.

<sup>10</sup> Albisetti & Venturelli (1962) apontam como *Baráe* os não índios, distinguindo os de cor negra como *Tabáe*, diferente do utilizado atualmente pelos Bororo, respectivamente *Braee Braedo Čoreu* (*Braedo* corresponde a homem não índio, e *Čoreu* a cor preta). Também costumam apelidar de *Brareda* as mulheres não-indias.

Durante a interação mantida na aldeia pude observar que, quando vão se distinguir de outros grupos sociais, autodenominam-se Bororo (tanto da própria aldeia, como referindo a outros índios) e quando vão falar deles (pessoa), utilizam a palavra Bóe. Esse modo de falar inerente aos membros da tribo é utilizado principalmente pelos adultos, pois os jovens têm aulas na escola proferidas em português, aprendendo também a língua bororo.

Idioma outrora unificado, a língua bororo constituiu um sub-grupo homogêneo e respeitável, da família lingüística Jê. Karl von den Steinen (1940), propõe que a língua é algo parecido com a língua dos já inexistentes Otukê, Camorégue e Curuminaca, com traços de influências Jê e Umotina na sua posterior estrutura morfológica.

Créqui-Montforet (1912, apud WÜST, 1990) e Rivet (1913, apud WÜST, 1990)<sup>11</sup>, consideram o bororo como um simples dialeto Otukê, posição também aceita por Viertler (1982, 1991). Já Venturelli & Albisetti (1962, p. 0.4-0.5) pensam o contrário, classificando *pela perfeição de sua estrutura ser mais razoável subordinar-lhe o Otukê e outras línguas*, pois a língua bororo, segundo eles, forma um grupo lingüístico isolado ao qual empresta o nome. Dentre a concepção dos autores, a família lingüística bororo compreenderia, no Estado de Mato Grosso, além dos próprios Bororo Orientais e Ocidentais, os Umotina, e outros grupos dialetais com irradiações em território boliviano, como os Otukê, Kovareka, Korabeka, Koravé, Kurukaneka e Tapí, provavelmente extintos.

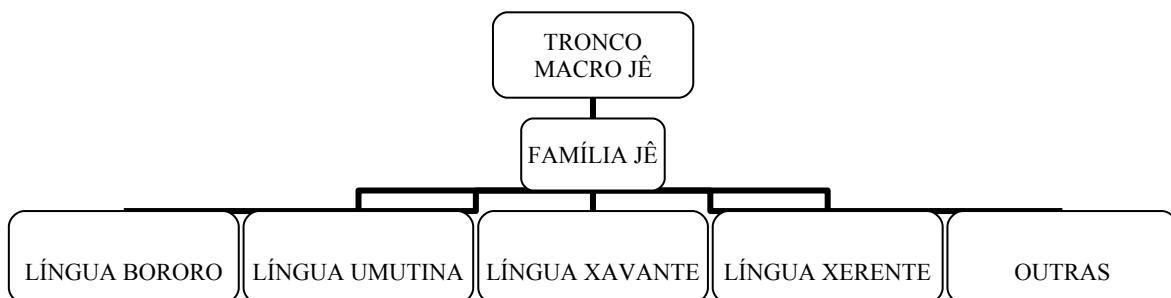
Loukotka verifica uma certa semelhança do Bororo com línguas Jê e detecta certos elementos da língua Tupi (1939, apud WÜST, 1990, p. 88). Martius os caracteriza, a partir dos aspectos físicos, de forma pejorativa como “colluvies gentium”, classificando-os lingüisticamente como Tupi-Central, hipótese, atualmente descartada segundo Wüst (MARTIUS, 1867, apud WÜST, 1990). Os únicos dados quantitativos, baseados no método léxico-estatístico de Swadesh, foram publicados para os Umotina, que evidenciam um percentual de 52% os cognatos com Bororo, 28% com Kayapó e 15% com Kaigang (SCHULTZ, 1961/62, apud WÜST, 1990). Isto indica uma filiação genética relativamente estreita dos Umotina com a língua Bororo, porém de uma separação mais remota e uma possível origem comum, especialmente com línguas dos Jê setentrionais.

---

<sup>11</sup> Não apresenta bibliografia.

Estudos lingüísticos desenvolvidos por Lowie, incluem na mesma família lingüística os Bororo e os Otukê (1946, apud WÜST, 1990). Nimuendaju (1987) classifica todos os Bororo, inclusive os Umutina, como pertencentes à família lingüística Otukê. Branislava Susnik uma das maiores estudiosas da etnologia e etnoistória chaquenha, considerou os próprios Otuke, ramo ocidental dos Bororo (1978, apud MIGLIÁCIO, 2000).

Aryon Dall'Igna Rodrigues (1994), destaca a especificidade e as semelhanças dos traços lingüístico-culturais dos Bororo dentro do tronco Macro-Jê em relação às outras famílias lingüísticas, e a maioria dos lingüistas consideram hoje os Bororo dentro do tronco lingüístico Macro-jê, conforme organograma abaixo:



**FIGURA 1:** Tronco lingüístico Macro-jê / Família Jê.

Segundo Fabian (1965, apud VIERTLER, 1976), as tentativas de interpretação das “relações de nomes” (nomes pessoais e formas de comportamento social), se inserem num gradiente de variações contidas entre dois pólos de referência: o da interpretação dos nomes como símbolos de indivíduos concretos, baseados na idéia das relações mágicas entre a pessoa e o seu nome, e o da interpretação dos nomes como categorias de classificação social.

Fazendo uma interpretação das relações dos nomes, pode-se concluir que não há cultura em que não ocorra o emprego de nomes pessoais, e que estes, como parte do patrimônio de tradições orais, foram pouco estudados. Isto se comparado à percepção de nuances do comportamento ligadas à voz, poucas vezes alcançada pelo investigador.

### **1.3. Bakáru ou origem**

Pesquisando a origem bororo foram encontradas duas esferas de explicação: uma êmica, mitológica e outra ética, científica. Através da explicação êmica, os Bororo denominam de *bakáru* os contos de origem e os numerosos mitos transmitidos fielmente de geração em geração por uma “ininterrupta” tradição oral.

Todos os mitos têm uma finalidade definida, seja explicar fenômenos naturais justificando a existência de certos seres e estabelecendo a origem de tradições e ornamentos (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1964). Quanto à procedência mais remota dos Bororo os velhos quando indagados respondem nada saber.

Segundo Libério Rodrigues Uiagomeareu (informação verbal)<sup>12</sup>, índio Bororo da aldeia de Meruri, o mito tem a finalidade de justificar a existência de objetos, nomes e animais que fazem parte de um clã ou sub-clã. Os mitos revelados às crianças têm por finalidade introduzir valores, princípios de conduta e como eles devem se portar dentro da sociedade, instigando a esperteza e altivez baseados no comportamento, atribuído por eles aos animais. Já os mitos que explicam a origem dos Bororo não são singulares, havendo diversos mitos, utilizados em disputa para estabelecer qual é o mais convincente, rebaixando desta forma, o mito do clã rival. Logo, a revelação do mito de origem se restringe aos parentes que os mais velhos julgam serem merecedores de tal conhecimento, muitas vezes os velhos morrem sem revelar o segredo, impedindo que as gerações subsequentes tomem conhecimento destes.

Os mitos são imperfeitos em sua cronologia, mutáveis. Há porém, um mito, registrado por Colbacchini & Venturelli (1942) que está ligado à origem dos Bororo. Segundo seus mitos, a região onde moravam sofreu uma grande inundação, cobrindo quase todo o território e causando a morte dos Bororo, exceto a de um índio: *Meríri Poro*. Este sobrevivente ficou sobre o cume de um morro, único lugar que as águas não cobriram, e ali, para se aquecer, acendeu uma fogueira com restos de madeira e pedras. Quando as

---

<sup>12</sup> Informação fornecida a partir da leitura deste primeiro capítulo, abril de 2005.

pedras ficavam incandescentes, ele as jogava nas águas, provocando com isso a evaporação e o retorno delas ao nível normal (em arqueologia, essas pedras são chamadas de “pedras termóforas”). *Meríri Poro*, ao descer, encontrou uma veada que também havia sobrevivido à inundação e com ela teve vários filhos, construindo aldeias e reiniciando a povoação da terra. O primogênito foi um veado, mas os que nasceram depois foram perdendo a forma aos poucos, os caracteres de irracionais, até que do sexto acasalamento nasceram dois irmãos (*Bokororo e Itubore*)<sup>13</sup> tal como os de hoje.

Percebe-se nesse mito da origem dos bororo, que não há uma referência cronológica, e o mesmo muito se assemelha ao dilúvio descrito no Velho Testamento<sup>14</sup> da Bíblia.

Albisetti & Venturelli (1962) apontam um fato histórico que relata um lugar chamado *Koregedu Páru*, local onde um grupo denominado *Koróge* teve os indivíduos de ambos os sexos incorporados aos Bororo. Isso aconteceu na região da atual aldeia *Koregédu Páru* (lugar dos *Koróge*) ou *Córrego Grande*, complementa Bordignon (informação verbal)<sup>15</sup>.

Há também outro mito que conta a existência de outras duas mulheres de grupos inimigos que casaram com caciques bororo. A partir dessas noções e na diferença de caracteres somáticos Albisetti e Venturelli (1962), apontam dois tipos físicos distintos entre os Bororo, um predominantemente leptorrino e outro platirrino<sup>16</sup>. Supõem também, que os Bororo tenham em sua ascendência, elementos provenientes de contingentes raciais distintos, ou seja, segundo uma versão mais recente, são derivados de fusão com outros grupos étnicos, havendo uma assimilação étnica dos afros antes dos ameríndios (platirrino) com os ameríndios (leptorrino), troca de alianças e relações intertribais.

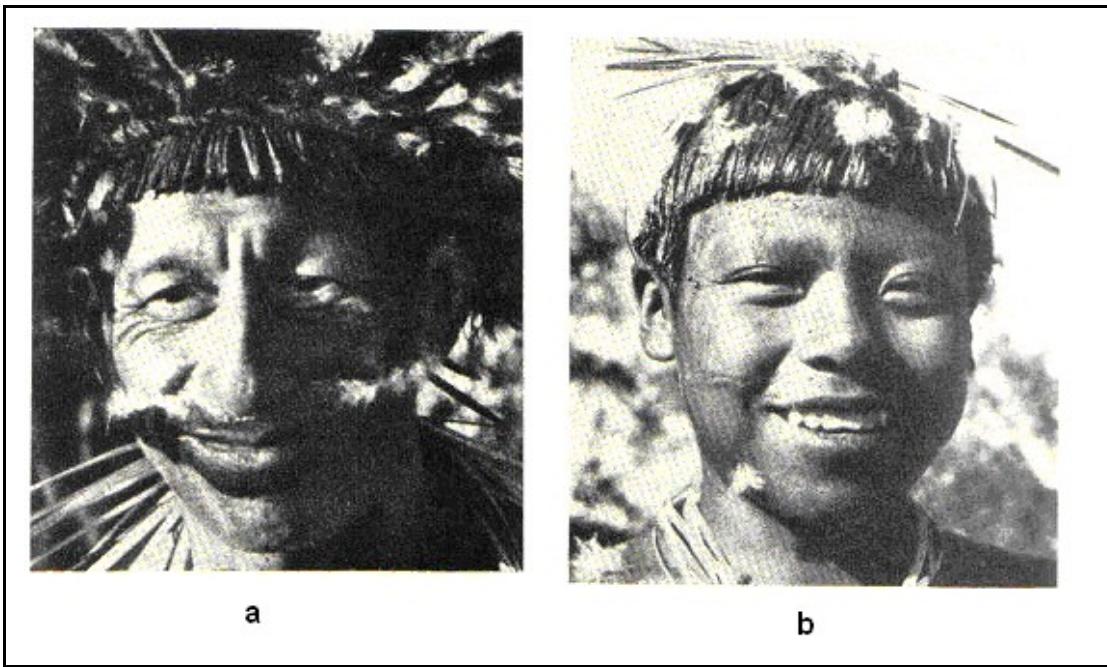
---

<sup>13</sup> *Bokororo e Itubore*, fazem parte da mitologia bororo de origem, tidos também como heróis ressuscitados.

<sup>14</sup> Pelos autores serem padres e os primeiros a documentarem o mito, fica como uma proposta a ser discutida e analisada.

<sup>15</sup> Informação fornecida por Mário Bordignon a partir da leitura deste primeiro capítulo, realizado em fevereiro de 2005.

<sup>16</sup> Dos estudos caracteres somáticos, observando a figura 3, leptorrino corresponde nariz afinado, lábios delgados; platirrino corresponde a nariz e narinas largos, lábios grossos. Forma típica da antropologia da época estudada, hoje não mais utilizado.



**FIGURA 2:** Tipo de bororo (a) leptorrino e tipo de bororo (b) platirrino.

**Fonte:** Albisetti & Venturelli (1962, p. 286).

Existe a probabilidade de uma remota origem comum entre os Bororo e os Kaigang do Paraná e Rio Grande do Sul, os Aruak da fronteira com o Peru, os Guarani do Paraná e Rio Grande do Sul e os Cayapó do Pará e Mato Grosso. Devido às pesquisas genéticas e pelos supostos fluxos gênicos indicarem uma possível origem comum, indo ao encontro dos dados lingüísticos apontados anteriormente. Neves faz uma comparação desse dados:

Ao comparar 9 medidas de dados antropométricos por meio de uma análise de componentes principais de diversos grupos lingüísticos e culturais do Brasil, demonstram que os Bororo se agrupam nitidamente, porém de forma decrescente, com os Kaigang do Paraná e Rio Grande do Sul, Aruak da fronteira com o Peru, Guarani do Paraná e Rio Grande do Sul e os Cayapó do Pará e Mato Grosso. (NEVES et al., 1985, apud WÜST 1990, p. 89).

Outro estudo fundamentado em aspectos mitológicos, realizado por Zerries (1953-1976, apud WÜST, 1990) e Crocker (1969), também suspeita de uma ascendência pluricultural dos Bororo. Nem mesmo aos viajantes da época de contato, os Bororo relataram qualquer carta sobre a origem e procedência, nem indicavam os acontecimentos da tribo. Isso porque os próprios índios não transmitiam esses relatos, a não ser por meio de sua tradição oral, rica em detalhes, onde falavam de ancestrais e estranhos autóctones com os quais tiveram alianças sangüíneas, a exemplo de que se referem as suas lendas.

As evidências arqueológicas e etnohistóricas levantadas por Wüst (1992), sugerem uma origem resultante da fusão de grupos étnicos e culturais distintos para os Bororo do Sudoeste do Mato Grosso. Segundo a autora, a ruptura dos Bororo com os agricultores de tradição Uru, moradores anteriores dessa região, se deu em virtude de uma nova ordem social circunstanciada por:

[...] pressões internas e externas e do predomínio político de um grupo provavelmente minoritário, portador de uma nova estratégia de subsistência, padrão de assentamento e tecnologia, instaurando-se uma nova ordem social em um nível de integração regional mais amplo, dramaticamente interrompido a partir dos primeiros contatos diretos com a sociedade nacional (WÜST, 1992, p. 13).

Os pareceres dão respostas comuns, de origem bastante remota, demonstrando a existência dos Bororo no território mato-grossense desde o início do período Holoceno. Os estudos arqueológicos realizados por Wüst (1990) a Sudoeste do atual Mato Grosso, confirmam vestígios e suas análises comprovam que aquelas terras foram ocupadas por povos pré-coloniais.

Albisetti & Venturelli (1962), referindo à procedência dos Bororo, destaca que, embora seja impossível determinar a sua origem, haveria a possibilidade de considerá-los como oriundos do curso superior do Rio Negro e do Rio Orenoco, chegando até o seu atual habitat pelos vales dos rios Negro, Amazonas, Madeira e Guaporé, e através desta migração teriam permanecido por algum tempo entre os *Capacura* (ou *Xapacuras*) da Bolívia, tendo com estes boas relações de amizade. A época em que o movimento migratório ocorreu é ainda hipotético.

Estudos etnoarqueológicos e etnohistóricos sustentam uma estimativa de que esse povo tenha habitado a região durante mil anos, ao menos (WÜST, 1992). O estudo lingüístico e histórico da região, ou seja, a toponímia, demarca nos dias atuais esse território como local de existência Bororo, assim como de outras etnias, ambiente natural de conflitos e alianças interétnicas.

A problemática em relatar os acontecimentos de épocas passadas, com citado anteriormente, provém da dificuldade de entendimento entre os Bororo que transmitiam sua tradição oral e os primeiros viajantes que pouco ou quase nada entendiam, assim não registrando.

A respeito dos primeiros dados demográficos, Wüst os considera geralmente não muito confiáveis, a exemplo do realizado por Rattray Hay (s.d., apud WÜST, 1990) em 1919, no qual o autor baseia-se principalmente na contagem das casas, pelo fato de que em algumas aldeias os índios fugiram com sua chegada e em outras, como a *Kejari*, o autor permaneceu apenas duas horas.

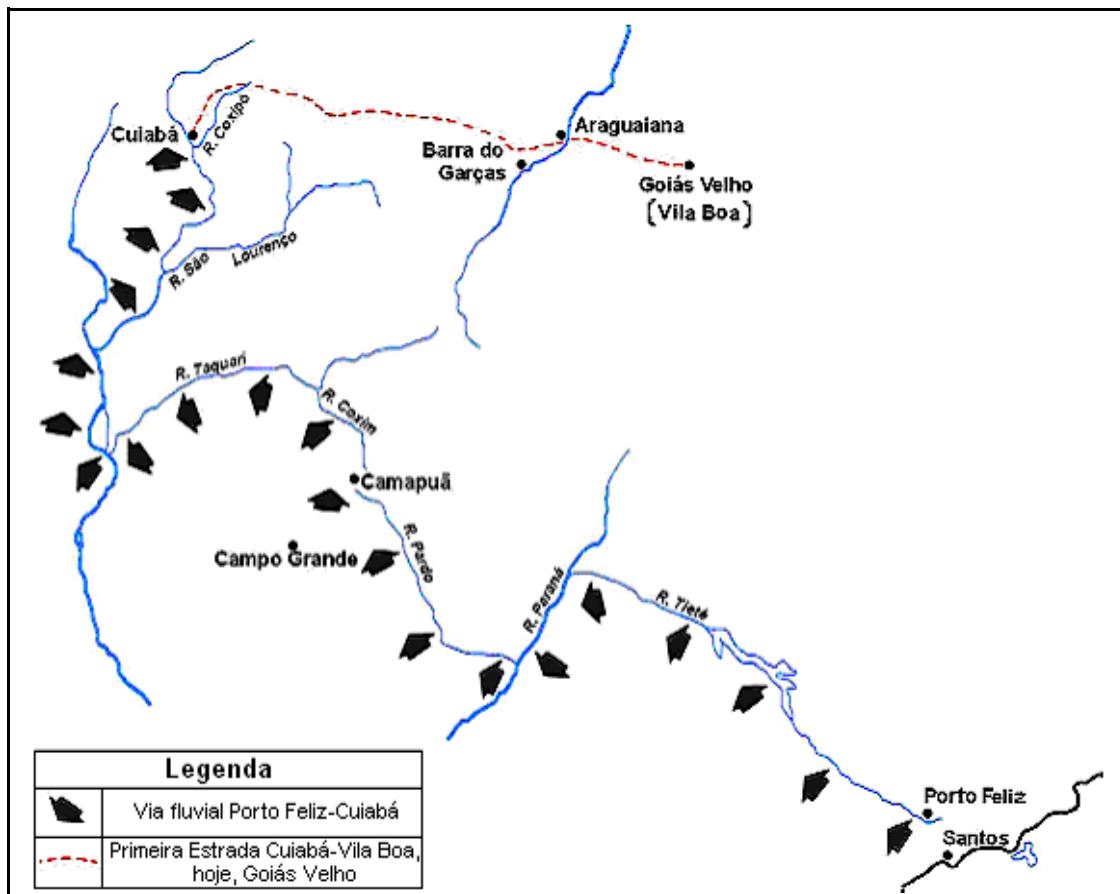
Considerando que no período de realização dos censos já havia ocorrido forte dizimação da população Bororo, Steward (1949, apud WÜST, 1990, p. 108) parte da premissa que os povos indígenas atuais também já existiriam na época da conquista e estimou para os Bororo Orientais e Ocidentais no ano de 1500, um total de 16.000 indivíduos. Essa cifra foi considerada baixa por autores como Dobyns (1969, apud WÜST, 1990, p. 108) e Denevan (1971, apud WÜST, 1990, p. 108). Afirma-se que em tempos de pré-contato, a população Bororo certamente era significativamente superior a qualquer das estimativas já mencionadas. Seus estudos etnoarqueológicos estimam que as aldeias mais antigas teriam uma média de 11,09 pessoas por casa e a partir do ano de 1936, cai para 6,27 pessoas (WÜST 1990).

Com base nesses dados, pode ser observada significativa na redução populacional e mudanças nas estratégias de sobrevivência. A intenção dos grupos era se distanciar da população não-índia que se aproximava brutalmente e trazia consigo seus males físicos e psicológicos, agravando também sua cultura material, mais facilmente visível.

Pode ser considerado, como exemplo deste agravo, o feitio das vasilhas de cerâmica que hoje em dia não são mais fabricadas em razão da escassez de matéria prima e pelo comodismo que apresenta uma vasilha de alumínio ou plástico, mais fácil de manusear, mais leve e descartável. O artesanato serve também de exemplo desde que distinguidos em originais e não originais. Originais são aqueles artesanatos utilizados pelos Bororo em cerimônias festivas, feitos com plumas e penas de araras azuis, vermelhas, gaviões reais, entre outros, específicos de cada clã. Quando estão a venda, possuem um preço mais elevado, mas dificilmente são comercializados por causa da dificuldade de encontrar as penas específicas de cada clã. Os não-originais são aqueles feitos com penas de outros pássaros e aves quaisquer, até mesmo de galinha.

Provavelmente existiram outros grupos, esporadicamente em incursões na mesma região dos Bororo, tornando-se difícil dizer, de fato, quantos eram antes da chegada dos

colonizadores. O contato com a sociedade hegemônica deu-se, inicialmente, através das bandeiras que vinham de São Paulo – outrora Capitania de São Vicente – fazendo o percurso fluvial, as rotas monçoeiras, como pode ser observado na figura 3.



**FIGURA 3:** Via fluvial Porto Feliz–Cuiabá percorrida pelos bandeirantes.

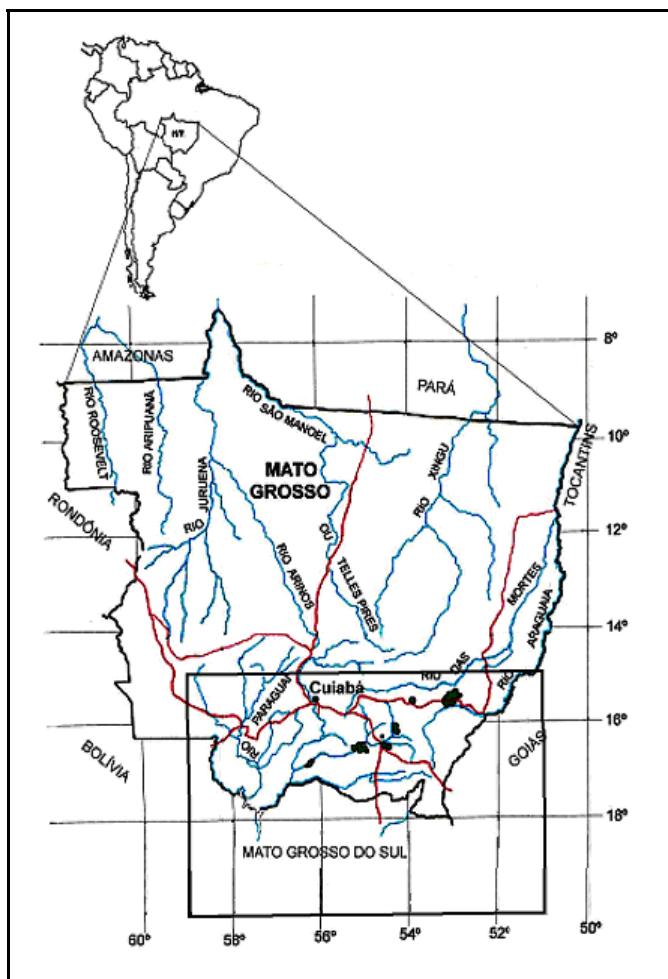
**Fonte:** Bordignon (1986, p. 6).

Os Bororo podem ser resultantes de complexas relações interculturais, até mesmo étnicas, e os padrões culturais da sociedade pode ter sido camuflado pela imposição de outra cultura assim como sua cultura material (WÜST, 1992). Isso devido ao imenso palco de sua sociabilidade, de migrações sazonais, guerras e alianças, de resistência e de rendição de parcelas da sua população às forças invasoras (BARROS & BORDIGNON, 2003).

Há que se considerar que os dados disponíveis foram registrados por agentes incorporados à colônia ou por pesquisadores que estudam uma sociedade de poucos sobreviventes do aniquilamento Bororo, frente à escravidão sofrida.

#### 1.4. Território

Ainda é uma polêmica acadêmica a definição do tamanho do território do qual os Bororo são naturais, pois migravam antes mesmo do contato com não-índios, dentro do vasto território. Naturalmente, mediante as caças e visitas esporádicas, eram capazes de mudar toda uma aldeia de lugar. Com isso, não se pode projetar a extensão territorial dos Bororo de forma estática para um passado remoto, devido aos deslocamentos de outros grupos e dos próprios grupos que vieram a formar os Bororo etnograficamente conhecidos.



**MAPA 1:** O retângulo indica a localização das terras Bororo em Mato Grosso<sup>17</sup>.

**Fonte:** Mapa elaborado por Naomi Onga, apoiado por Aguilera (2001, p. 17) e Ochoa (2001, p. 25).

Como pode ser observado no Mapa 1 e segundo dados etnohistóricos e etnográficos (veja também mapas em anexo 2, 3 e 4), no auge de sua expansão territorial os Bororo

<sup>17</sup> No mapa acima, fruto de um trabalho recente, pode ser observado algumas aldeias indígenas bororo, sendo nomeadas da esquerda para a direita Perigara (Município de Barão de Melgaço); Tereza Cristina (Municípios de Santo Antônio do Leverger, Juscimeira, Rondonópolis); Tadarimana (Municípios de Rondonópolis, São José do Povo, Pedra Preta); Jarudori (Município de Poxoréu); Sangradouro (Município de General Carneiro – em estudo); Meruri (Municípios de General Carneiro e Barra do Garças).

ocuparam, um imenso território situado entre 15° e 20° graus de latitude Sul e 51° e 59°<sup>18</sup> de longitude Oeste de Greenwich. Sua extensão, de mais de 400.000 Km<sup>2</sup>, atingia a Bolívia, a Oeste, até as cabeceiras do Jauru e Cabaçal; pelo Rio Araguaia, de ambos os lados, desde as cabeceiras até as proximidades de Aruanã, onde se iniciava o território dos Karajá, estendendo-se por Mineiros e a antiga capital de Goiás, ao Leste; as cabeceiras dos rios Cuiabá e Paraguai, acompanhando o Rio das Mortes até a atual cidade de Nova Xavantina, ao Norte; as cabeceiras dos rios Miranda, Taquari, Coxim e Aquidauana, ao Sul. Excluindo, porém, as áreas de suas esporádicas incursões que iam até o rio Paraná, a Sudoeste<sup>19</sup>. Wüst (1990, 1992), em seus estudos arqueólogos e etnoarqueológicos, sustentou uma estimativa de que esse povo tenha habitado essa região durante mil anos, ao menos.

Antes da chegada dos bandeirantes, a população Bororo encontrava-se distribuída em grupos, como é próprio da sua dinâmica sociocultural. Para eles, o território sob seu domínio compreendia várias localidades abertas para uma variedade de zonas ecológicas associada a plantas e animais específicos.

O meio ambiente físico ocupado pelos Bororo é extremamente diversificado. Podem-se situar as suas aldeias em áreas de cerrado, cerradão, mata semidecíduo, mata ciliar com elevada ocorrência de babaçu e mesmo na vegetação típica do Pantanal.

As aldeias bororo ocupavam, em diferentes épocas do ano, uma localização, isso devido as diversas espécies situadas em cada zona ecológica, havendo um sistema integrado onde interagem plantas, animais, terra e homem (SERPA, 1988, p. 113). Dessa forma, a localização das aldeias era intencionalmente determinada pelas zonas de transição, que Mário Bordignon Enawuréu (1986, p. 2) assim sugeriu dividir:

1. Os da Bacia do Rio Cuiabá (também chamados Coxiponês), nome derivado do Rio Coxipó, afluente do Cuiabá;
2. Os da Bacia do São Lourenço (também chamados na historiografia regional *Porrudos*);
3. Os do Alto Rio das Mortes, na Bacia do Rio das Garças e nos dois lados do Alto Rio Araguaia;
4. Os do Sul, os da Serra de São Jerônimo e os dos rios Taquari e Coxim;

---

<sup>18</sup> Observação: no Mapa 1, foi deslocado a linha imaginária para 59° de longitude.

<sup>19</sup> Confira em Colbacchini & Albisetti (1942), Ribeiro (1982), Serpa (1988), Viertler (1990), Corrêa Filho (1994), Bordignon (2001), Barros & Bordignon (2003), dentre outros.

5. Os da margem direita dos rios Paraguai e Jauru (também denominado de Avavirás ou da Campanha);
6. Os do Rio Cabaçal, perto de Cáceres (denominados Cabaçais).<sup>20</sup> (Veja anexo, mapa 2, 3 e 4).

Os conflitos interétnicos também são responsáveis por mudanças de território, a exemplo os Bororo Cabaçais e da Campanha, que deixaram os lugares de seus antigos aldeamentos, ou seja, a região do Rio Cabaçal e as campanhas e atravessaram o Rio Cuiabá, pretendendo se proteger contra os ataques de bandeirantes (CALDAS, 1887). Já os Bororo conhecidos como Coroado apresentam uma continuidade na área de ocupação da Bacia do Rio São Lourenço.

Esse também é um exemplo que justifica a mobilidade das aldeias bororo, além da própria dinâmica sociocultural. Albisetti & Venturelli (1962, p. 281-283) sugerem uma nova divisão dos atuais Bororo. Mediante o determinismo ambiental, os dividiram topograficamente em função das condições ecológicas mais favoráveis em sub-grupos, denominados segundo os hábitos e locais preferidos para a habitação:

- a) *Bóku Mógo-dóge* ou *Bóku Mogorége* (informação verbal)<sup>21</sup>: habitantes dos cerrados, a Leste de Cuiabá. Correspondem aos Bororo das aldeias de Meruri, Garças e Sangradouro, ou Bororo Orientais;
- b) *Itúra Mogorége*<sup>22</sup>: habitantes das matas, ocupam a bacia do curso médio e curso superior do Rio São Lourenço. Correspondem aos Bororo das Aldeias de Jarudóri, Pobojári, Pobóre e Tadarimana. Considerados como Bororo Orientais;
- c) *Orári Mogo-Dóge*: habitantes das plagas do peixe pintado. Embora todos os Bororo se apelidem com esta denominação, ela é usada, em geral, pelos Bororo Orientais, mas vem designar, propriamente, os grupos do curso inferior do Rio São Lourenço. Correspondem, grosso modo, aos Bororo das Aldeias do Kejári, Córrego Grande, Colônia e Piebága.
- d) *Tóri Okwa Mogorége*: habitantes da encosta das montanhas. Essa autodenominação corresponderia, aproximadamente, aos grupos Bororo que habitavam regiões adjacentes

<sup>20</sup> Lembra Barros & Bordignon (2003, p. 18), que os nomes entre parênteses são etnônimos, nomes dados pelos não-indíos devido o determinismo ambiental.

<sup>21</sup> Ou Boko Kegewugue (colaboração de Líberio Rodrigues Uiagomeareu, a partir da leitura deste capítulo em abril de 2005).

<sup>22</sup> Segundo o índio Libério Rodrigues Uiagomeareu (informação verbal, abril de 2005), o nome correto é *Itúra Mugureuge*, assim como *Tóri Okwa Mugureuge*.

à Serra de São Jerônimo, serra acima do lado esquerdo do Vale do Rio São Lourenço, correspondendo aos Bororo Orientais.

- e) *Útugo Kúri-Dóge* ou *Kádomogarége*: os que usam longas flechas ou os que habitam os taquaraís. Corresponde ao grupo Bororo da Aldeia do Perigara<sup>23</sup>, em pleno Pantanal fisiográfico, que se distingue dos outros grupos por algumas diferenças lingüísticas e por uma história de contato particular (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962, p. 281-284; SERPA, 1988, p. 107-108).

Estes Bororo do Perigara são considerados diferentes dos Bororo de rio acima, com certas diferenças nos costumes no quadro da cultura material e com particularidades lingüísticas. Hartmamnn (1976), comparando os aspectos de alguns artefatos Bororo de Perigara com aqueles dos Bororo Ocidentais, sugeriu maior afinidade entre estes grupos, que por sua vez podem exemplificar um processo de ocupação do Baixo Rio São Lourenço por grupos da área do Rio Paraguai e apresentar um padrão “arcaico”, reformulado pelos habitantes da área do Rio Vermelho. Essa diferença ocorre por serem descendentes dos *Útugo Kúri-Dóge*, ou seja descendentes dos Bororo Ocidentais.

Barros & Bordignon (2003) afirmam que tais denominações, baseadas na ocupação de nichos ecológicos distintos, são ainda utilizadas na atualidade. Em um trabalho de zoologia bororo desenvolvido por Bordignon e Kanajó com os alunos da escola de Meruri (Texto escolar de zoologia, 1986, p. 7-8), observou uma nova tentativa de classificação, elaborada de modo mais sintético e simples, a partir de categorias dos próprios membros mais idosos desta etnia. Segundo esta classificação, haveria os Bororo das águas (Pantanal), ou seja, *Pobotadawuge*; os Bororo da mata e Rio São Lourenço (baixada cuiabana), *Ituratadawuge*, e finalmente os Bororo do cerrado/morros (Poxoréu até o Rio das Mortes), *Bokutadawuge* ou *Toritadawuge*.

Essa classificação se distingue da clássica antes estudada, é uma proposta da própria sociedade Bororo, tornando-se original e uma nova maneira de entender a si mesmos, no âmbito da territorialidade.

A partir das fontes etnohistóricas, etnográficas e das entrevistas coletadas, Wüst (1990) mapeou a territorialidade dos Bororo, levantando um número total de 66 aldeias

---

<sup>23</sup> Comenta Libério (informação verbal, abril de 2005) que os Bororo da aldeia Perigara não são os verdadeiros *Útugo Kúri-Dóge*, pois estes Bororo foram extermínados, e os habitantes desta aldeia, são apenas descendentes.

bororo existentes desde o final do século XIX (veja em anexo “Aldeias mapeadas por Irmhild Wüst”), já superada pela pesquisa realizada por Barros & Bordignon (2003) que levantaram 85 aldeias (anexo mapa 2, 3 e 4).

Irmhild Wüst apontou como sua maior dificuldade nivelar a distinção da nomenclatura entre as aldeias e as diferentes categorias de assentamentos. Albisetti & Venturelli (1962) distingue com o sufixo *Bororo* as aldeias onde são realizadas todas as atividades ceremoniais, especialmente os funerais, representando a organização plena da aldeia. As aldeias de menor prestígio recebem o sufixo *Páru* (princípio, início do rio), que também representa os acampamentos erguidos durante os *magurus* (deslocamentos sazonais e não sazonais).

Parte dessa informação é contestada, segundo Bordignon (colaboração segundo leitura deste capítulo, fevereiro, 2005), a afirmação acima que trata *Páru* como aldeia de menor prestígio, não é fundamentada, e dá exemplos de outras aldeias como Córrego Grande, Tadarimana e Garças, que não são *Páru*, nem Bororo, e sempre realizaram todos os ceremoniais. Recebem o sufixo *Páru*, não as aldeias de menor prestígio, e sim, as que fazem barra entre um rio que deságua noutro. Para os Bororo, o rio não nasce na foz, pelo contrário, nasce no encontro entre dois rios e acaba na nascente, recebendo o sufixo *Páru* as aldeias que estão localizadas próximas desse encontro de rios, a exemplo da primeira aldeia encontrada por Antônio Pires de Campos, que ficava entre o rio Coxipó, perto do Cuiabá.

Notório que nenhum assentamento do século XX recebeu a designação *Bororo*, para Wüst, isso leva a pensar que estas aldeias, no sentido pleno da palavra, deixaram de existir a partir do contato direto com a sociedade nacional, não mais havendo uma ordem sócio-política devido ao declínio demográfico, nivelando as possíveis hierarquias existentes entre os assentamentos.

Observando os mapas etnográficos (mapas 2, 3 e 4), nota-se que a maioria das aldeias estão situadas ao longo dos maiores cursos d’água, e o desvio deste padrão, pode ser observado a partir do contato direto com os não-índios.

## 1.5. Bororo Ocidentais e Orientais

A princípio todos eram Bororo, mas depois do contato com os não-índios houve uma separação estratégica: os Bororo Orientais e os Bororo Ocidentais. Esta nomeação foi dada pelos viajantes e escrivões, pretendendo distinguir o povo mediante sua localização e história.

Ao que se tem conhecimento, na maioria das fontes, exceto em Caldas (1887), os primeiros contatos que os Bororo tiveram com os bandeirantes paulistas deu-se no início do século XVIII e “[...] foram os primeiros contra quem os paulistas investiram, em conflitos em que tiveram de reconhecer a superioridade daquelas sobre as demais nações com quem bateram-se” (CALDAS, 1887, p. 17).

O marco inicial do contato de Bororo e as bandeiras foi em 1718, quando a bandeira chefiada por Antônio Pires de Campos alcançou o Rio Coxipó, afluente do Rio Cuiabá<sup>24</sup>, à procura dos índios Coxiponé (identificados segundo critérios lingüísticos e da toponímia regional, como os Bororo). Chegaram a uma aldeia, onde hoje é a Capela de São Gonçalo, aprisionaram muitos Coxiponé e voltaram em busca das demais frotas que também tentavam encontrar índios (BARBOSA DE SÁ, 1775).

No entanto, de acordo com o memorialista João Augusto Caldas (1887), antes mesmo do descobrimento de Cuiabá, já havia em São Paulo registros da presença de muitos Bororo “tirados destes sertões”. Os índios, depois de “civilizados”, eram utilizados como guias nas bandeiras para o apresamento de outros grupos indígenas. Registra Caldas (1887, p. 18 e 46) que a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera, foi guiada pelos bororo e que “[...] penetrou nestes sertões no seculo 17º [...]”.

Wüst (1990) supõe que Caldas tenha se confundido, pois lembra que nesta época as penetrações paulistas se restringiam exclusivamente ao atual Estado do Mato Grosso do Sul, e os Bororo, entre outros, foram chamados de Coroados. Termo também empregado pelos bandeirantes paulistas para os Kayapó do Sul e mesmo para os Kaigang. Desconfia Wüst (1990) que se tratasse dos Kayapó do Sul.

<sup>24</sup> Quanto à toponímia do Rio Cuiabá, Joseph Barbosa de Sá, em seu relato, aponta que uns assim o chamavam por “[...] acharem em suas margens cabos plantados de que faziaó cuyas para seos uzos, outros que o nome de Cuyabá procedeo de huma cuya que os primeiros que sobiraó este rio acharaó sobre as agoas que hia rodando por donde inferiraó que hauia gente por elle asima e por esta enferencia sobiraó em procura della, outros diceraó que o nome de Cuyabá he apelido do gentio que nas margens deste rio habitava (BARBOSA DE SÁ, 1775, p. 10).

No ano seguinte, 1719, a bandeira chefiada por Pascoal Moreira Cabral, na intenção de repetir a ação de Antonio Pires de Campos, se depara com a aldeia totalmente destruída e não encontrando os Coxiponé, subiu o Rio Coxipó-Mirim onde encontrou ouro cravado pelos barrancos. Desse local o capitão subiu aproximadamente 60 km ao Norte de Cuiabá até chegar na região chamada de Forquilha.

Encontrando os Bororo lhes fez guerra, aniquilou a segunda aldeia, aprisionou muitos deles e mostras de ouro, tanto em batoques como em outros enfeites, e voltou para a aldeia velha, onde se acha hoje a Capela de São Gonçalo. Neste local formaram seu arraial, e também no denominado Porto do Borrallo, cerca de 25 km ao Sul de Cuiabá, no atual município de Santo Antônio do Leverger, onde extinguiram outra aldeia que se achava no lugar, tratando logo de fabricar casas e lavouras de mantimento (BARBOSA DE SÁ, 1775).

Constantes conflitos interétnicos incentivaram a devastação dos aldeamentos, a redução do grupo e a perda do domínio de seus territórios. As aldeias foram desaparecendo e a população definhando, o que provocou na reduzida sociedade, a decisão de dividir-se em diversos grupos mais ou menos numerosos à procura de refúgio em sítios diversos. Esta foi a estratégia utilizada para a sobrevivência, que influenciou na divisão dos Bororo em duas partes, tendo cada uma sua história peculiar, os Bororo Orientais e os Bororo Ocidentais<sup>25</sup>.

O que provocou a devastação nos aldeamentos, a redução do grupo e a perda do domínio do território foi a princípio, a rota dos bandeirantes que penetravam a parte central do território dos Bororo, à busca de indígenas para a escravização. A exploração das veias auríferas e diamantíferas trouxe a ocupação portuguesa, a política de defesa das fronteiras e o escoamento da produção rumo aos portos litorâneos, através de rotas fluviais e caminhos terrestres.

Dentro desse contexto se situa a divisão entre Bororo Oriental e Ocidental, provavelmente já na primeira metade do século XVIII, sendo que nem sempre as fontes históricas permitem identificar estes grupos, ocorrendo facilmente confusão ao distinguí-los.

---

<sup>25</sup> Segundo Cobalchini (1939, p. 11), foi o presidente da Província, Augusto de Leverger, conhecido também pelo título de Barão de Melgaço que, em 1851, *ventilou a identidade* comum desses índios situadas a Oeste e Noroeste do Rio Cuiabá, conformando um só grupo, os *famigerados Bororo*; e Karl von den Steinen, em 1887 e 1888, através de estudos comparativos, consolidou a sua suposição (BARROS & BORDIGNON, 2003).

Os Bororo Oriental passaram a ser referidos como os Bororo que viviam tanto do lado esquerdo quanto do direito do Rio Cuiabá, também no Rio São Lourenço, Piquiri, Taquari, Alto Rio Araguaia, Rio Garças, Rio Manso ou Das Mortes, desde suas nascentes até perto da cidade de Nova Xavantina (OCHOA, 2001). Eles são os conhecidos como os: Araés, Aravirá, Araripoconé, Coxipó, Coxiponé, Cuiabá, Koxiponé, Porrudos, Oráripoconé, Orári Mógo-dóge, Coroad entre outros.

Os Bororo Coroad são assim chamados por usarem uma coroa de penas, ou *pariko* (figura 7a, 7b), diferente de qualquer outro cocar feito por etnias diversas. O *pariko* bororo possui um diferencial pela sua exuberância no tamanho e na combinação das cores, com modelos e cores próprias de cada clã, possuindo tamanhos e formas diferentes dependendo do clã e da cerimônia. Porém, é muito comum vermos publicados erroneamente, autores explicando que a denominação Coroad, deriva do corte de cabelo sobre forma de coroa, o que cabe sim aos índios xinguanos e não aos Bororo.

Esta denominação foi dada pelos não-índios, desconhecendo como eram chamados pelas outras tribos com as quais tiveram relações. Vale lembrar que somente apareceu nas fontes etnohistóricas o nome Bororo a partir de 1727, chamados antes disso de Porrudos, Coxiponês ou Araripoconês (SÁ, 1937).

Os primeiros relatos referem-se aos Bororo somente como Porrudos (podendo ser visto facilmente nos mapas da época), alcunha dado pelos portugueses, pois vistos de longe no rio São Lourenço, pareciam donos de membros viris desconformes, por usarem gomos de taquara apensos aos órgãos genitais, para se protegerem durante os banhos das piranhas. Caldas (1887, p. 18) esclarece que “[...] a tribo dos Coroad que faz parte desta nação, por descender dos antigos Porrudos, principal origem dos Bororós, ficou habitando os mesmos sítios de seus antepassados. Interpretando esta frase de Caldas, pode-se perceber a continuidade na área de ocupação pelos Bororo, porque além dos primeiros relatos mencionarem os Bororo somente como Porrudos, também Antônio Pires de Campos faz essa referência em 1723, o que poderia sugerir que, antes da divisão desta tribo em Oriental e Ocidental, ambos teriam o mesmo nome, Porrudos.

Os Bororo Ocidentais se fixaram a Oeste e Leste do Paraguai superior, do Rio Cabaçal à região das grandes lagoas, em seus encontros setentrionais, onde se tornaram conhecidos, nas crônicas da história colonial, como Bororo Cabaçal (distribuídos pelas

margens do rio que lhe deram o nome) e Bororo da Campanha (a Oeste de Cáceres e pelos campos dos Descalvados, até a proximidade da Corixa Grande e da baía Uberaba). Viviam às margens dos rios Cabaçal e Jauru, afluentes Rio Paraguai, e habitavam as planícies do Alto Paraguai, ao Norte da foz do Rio Cuiabá, até a altura da atual cidade boliviana de San Mathias, a região das atuais cidades de Cáceres, Poconé e Barra do Bugres (OCHOA, 2001). Os Bororo da Campanha que ocupavam um território na margem direita do Rio Paraguai e Jauru, a aproximadamente 100 Km ao sul de Cáceres, eram conhecidos também como Aravirás.

Toda a região que vai do Rio Cuiabá até Vila Maria, incluindo parte da Bolívia, pertencia aos Bororo, que combateram aqueles tidos como invasores, a partir do século XVIII, e cada vez mais presentes em razão da coleta da poaia, dando origem ao povoado de Vila Maria, depois São Luiz de Cáceres.

Houve muitos conflitos com os fazendeiros que tomaram posse de campos situados à margem direita do Rio Paraguai, principalmente com o comandante militar do distrito e membro de uma das suas principais famílias, João Carlos Pereira Leite, dono da fazenda Jacobina. As guerras contra os Bororo Ocidentais na década de 1820, mataram muitos índios e os fizeram prisioneiros, submetidos a trabalhar ao seu mando.

Os Bororo Ocidentais e os Umutina (família lingüística Otukê, do tronco Lingüístico Macro-Jê, provável área de ocupação pelos rios Paraguai e Sepotuba [OLIVEIRA, 2002, p. 247]) reagiam, e passaram a ser alvos de expedições<sup>26</sup> punitivas entre os anos de 1810 e 1816 (LEVERGER, 1862). Em 1837 houve um violento ataque para “[...] castigar e repellir a barbaridade dos Bororos da Campanha [...]” (RIBEIRO, 1848, p. 106). A intenção era subordiná-los à submissão, fazendo-os trabalhar nas lavouras e na guarda das fronteiras contra os espanhóis, já que estavam, os Bororo Ocidentais e os Umutina, em uma posição estratégica ligando Cuiabá às minas de Mato Grosso (BARROS & BORDIGNON, 2003).

Os Bororo Orientais, sofreram fortes ataques com toda a carga possível de violência física e cultural, desde Antônio Pires de Campos, que conseguiu aldear muitos deles e foram utilizados para lutar contra seus inimigos, tanto dos bandeirantes como dos Bororo, guerreando principalmente contra os Paiaguá e Caiapó.

---

<sup>26</sup> Muitas expedições apresentavam características militares, organizadas sob rígida concepção hierárquica, onde certamente não reinavam os princípios democráticos.

Sá Carvalho escreve sobre a relação de amizade que teve Pires de Campos com os Bororo:

[sic] Ele fez de seus boróros os índios mais valentes e mais respeitados da época. Era para eles o ‘Pai-Pirá’, e conservavam dele a eterna tradição de chefe gigante e valente. (SÁ CARVALHO, 1937, p. 96).

Houve uma união de interesses entre Antônio Pires de Campo e alguns dos Bororo “trilhadores” do exército nas campanhas. Os Bororo atuavam como guias das bandeiras e em compensação ganhavam força bélica para lutar também contra seus inimigos, sobre este comentário, há melhor explicação no capítulo seguinte, pois nem todos os Bororo foram guias, ou amigos de Pires de Campos.

No que tange as considerações feitas aos Bororo Orientais, sendo definidos como “Bororo do SPI/FUNAI”, “Bororo das Missões” e “Bororo Livres ou Independentes”, Barros & Bordignon (2003) fazem uma ressalva quanto a utilização desses nomes, mesmo para fim descritivos, deve-se ter cuidado para não cair na armadilha etnocêntrica que representa. A explicação está no fato de que essas denominações são incompatíveis com a dinâmica social Bororo (que se identificam a partir do lugar onde nasceram ou viveram a maior parte da sua infância) e seus códigos relativos aos direitos territoriais .

## **1.6. Aldeia**

Aldeia, como se pode pensar, não é um simples núcleo de povoação mais ou menos disperso que revela uma estrutura. A aldeia é uma unidade psíquico-cultural, que oferece uma configuração característica impossível de ser separada do restante das configurações mentais do povo que ali mora. É a menor unidade demográfica e geralmente exige uma unidade política, dependente, claro, do conjunto de crenças religiosas, sociais, políticas, etc. de seus moradores .

Conforme exposto anteriormente, os Bororo fazem parte do tronco lingüístico Macro-Jê, e caracterizam-se por uma estrutura social de grande complexidade, abrangendo diversos sistemas de metades que se entrecortam e são dotadas de funções específicas, isto é, organização social dualista.

A aldeia bororo ou *ba*, tem forma satisfatoriamente circular, idealmente construída em terreno próximo a um curso d'água, formada por um conjunto de choupanas que circundam uma grande choupana central, a “casa-dos-homens” (veja figura 4). Em termos ideais, o curso do Sol divide a roda das casas em dois semi-círculos ou lados; um ao Sul, formado pelas choupanas *Tugarege*, e outro ao Norte, formado pelas choupanas *Ecerae*. Cada lado ou semi-círculo de choupanas é subdividido em diversos setores sobre os quais são construídas as choupanas. O grupo humano associado a cada setor de terras constitui um clã<sup>27</sup>.



**FIGURA 4:** Vista aérea da Aldeia Córrego Grande, 1971.  
Fonte: Sylvia Caiuby Novaes (1983).

Apesar do decréscimo populacional, frente às contingências catastróficas do contato, os Bororo não dissolveram as suas aldeias. Estas, apesar de cada vez menos numerosas, representam o princípio básico de reaglutinação dos indivíduos.

As aldeias são matrilineares<sup>28</sup> e duais<sup>29</sup>, ou seja, estão estruturalmente divididas em duas metades iguais e complementares, compreendendo os *Eceráe*, ao Norte, e os *Tugarege*, ao Sul. Cada metade compreende quatro clãs e cada clã, vários sub-clãs. Cada clã e sub-clã têm sua localização sócio-espacial determinada, demarcando o lugar das famílias e indivíduos na estrutura social Bororo.

<sup>27</sup> Os primeiros pesquisadores a trabalharem sobre este assunto foi Colbacchini (1925), Albisetti & Venturelli (1962, 1969) e Montenegro (1963).

<sup>28</sup> A sucessão se faz por linha materna.

<sup>29</sup> A organização dualista se caracteriza por uma reciprocidade de serviços entre as metades, que são ao mesmo tempo associadas e opostas (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 145)

Os sub-clãs são compostos por indivíduos de ambos os sexos, crianças e adultos, da mesma descendência matrilinear, adotando o mesmo totem (que pode ser representado por um táxon do reino animal, vegetal, ou o herói, o índio), em torno do qual giram os mitos de origem (NOVAES, 1983). São exemplos: a metade *Eceráe* compreendendo o clã dos *Baádo Jebáge Cebigiwúige* (chefes das aldeias de cima ou construtores da aldeias), dos *Baádo Jebáge Cobugiwúige* (chefes das aldeias de baixo ou construtores da aldeia), *Bakoro Ecerae* derivado dos *Bokodóri Eceráe* (provenientes dos tatu canastra) e dos *Kié* (originários das antas). Os pertencentes à metade *Tugarege*, por sua vez, estão subdivididos, em clã dos *Apiborége* (os donos da palmeira acuri), dos *Aróroe* (os larvas), dos *Iwagiúdu-dóge* (os gralhas), dividido em *Coreu* (adornos escuros) e *Kujagureu* (adornos avermelhados), e dos *Páiwöe* (os bugios) também divididos em cores distintas de adornos (escuros e avermelhados) e cores de pele (clara e escura) (COLBACCHINI & VENTURELLI, 1942). Cada clã possui seu lugar marcado, seus adornos, nomes, cantos próprios e suas obrigações nas cerimônias. Os moradores de uma metade só podem casar com os da outra (casamentos exogâmicos), assim como os funerais são feitos pelos membros da metade oposta<sup>30</sup>.

Sendo os Bororo matrilineares, a sua descendência se dá pela linha materna e a criança pertence ao mesmo clã de sua mãe. Por meio da estrutura de parentesco, é que situa espacialmente e socialmente cada indivíduo dessa sociedade. Igualmente a estrutura sócio-espacial orienta a inserção de seus membros, oriundos de outras localidades e aldeias. Isso não induz e nem significa, ser uma sociedade matriarcal, ou seja, a mulher responsável pela organização social e política da aldeia, responsabilidade esta, como veremos logo mais, é do conselho dos anciões, cacique, bári e xamã. Cabe ainda hoje à mulher, a responsabilidade direta pela conservação e propagação do seu sub-clã.

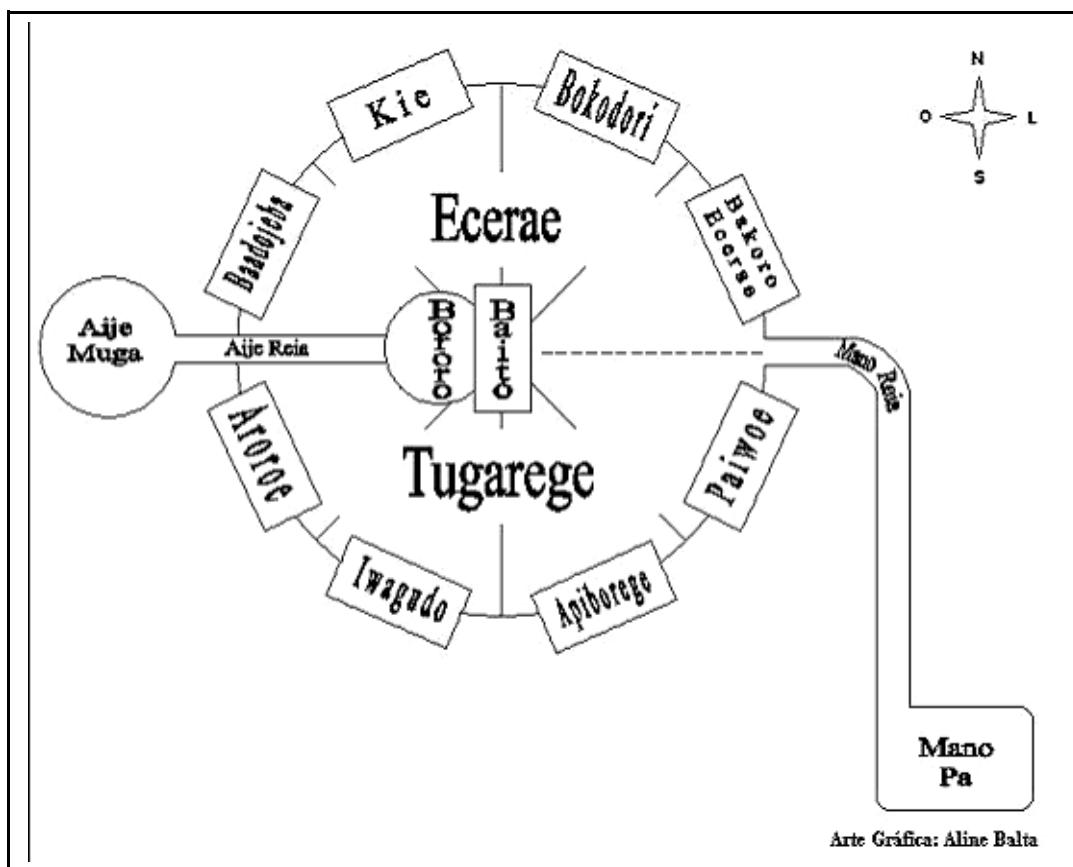
A residência era preferencialmente matrilocal, ou seja, após o casamento o homem é quem passava a pertencer à família de sua mulher, transferindo sua moradia para a casa da mãe dela. O homem ia residir na choupana de sua esposa após ter morado no *bai mana gejewu* (ou *baito*, a casa-dos-homens, o centro político e ritual das aldeias e dormitório dos *ipare*, os jovens solteiros). Apenas os *ime* (homens casados), que tinham o direito de dormir nas choupanas da periferia, ocupadas por suas esposas (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962).

---

<sup>30</sup> Sobre este assunto pode ser pesquisado em diversos autores como: Colbacchini (1919), Albisetti & Venturelli (1962), Novaes (1983), Lévi-Strauss (1991), Ochoa (2001), entre outros.

As casas e os clãs possuíam posição invariável, sendo que o comportamento e as ações dos membros dessa sociedade eram orientados por um sistema de valores cosmológicos e códigos sociais que abrangiam desde os gestos mais comuns da vida cotidiana até aqueles que carregam em si uma carga simbólica densa, como nos ritos funerários (BARROS & BORDIGNON, 2003).

A figura abaixo apresenta a divisão clânica de uma aldeia Bororo. Segundo Viertler a especificidade das aldeias reside num arranjo propício a um cenário adequado às práticas funerais (a respeito, com toda a sua carga sócio-simbólica, confira Viertler, 1991). Na aldeia deve haver um *Aije Muga* (uma clareira a Oeste), um *Mano pa* (estrada dos representantes da cerimônia dos zunidores, ou estrada do ritual das rodas do Mano), um *Baito* (casa central) e um *Bororo* (pátio).



**FIGURA 5:** Planta de uma aldeia Bororo.  
**Fonte:** MANO (1995, p. 73).

As unidades residenciais clânicas e matrilocais são dispostas sob a forma de anéis concêntricos e na mesma distância entre si, em volta de uma grande choupana central

chamada *bai mana gejéwu* ou *baito* (casa-dos-homens), o centro político e ritual das aldeias, cenário de exuberante vida ceremonial desse povo (VIERTLER, 1991). O pátio ao redor da Casa Grande central é chamado bororo, onde acontecem as cerimônias e as danças. Essa estrutura, marcada pela igualdade, fundamenta a organização social do grupo.

No entanto, nem todos os grupos Bororo ofereciam todas as condições exigidas para a realização do ritual funerário e somente podiam praticar o rito os que contavam com representantes de todos os clãs. Com isso, os grupos desfalcados transportam o cadáver até a aldeia que tinha todos os clãs, cabendo a eles as prestações de serviços funerários, viabilizando desta forma a sociabilidade. O que demonstra a importância social de coesão e solidariedade, através dos ritos funerários, que até os dias atuais é promovido. Quando eles estão residentes em outras localidades, resta deslocarem-se temporariamente, o que pode significar dias, meses ou anos.

O funeral é a cerimônia mais rica dos Bororo. Os ritos fúnebres iniciam-se com a morte e terminam com a sepultura definitiva dos ossos, devidamente ornamentados numa lagoa. Bordignon (1986) explica que a cerimônia pode durar um mês, às vezes até três, sendo necessário esperar a decomposição do corpo para então ornamentar os ossos.

O rito de decomposição do corpo para ornamentação dos ossos começa, em primeira instância, sendo o morto depositado em uma cova rasa no bororo (pátio da aldeia), que é regada com água diariamente para acelerar o processo de decomposição (veja figura 6). Durante esse período, inúmeros rituais são realizados, como danças, caçadas, refeições, representações de espíritos, abluições, escarificações, incineração dos pertences do finado e outros, sempre acompanhado de cantos solenes e longos entre os quais destacam-se *Roiá Kuriréu, Marenarúie, Cibáe Etawádu, Aróe Enogwári* (BORDIGNON, 1986).



**FIGURA 6:** Pátio da aldeia Garças, com defunto em processo de decomposição.  
**Foto:** Lisandra Zago (Jun./1997).

Por intermédio do sepultamento provisório e da lavagem, o processo mais especificado deste ritual inicia-se com o descarnar dos seus ossos, que são enfeitados com urucum e plumas de pássaros (veja figuras 7a e 7b). Incinera-se a choupana e os objetos de uso pessoal do *bireuge* (morto), enquanto os artefatos do *bári* (feiticeiro) são jogados n'água e afastados da aldeia. Nomeia-se um *aróe maiwu* (substituto ceremonial do morto), representante do *bireuge*, incumbido de vingar sua morte pela caça de um animal escolhido pelos entendidos da aldeia.

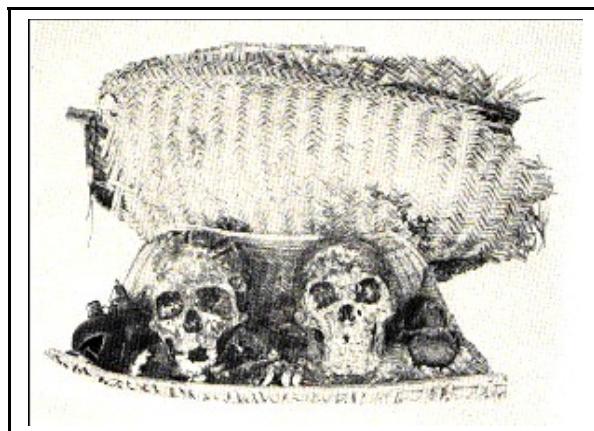
Nem todos recebem *móri* (retribuição feita em nome de um defunto) com onça, podendo ocorrer *móri* com iraras, corujas (não mais utilizadas) ou Gaviões Real, variáveis no tamanho e na qualidade. Diz-se *móri*, vingança ou retribuição, quando, abatido o animal, seu couro é entregue a um parente do defunto. Deve-se observar que os bóe acreditam que o *bópe*, espírito mal, é o causador da morte e matando um *bópe* (o animal especificado) efetuam a vingança.

Existem os enfeites de penas, plumas, unhas, garras, dentes e numerosas fibras vegetais que, confeccionados pelas técnicas da colagem, perfuração, amarração e encordoamento, adquirem grande importância por ocasião do funeral, oferecidos como *móri* ou *akiró* (oferta de enfeites de penas), quando, em recompensa ao *móri*, os parentes

do morto outorgam ao caçador o direito de “mexer” com os vestígios imperecíveis dos seus antepassados clânicos (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962; VIERTLER, 1976).

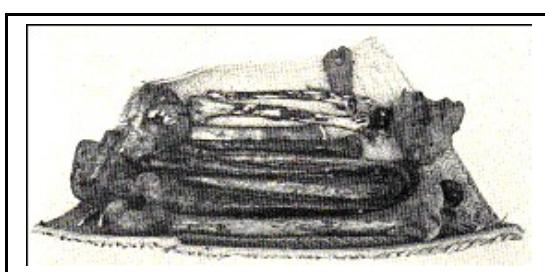
A ordenação do ciclo funeral e a seleção dos seus protagonistas é sempre feita pelos *Baadojebage Cebegiwuge*, que iniciam os cantos e proclamam a distribuição da comida aos representantes dos defuntos e as cerimônias funerárias. Os *Baadojebage* têm como ancestral clânico o próprio *bópe*, possuindo por isso a primazia de lidar com os mortos humanos cuja carne pertence ao *ate* (bichinho do *bópe*)<sup>31</sup> que a devora debaixo da terra (Airugodo, C.G. 1970, apud VIERTLER, 1976).

Devem ser totalmente eliminados os vestígios do corpo dos Bororo (veja figuras 7a e 7b), e somente o xamã das almas, tem o direito de permanecer nas lagoas de cujas margens o *bópe* espia tudo o que um Bororo faz e deixa de fazer (VIERTLER, 1976).



**FIGURA 7a:** Crânios e restos de cesta funerária encontrados numa gruta funerária, conservados no MRDB.

**Fonte:** Albisetti & Venturelli (1946, p. 538).

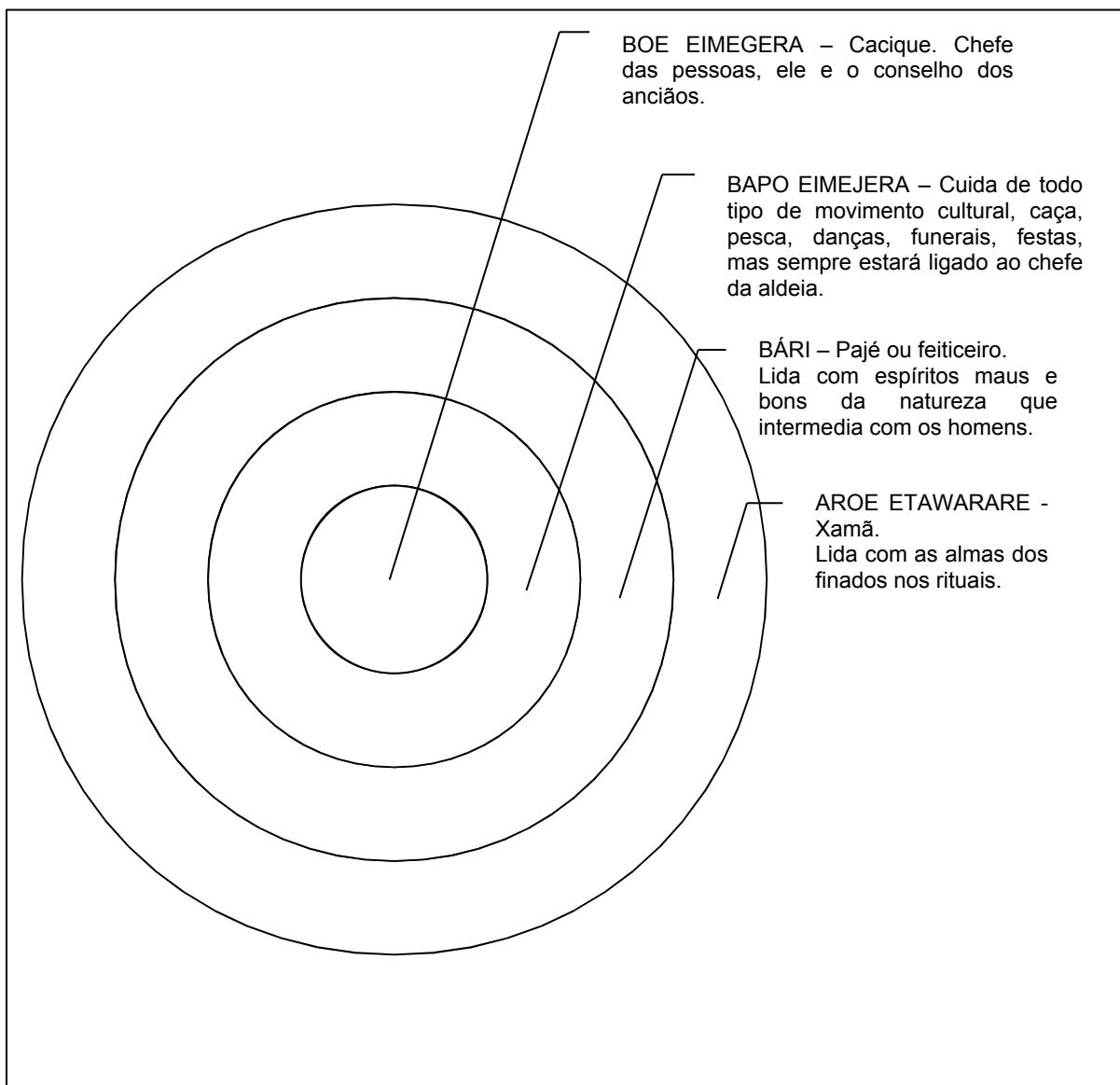


**FIGURA 7b:** Ossos maiores encontrados numa gruta funerária.

**Fonte:** Albisetti & Venturelli (1946, p. 537).

<sup>31</sup> Segundo o índio Libério, refere-se às larvas das moscas (informação verbal, abril de 2005).

A figura do xamã, assim como o culto dos mortos e o funeral, constituem os pilares que sustentam a organização social Bororo, havendo o *bári* (vocação pessoal, o pajé) e o *aróe et-awára áre* (que quer dizer “dono do caminho das almas”, ou xamã), tendo como principais funções evocar as almas dos antepassados e presidir certas cerimônias. O *bári* é o intermediário entre os espíritos e os Bororo e tem a vocação pessoal de curar as doenças, benzer a caça, afastar os maus espíritos, adivinhar o futuro, acompanhar caçadas rituais e conhecer os mistérios da natureza. São muito estimados e temidos, possuem cantos e fórmulas próprias (BORDIGNON, 1986). Observe a figura abaixo que especifica a organização política e religiosa dos Bororo.



**FIGURA 8:** Organização Política/Religiosa dos Bororo.

**Fonte:** Organizado por Lisandra Zago com a colaboração de Mário Bordignon.

*Boe Eimegera* – Este é o chefe da aldeia, é responsável pelo bem da comunidade, organiza as guerras, os problemas e os deslocamentos da aldeia, mas nunca sozinho, é sempre orientado pelos demais homens Bororo;

*Bári* – Para se escolher o *Bári*, faz-se o mesmo processo do *Aroe Etawarare*, porém, trata-se de espírito do bom e mais fraco. Este faz previsões e adivinhações para o bem de seu povo. Em algumas vezes ele deve ser rígido, podendo até matar as pessoas que estiverem contrariando os preceitos deste espírito.

*Aroe Etawarare* – Esses eram mais “fortes” que os *Bári*. Sabiam mais feitiçarias e melhor se davam com os espíritos maus, sendo os únicos aos que os *Bári* temiam. Eram pessoas escolhidas pelo espírito mau (demônio) e já pequeno começavam ter “visões”, até se tornar adulto e finalmente, o *Aroe Etawarare*. Estes já eram raros desde a antigüidade e, com a aproximação dos não-índios na cultura bororo, foram extintos (Libério Rodrigues Uiagomeareu, 2005).

Alguns estudiosos chegaram a afirmar que os Bororo estariam a caminho de um fim cultural, mas como pode ser observado nas fontes contemporâneas, as mudanças adotadas pelos Bororo são maneiras de se adaptarem a nova realidade da época, acompanhando o “desenvolvimento”.

No capítulo seguinte poderá ser analisado os primeiros motivos e consequências que levavam estudiosos a crerem na extinção dos Bororo, e as causas que ocorreram juntamente com o povoamento de não-índio ao seu território.

## CAPÍTULO II

### MATO GROSSO, “A TERRA DA CONQUISTA”

[...] a gente não tem conhecimento de muita coisa que foi registrada sobre nosso povo. Esse material sempre serviu para enriquecer o conhecimento dos brancos. Nós queremos conhecer melhor a nossa história [...].

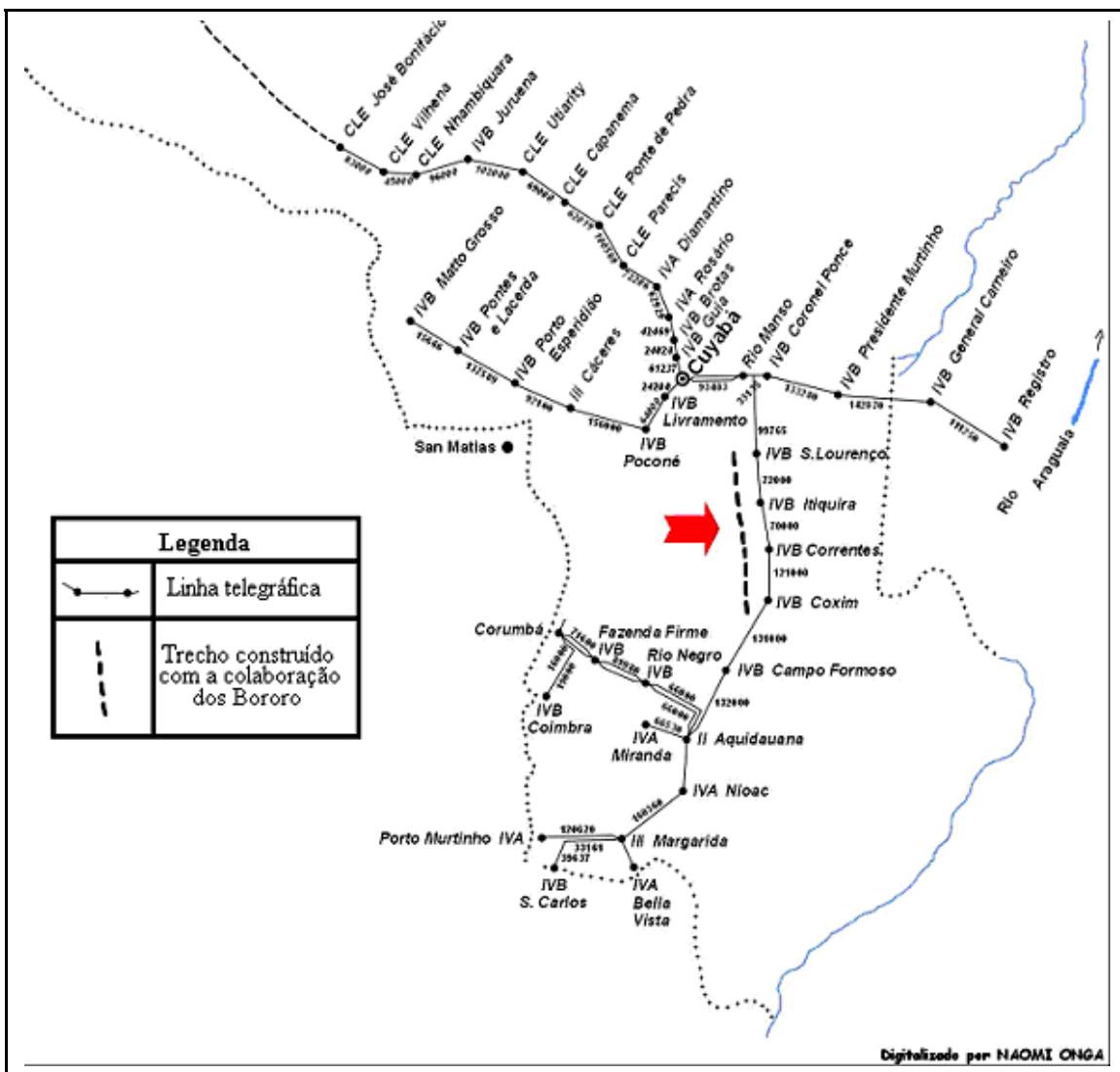
Meu avô falou bem assim... que o lobo uiva atrás de comida antes da chegada da primavera e que depois que ela chega ele tem que esperar para obter frutos. Ele fica magrinho de tanto uivar atrás de chuva, atrás de primavera... meu avô disse que a flor anseia pelo orvalho e quando ela tá quase murchando as pétalas o orvalho cai. Ele falou que nós somos como o lobo, como a flor [sic].

Felix Rondon Adugo Enawu (índio Bororo).  
Informativo do Centro Cultural Padre Rodolfo Lunkenstein.

Há muitos estudos sobre Bororo, sobretudo posteriormente à Cândido Mariano da Silva Rondon, e aos salesianos que permanecem produzindo materiais a respeito da cultura e história desse povo. No final do século XIX, os salesianos foram convidados a atender numerosos grupos indígenas do interior mato-grossense, que segundo Duroure (1977), estavam em notável abandono. Os primeiros missionários chegaram a Cuiabá em 1894, sob a orientação do bispo Dom Luiz Lasagna e em 1895, fundaram a primeira missão entre os Bororo, na Colônia Teresa Cristina. Iniciaram expedições a procura de grupos indígenas ao Norte e ao Leste da capital da província de Mato Grosso, sem abandonar suas atividades em paróquias, seminários, escolas, hospitais, dentre outros, limitando consideravelmente o trabalho com os povos indígenas da região.

Enquanto Rondon colocava Mato Grosso e a região amazônica em comunicação com a capital brasileira, na construção da linha telegráfica, doenças e deserções dos militares tornava os trabalhos cada vez mais difíceis. Rondon então, procurou ajuda dos Bororo, com quem já havia feito amizade e aprendido um pouco de sua língua durante a reconstrução da linha Cuiabá-Araguaia, antes tantas vezes atacada pelos Bororo, quando o responsável era o general Gomes Carneiro. Para auxiliar a comissão de Rondon, foram dois grupos de Bororo, um formado por 120 índios, chefiado pelo pajé Baruréu, da aldeia

Okóge E-iáo, e outro grupo, formado por 150 índios, chefiado pelo cacique Oarine Aribó Ekureu (Andorinha Amarela), da aldeia Kejári. Os índios aldearam-se com suas famílias longe do acampamento militar, e concluíram um trabalho bem sucedido (BORDIGNON, 1986). Cada vez mais Rondon interessava-se pela sobrevivência dos povos indígenas, e logo fundou uma entidade, o SPI<sup>32</sup>, Serviço de Proteção aos Índios, para dar proteção, assistência e demarcar áreas indígenas<sup>33</sup>.



**Figura 9:** Linhas telegráficas de Mato Grosso.

**Fonte:** Barros & Bordignon (2003, p.105).

<sup>32</sup> Em 1910 o processo de incorporação dos Bororo à sociedade nacional se consolida com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente, em 1918, transformado em SPI, Serviço de Proteção ao índio. Bigio (1996, p. 26).

<sup>33</sup> Para o estudo das relações de Rondon com os Bororo, uma variedade de fontes, doadas pela família de Rondon (foto-filmados, cartas, relatórios etc.) poderá ser encontrada no Museu do Índio no Rio de Janeiro, também conhecido como Museu Rondon.

Na segunda parte deste capítulo, são feitas análises sobre os primeiros contatos interétnicos mantidos ao Norte do antigo Estado de Mato Grosso e a formação do novo povoado de não-índios que se estabeleceu na região.

As relações pacíficas ou não, mantidas entre os Bororo com outros grupos indígenas e com a sociedade não indígena, que se aproximava e acrescia, gradativamente, na região são consideradas aqui como contatos interétnicos. Mediante estes contatos, muitas vezes forçados por ataques e contra-ataques, os Bororo e outros grupos indígenas foram sofrendo desastrosas alterações culturais relacionadas às doenças incomuns, conflitos, redução de território, que acarretaram, além da diminuição populacional, adequações comportamentais frente à nova realidade da época.

Este capítulo se divide em duas partes: a primeira, enfatiza os meios de transportes, principais recursos que colaboraram para o povoamento de não-índios na região, com o intuito de encontrar ouro e capturar índios; e a segunda, disserta especificamente sobre a formação de grupos urbanos não-indígenas na região matogrossense, sem necessariamente apresentar os conflitos, assunto que será tratado no terceiro capítulo. Advirto que as bandeiras e monções eram compostas por distintas espécies de pessoas, sendo comerciantes, escravos negros, índios de diversas nações, dentre outros, somadas a indivíduos que chegavam ao antigo Mato Grosso trazendo consigo, diferentes economias, políticas, doenças, crenças, e outras peculiaridades.

## **2.1. Os caminhos à “terra da conquista”: de São Paulo a Mato Grosso**

Os paulistas por estarem distantes dos centros de consumo, e incapacitados de importar a escala desejada de negros africanos, procuraram o braço indígena, os “negros da terra”, e “[...] para obtê-los, foram forçados a correr sertões inóspitos e ignorados [...]” (HOLANDA, 2000, p. 16).

Lentamente os paulistas foram impondo seus costumes, técnicas e tradições metropolitanas, incluindo a própria língua portuguesa que atingiu o território nacional e foi habilmente modificada (HOLANDA, 2000).

A região mato-grossense teve colonização mais liberal, pois esteve desamparada pelo governo devido à extensa distância entre a capital e o Estado e a precariedade no

transporte, o que possibilitou um constante processo de adequações, com padrões rudes e primitivos. Duroure e Canavarros fizeram um estudo para explicar a origem do nome “Mato Grosso”, atribuído à região:

Segundo Fausto Vieira de Campos em ‘Retratos de Mato Grosso’, a denominação ‘Mato Grosso’ começou a ser empregada mais ou menos à altura do ano de 1715. Antes os topónimos usados eram: Sertões dos Parecis, Campanha dos Parecis e mesmo Mato Grosso dos Parecis... Encontra-se pela primeira vez o nome característico atual de Mato Grosso em José Gonçalves da Fonseca, que, em crônica da época registra: ‘no ano de 1736, Luiz Rodolfo Vilar saiu de Cuiabá para oeste, encontrando matos virgens, de arvoredo muito elevado, e que foi apelidado Mato Grosso [...] (DUROURE, 1977, p. 50).

Nas palavras do mestre-de-campo José Gonçalves da Fonseca: ‘...logo que baixaram à planície da parte opposta aos campos dos Parecizes (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando e penetra-o, o foram appellidando Mato Grosso e este é o nome que ainda hoje conserva todo aquele districto’. ‘Notícia da situação de Mato-Grosso e Cuyabá: estado de uma e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes’. (RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXIX, parte I, 1866, *apud* CANAVARROS, 2004, p. 182).

A população não-índia, nas primeiras décadas do século XVIII, abandonou as comodidades e modernidades da vida urbana, e contaram com alguns indígenas “amansados” como seus principais iniciadores e guias, atraídos por um Mato Grosso cheio de promessas e esperanças. Juntos aos índios, os não-índios passaram por uma penosa aprendizagem em como resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço, a estranha topografia, à familiaridade quase instintiva com as plantas medicinais e comestíveis, e a contar com as próprias forças durante o trajeto.

As bandeiras e as monções, respectivamente as incursões terrestres e fluviais, foram expedições caracterizadas pelo fluxo migratório, com a finalidade de levar interessados ao interior da colônia brasileira, em especial à província mato-grossense, até alcançar os índios, ou as zonas mineradoras.

Das bandeiras os “bandeirantes”, nome genérico dado àqueles homens que se armavam e lançavam pelos sertões<sup>34</sup> à captura de índios e para se tornarem hábeis a distinguir espaços ainda desconhecidos. O objetivo era o aprisionamento de índios e o descobrimento de riquezas e outras especiarias para o comércio. Chamados de sertanistas eram filhos, netos de portugueses e portugueses que vieram do Reino por diversos motivos.

---

<sup>34</sup> Não necessariamente o sertão tratado no decorrer do texto refere-se ao sertão nordestino, trata-se de uma linguagem corriqueira das fontes ao indicar a zona pouco povoadas do interior do país.

Cabe também a essa denominação, os mamelecos (filhos dos portugueses com as índias ou ‘negras da terra’); índios já *apresados* e administrados, que eram criados como bastardos e bastardas; “bugres”, pertencentes a famílias que os buscavam nos sertões para os serviços na sociedade colonial além de escravos africanos, forasteiros recém chegados de Portugal e os religiosos que iriam fazer parte de embarcações rumo a novos mundos desconhecidos (PRESOTTI, 1996).

O mito do bandeirismo de louvor é sobretudo ditado por Cassiano Ricardo (1970), que coloca os bandeirantes no plano do mito da construção da nacionalidade, com a magna expressão de seus feitos. Esse culto, porém, serviu para mascarar a pobreza da capitania na época das bandeiras, atribuindo aos bandeirantes, qualidades que não tiveram, como as de colonizador e pioneiro (MOOG, 1981). Em contrapartida, segundo Reynaldo (2004), Alcantara Machado reconstituí a história dos bandeirantes, tecendo uma combinação de violência, malícia e miséria liderando a dessacralização do mito dos bandeirantes (1981).

As monções são relatadas por Taunay como tropas de canoas – “[...] esquadrilhas, organizadas às pressas e a esmo, para vencer o deserto aspérrimo, nelas embarcando indivíduos de todas as categorias: aventureiros e burgueses bem afortunados e colocados, civis, militares e eclesiásticos [...]” (1953, p. 14). Todos incitados pelas minas cuiabanas, mas muitas vezes não preparados às surpresas desagradáveis das viagens, pois perdiam quase todos os seus escravos e viam-se incapacitados para os serviços nas minas, sem contar as doenças, fome, naufrágios, e índios que, às vezes, exterminavam expedições inteiras.

Quanto à distância percorrida de São Paulo a Cuiabá, Gervásio Leite (1946, p. 100), sugere ser cerca de “[...] quinhentas e trinta léguas de sertão bruto, áspérrimo, desconhecido [...]”, partindo de Araritaguaba (Porto Feliz) até aos portos de parada de Cuiabá ou Coxipó.

Holanda (1960, p. 71) refere-se ao termo monção aludindo “[...] originalmente aos ventos fortes dos mares do sul, que impulsionavam as embarcações marítimas e facilitava as navegações rumo ao oriente no século dezesseis”. Na historiografia brasileira, o termo refere-se ao fenômeno de deslocamento de paulistas e oficiais portugueses, às minas de Cuiabá e de Mato Grosso, transcorrido durante o ciclo do ouro, na primeira metade do século XVIII. Essa palavra é de procedência árabe e que se generalizou entre os

marinheiros lusíadas durante os seus descobrimentos marítimos no Oriente, e que não foi conhecida entre os paulistas antes do segundo decênio do século XVIII.

O movimento monçoeiro foi importante para o alargamento das fronteiras, o surgimento e subsistência de novos povoados e o apresamento e extermínio de muitos povos indígenas.

A história das monções do Rio Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil Central (HOLANDA, 2000). Há, porém, a versão que considera uma provável transição de bandeiras para monções, isso a partir do descobrimento das minas do Coxipó, o marco inicial das monções, que acabam em sua base, mantendo a mesma gente precursora das bandeiras.

Uma notável diferença entre bandeiras e moções: as bandeiras utilizavam pouco as embarcações para seu deslocamento (que eram toscas canoas de casca) e somente nos sítios onde o caminho a pé tornava-se impossível de se praticar. Já nas monções, as embarcações tornaram-se o meio essencial de deslocamento, usando o caminho terrestre somente nos varadouros, e aí também utilizavam cavalos e, excepcionalmente, carruagens.

### **2.1.1. As expedições monçoeiras**

No final do século XVII e início do século XIX, monções incidiram na região do antigo Mato Grosso, levando consigo as influências do litoral colonial, integrando uma nova fronteira entre o sistema mercantilista e o abastecimento interno.

As primeiras embarcações utilizadas nas monções foram bastante vulneráveis, especialmente em regiões habitadas por índios Payaguá, Guató e outros canoeiros que eram mais experientes que qualquer tripulação monçoeira. Esses índios, por estarem em seus territórios, tinham conhecimento detalhado dos rios, viabilizando suas emboscadas que freqüentemente dizimavam as tripulações que ali transitavam.

As dificuldades tiveram diferentes procedências, como o enfrentamento dos índios de diversas etnias, as doenças transmitidas por insetos, os animais peçonhentos, os fatores climáticos, as cachoeiras, a fome e também enfermidades desconhecidas. Mediante a pouca reserva de comida que era possível levar, a tripulação usufruía da grande diversidade de

frutos que havia nas encostas dos rios e da caça e pesca que faziam durante as incursões (TAUNAY, 1953).

As primeiras expedições possibilitaram novas experiências aos componentes das monções. As embarcações melhoraram aumentando o tamanho e, proporcionalmente, o aumento da capacidade de carga - maior tripulação e mais mantimentos – e outros aperfeiçoamentos às embarcações como a instalação de telas (mosquiteiros) que protegiam os tripulantes dos ataques dos insetos.

Segundo Holanda (2000), as canoas utilizadas nas monções no rio Cuiabá provavelmente foram as mesmas utilizadas no extremo Norte, onde todos os caminhos eram fluviais, ou então, as mesmas utilizadas no Rio Tietê, no Rio Pardo, no Rio Paraguai, no Rio Coxim ou no Rio Taquari. As embarcações utilizadas em Cuiabá seriam as mais cômodas em cursos d'água pouco volumosos, como o Sanguessuga e o Camapuã, em virtude das cachoeiras. Geralmente os nomes que se davam às canoas monçoeiras, não eram de mulheres, de flores ou de santos, mas sim, de árvores servisais, como Peroba e Ximbó, caracterizando a qualidade da madeira utilizada na fabricação das embarcações.

As monções foram responsáveis pela atividade de comércio interno e de abastecimento, dando origem a um movimento que não se limitou genuinamente em exploração, mas expandiram as fronteiras além das delimitações conhecidas pelas coroas portuguesa e espanhola (HOLANDA, 2000). A partir do momento em que se iniciam os primeiros deslocamentos, começa paralelamente a criação de povoados pelos caminhos onde passavam os monçoeiros, em decorrência daqueles que desistiam da longa viagem ou não suportavam os sacrifícios existentes e acabavam ficando pelo caminho. Estes pequenos povoados serviram, mais tarde, como postos de auxílio para as monções subsequentes que por ali passavam.

Caldas (1886) e Taunay (1953) descrevem que inicialmente os monçoeiros realizavam dois percursos sendo o primeiro, utilizado entre 1719 e 1724, tendo início no Rio Tietê (antigo rio Anhembi), passando pelo Rio Paraná (antigo rio Grande), descendo à barra do Rio Pardo, posteriormente pelo Rio Anhanduí (Auhanduhy-guassú), seguindo para a travessia pelos Campos de Vacaria<sup>35</sup> (quarenta quilômetros). Segundo Caldas (1886), os Campos de Vacaria percorriam um varadouro com 6 ou 7 léguas de extensão até

---

<sup>35</sup> Segundo Caldas (1886), recebem o nome de Campos de Vacaria os campos que delongam ao lado ocidental da bacia do Paraná desde o rio Pardo até o Ivinhema.

encontrarem os principais afluentes do Rio Mbotetey ou Mondego (hoje Rio Miranda), que desaguavam no Rio Paraguai. Subindo este rio, chega-se aos rios São Lourenço<sup>36</sup> e Cuiabá.

A principal dificuldade deste caminho era a travessia dos Campos de Vacaria, em decorrência da presença de grupos indígenas, muitas vezes generalizados e descritos como Guaicuru, Caiapó e até Payaguá. Isso acontecia porque os escrivões não sabiam distinguir um grupo étnico do outro, e assim, os padronizavam. Porém, havia grupos indígenas que esporadicamente faziam suas incursões pela região, como os Bororo que alcançavam, ao Sul, as cabeceiras dos rios Miranda, Taquari, Coxim e Aquidauana, e à Sudeste, alcançavam o Rio Paraná<sup>37</sup>.

O segundo roteiro foi percorrido pela primeira vez em 1725, envolvendo o Rio Tietê, Rio Paraná e Rio Pardo, atravessavam por terra o varadouro de Camapuã<sup>38</sup>, chegavam ao Rio Sanguessuga, posteriormente o Rio Camapuã, Rio Coxim, Rio Taquari, Rio Paraguai, Rio São Lourenço e por fim, o Rio Cuiabá. Este trajeto foi escolhido com o intuito de diminuir as dificuldades mais sérias e extensas, como os ataques de índios Caiapó, Payaguá, Guaicuru, Bororo entre outros não relatados, mas que habitavam as margens dos rios.

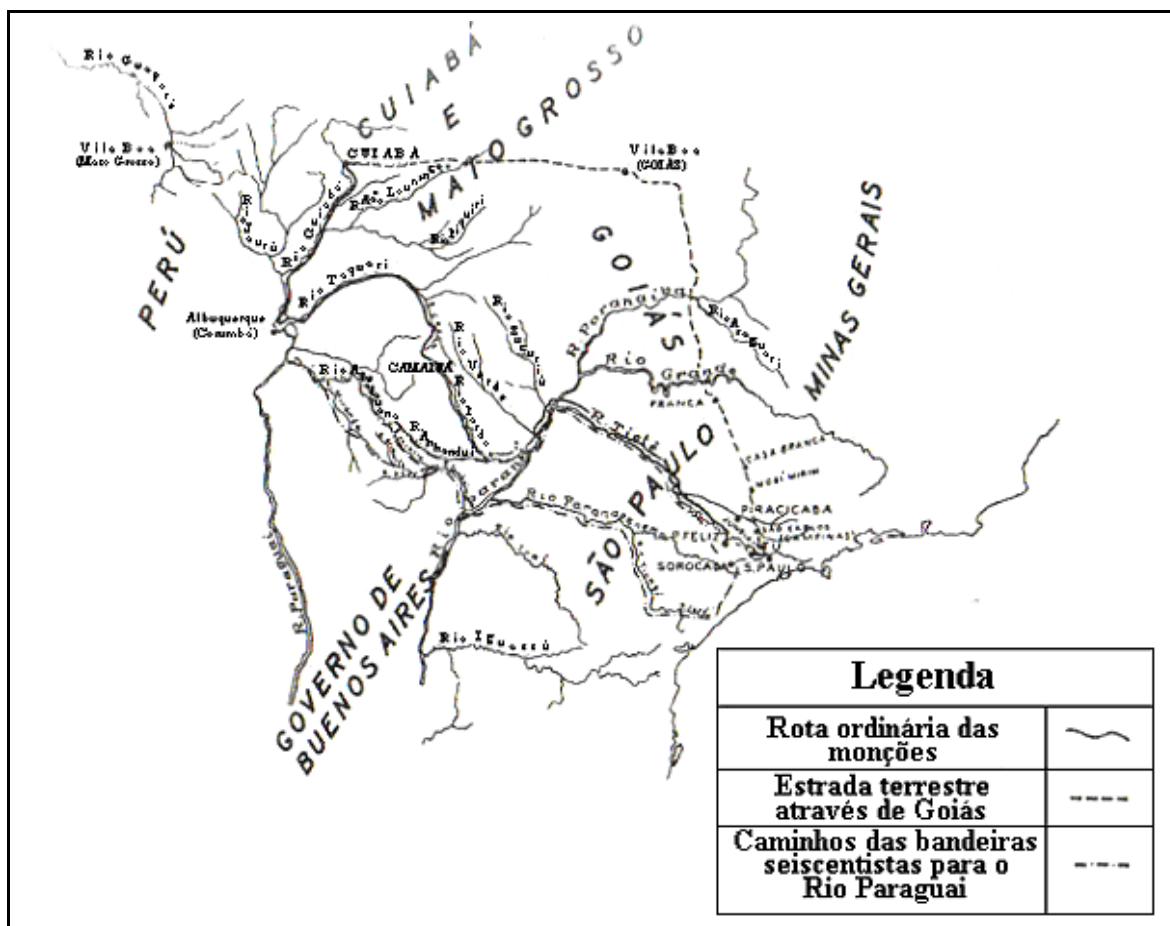
O período, compreendido de março a maio ou junho, era o escolhido para as saídas das frotas do porto de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba, atual Porto Feliz. A preferência pela época se deve à colheita, e por consistir no período de cheia, tornando a navegação menos trabalhosa. O período de seca, compreendido de junho a agosto, aumentava a possibilidade de contrair malária e outras doenças. Independente da época, as navegações para Cuiabá não deixavam de ser uma aventura penosa e cheia de riscos aos navegantes.

---

<sup>36</sup> Vale lembrar, que até o fim do século XIX o Rio Cuiabá era afluente do São Lourenço, e “este depois de um inverno mui chuvoso, mudou de curso, à direita e a montante da antiga barra do Piquiri, abrindo um furo, denominado Tarigara, e foi deversar suas águas no Cuiabá, tornando-se tributário do seu antigo afluente.” (DUFOUR, 1977, p. 52).

<sup>37</sup> Confira em Colbacchini & Albisetti (1942), Ribeiro (1970), Serpa (1988), Vierler (1990), Corrêa Filho (1994), Bordignon (2001), Barros & Bordignon (2003), dentre outros.

<sup>38</sup> O varadouro de Camapuã é um sítio relacionado à história da expansão territorial brasileira, sendo este o trecho central da rota das monções. Camapuã é uma palavra de origem Tupi-Guaraní e tem o significado de "Seios Erguidos". É importante citar a fazenda de Camapuã, fundada em 1719 pelos irmãos Leme que contou com a mão de obra escrava de vários cativos, inclusive Bororo.



**Figura 10:** Rota ordinária das monções. Caminho das bandeiras seiscentistas para o Rio Paraguai.  
**Fonte:** Holanda (2000, p. 145).

Bordignon (1986) e Acyr Vaz Guimarães (2000) descreveu uma grande quantidade de cachoeiras nos rios percorridos, sendo 55 (cinquenta e cinco) no Rio Tietê, 33 (trinta e três) no Rio Pardo, 4 (quatro) no Rio Coxim e 1 (uma) no Rio Taquari. Este percurso abrangia 531 léguas por água e 23 léguas por terra, experiência que durava de quatro a seis meses de viagem.

Mesmo com tantos percalços encontrados pelos caminhos, as expedições conduziram para a região das minas grande número de pessoas, entre as quais, religiosos, funcionários do governo, profissionais liberais, escravos, aventureiros e claro, índios de diversas etnias.

Vale ressaltar a escolha dos tripulantes que exigia tamanha precaução, Holanda (2000) conta que dos indivíduos, poucos eram afeitos a qualquer ocupação útil, e por todo Brasil colonial, se deparavam com pessoas vadias vivendo à margem das atividades regulares e remuneradoras.

A dificuldade em obter navegantes aptos vinha desde o século XVIII, e ainda no século XIX, constatavam-se problemas com os tripulantes. Em muitos documentos descritos como criminosos, amotinadores e insubordinados, geralmente criados na ociosidade e inadaptáveis à disciplina rígida, e em pontos de escala obrigatória, passavam a noite em verdadeira orgia e festas nos jogos de cartas, músicas, danças, desafios e quando animados pelo álcool, eram comuns os tumultos, reservando pouco tempo para dormir e descansar.

[...] com os vadios deste país hé que se se formão as tripulações das repetidas expedições q'desta Villa partem para Cuyabá, e por isso esta gente de alguma maneira devem ser respeitadas por sua habilidade no trabalho do rio [...] (APSP: Maço 54, Pasta 2, n. 5, *apud* Holanda, 2000, p. 68).

Acompanhando os monçoeiros estavam os próprios comerciantes que iam trocar por ouro sua mercadoria “civilizada”: algodão, lã, ferragens, louças, chapéus de pêlos, pólvora, chumbo, sal e outras tralhas de fácil comércio. Na verdade a população “não via com bons olhos” esse grupo de pessoas, pois geralmente na véspera e no dia da partida, costumava se embriagar e provocar espanto entre os moradores.

O duro e rude realismo do comércio de Cuiabá refletia no próprio aspecto exterior das embarcações presidido por um critério estritamente utilitário de sua fabricação, e homens acompanhados de medos inspirados pelas cachoeiras, índios, e forças hostis da natureza. Os rios, as longas jornadas fluviais repercutiram de algum modo, numa ação disciplinadora àqueles homens aventureiros, onde a própria canoa da monção forçava a um modo de organizar tumulto e, perante a dificuldade de alcançar a harmonia, uma momentânea conformidade das aspirações em contrastes era estabelecida. Pois para remar, mesmo descontentes uns com os outros, era necessário um consenso para remar e seguir viagem, pois o caminho era único, impedindo o debandeio do grupo.

A principal diferença da primitiva bandeira e da monção de povoamento estava no complexo de atitudes e comportamentos determinados por cada um desses grupos. Para as bandeiras, os rios constituíam obstáculos à marcha, e as embarcações se tornavam um recurso ocasional à medida que a marcha se tornava impossível. Contrariamente às monções, pois tinham a navegação como fator limitante e disciplinador dos movimentos revoltosos, sendo a marcha a pé ou a cavalo, exceção à regra.

A intenção em estudar as bandeiras e as monções na região de mato-grosso é discorrer como ocorreram os primeiros contatos interétnicos historicamente relatados entre

não-índios e índios, e suas consequências. Os não-índios transportados por vias terrestres e fluviais em território mato-grossense, ao invadirem área pertencente a grupo indígena, ocasionavam um impacto maléfico, provocando conflito ou deslocamento territorial dos índios.

Observa-se a importância dos transportes na história de contato com os Bororo, pois devido às bandeiras, especialmente as bandeiras lideradas por Pascoal Moreira Cabral em 1718, os primeiros a contatarem os Bororo, e a partir dessa e outras bandeiras, houve uma sequência de guerras, cativeiros e aldeamentos. Alguns grupos Bororo se distinguiam de outros grupos indígenas por servirem como guardas ou guias à bandeira, pois eram exímios conhecedores da região. Paralelamente ao primeiro encontro com os Bororo, houve a descoberta do ouro, acarretando no aparecimento de diversas bandeiras, formando grupos urbanos às margens dos rios Cuiabá e Coxipó, território antes habitado principalmente por Bororo.

## **2.2. O povoamento**

Povoamento não se trata de povoar uma região despovoada, de concentrar pessoas e animais em um “espaço vazio”, como muitos se referiam. Neste trabalho, povoamento será abordado como todo modo de movimentação de não-índios na região e no período em estudo (1718-1886), seja ela estadia temporária ou definitiva, pois nesta extensa região compreendida no antigo estado de Mato Grosso, há milhares de anos inúmeros grupos indígenas desenvolviam sua tradição material e cultural, além de Bororo.

O povoamento de não-índios na região forçou os índios ao remanejamento, ao trabalho escravo e ao padecer de seu grupo, pagando com suas vidas pelo estabelecimento de novos grupos: os bandeirantes, os monçoeiros e os demais que os acompanhavam, por razões peculiares.

Para Elias (1994), civilização é um processo ou resultado deste, onde a atitude humana habitual é inexistente, passando a ser condiciona, tratada e alterada historicamente. Já Almeida (1997), entende civilização como o intuito de educar, no sentido de transformar, com o propósito de universalização de idéias e a disposição interna para o convívio harmônico entre diferentes etnias e cultura, como descritos documentos coloniais. A mudança de costume estrutural das pessoas, na consolidação e diferenciação de seus

controles emocionais e, por conseguinte, de sua experiência e de sua conduta, será aqui conceituada como civilização, desenvolvimento e modernização.

O preço do dito desenvolvimento, modernização ou civilização da região, a princípio instigado pela ganância e pela busca de riquezas, interrompeu drasticamente muitas vidas de índios e não-índios por reflexo de conflitos, doenças, epidemias, secas e fome.

Para tratar dos primeiros contatos de Bororo e não-índios, consiedo ainda, que povoamento não reflete apenas na ação de fixação de população não-índia, mas também em sua passagem, ou estadia temporária pela região do antigo estado de Mato Grosso.

### **2.2.1. Os primeiros contatos entre Bororo e não-índios**

A expansão do núcleo inicial da sociedade americana para o Oeste, daria início ao que os viajantes chamariam de *ethos*. Desconhecedores da formação dos grupos já instituídos e unificados por uma língua, uma história e tradições comuns que atestavam a singularidade de seu povo, acreditavam que impondo seus valores e ocupando os “espaços vazios”, estariam rompendo com a barbárie e impondo a civilização, construindo nesse processo uma grande nação, democrática, igualitária e progressista (GALETTI, 2000).

Os primeiros contatos de Bororo com não-índios ainda não são estimados com exatidão, mas acredita-se que ocorreu em meados do século XVII, quando espanhóis e jesuítas vindos de Belém adentraram a região da Bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço (antigo Porrudos), em direção ao Rio Paraguai (BORDIGNON, 1986; WÜST, 1990).

Fontes históricas mencionam que a primeira incursão de bandeiras em terras mato-grossenses foi no ano de 1622, quando numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu, trilharam essas terras “[...] preando índios ou assolando povoações castelhanas” (HOLANDA, 2000, p. 43). Os comentários da época anunciam que a região era conhecida como terras de muitos índios selvagens e bravios, sitiados nos confins da civilização e distantes de qualquer comunicação, reservando muitos

perigos naturais. Porém, detrás de tanto sacrifício, haveria a tão sonhada Serra dos Martírios<sup>39</sup>.

Em 1648, Afonso Tavares alcançou o Rio Guaporé após saquear as Reduções de Itatim (HOLANDA, 1990), e, em 1682, Manoel Campos Bicudo (pai de Antônio Pires de Campos, e avô de Antônio Pires de Campos – o *Pai-Pirá*) promove uma outra entrada no Guaporé, passando obrigatoriamente pelo Rio Paraguai (HEMMING, 1990, apud WÜST, 1990, p. 91). Wüst (1990) comenta que esta embarcação não chegou a ao tradicional território bororo. Isso, porém, não significa que não tenham encontrado algum grupo de Bororo em suas incursões sazonais.

Segundo Bordignon (1986, p. 7), Antônio Pires de Campos, ainda garoto, já estivera com seu pai Manuel de Campos Bicudo em 1675, à procura de índios e da Serra dos Martírios. Novamente em 1716, Antônio Pires de Campos (filho de Bicudo) partiu com sua bandeira à procura da Serra dos Martírios e, em 1718 foi o primeiro a subir o Rio Cuiabá em busca dos índios Coxiponé<sup>40</sup>. Navegando no encontro do Rio Cuiabá com o Rio Coxipó, avistou uma grande aldeia bororo, e por ser os primeiros não-índios a chegarem nessa região, foi fácil atacar e arrasar a aldeia “[...] levando centenas de algemados [...]” para São Paulo. Seu amigo Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), filho de Bartolomeu Bueno de Siqueira<sup>41</sup>, partiu na mesma época, guiado por índios Bororo, rumo a Goiás, atrás de índio e ouro.

Carvalho de Sá (1946) afirmou que o próprio Antônio Pires de Campos (filho de Bicudo) registrou sua façanha publicada posteriormente em 1867 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, descrevendo o seu caminho das Monções:

[sic] Desceu o rio Grande ou Paraná, subiu o rio Pardo, varou deste para o rio Coxim, descobrindo essa nova rota: descendo o Coxim e o Tacoari atingiu o rio Paraguai subiu até às cabeceiras, atingindo a Serra dos Parecis: contornando-a, desceu rumo norte o vale do Xingú, do qual passou à Serra do Roncador, contornando o vale do rio das Mortes; e regressou pelas cabeceiras do Cuiabá encontrando-se então quando descia o rio, com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, que subia à procura também do índios e de ouro. Foi ele que lhes indicou o rio dos Coxiponés, com suas pepitas de ouro, que iriam criar a nova fama de Cuiabá, na encosta da Prainha (SÁ, 1946, p. 91).

<sup>39</sup> Veja em anexo, “desvendando o mito da mina dos martírios”.

<sup>40</sup> Os Coxiponé eram os Bororo Oriental que ocupavam os rios Coxipó, Cuiabá e imediações.

<sup>41</sup> Manoel de Campos Bicudo era amigo e parente de Bartolomeu Bueno de Siqueira, que morreu em Cuiabá em 1748. Segundo “crônicas incertas” Manoel de Campos Bicudo também morreu em Cuiabá em 1749, com 90 anos, “depois de haver feito 24 entradas pelos sertões para trazer índios cativos” (SÁ, 1946, p. 90).

Este dado é conflitante se pensarmos que o próprio Antônio Pires de Campos sabia do ouro no Rio Coxipó e não minerou, se limitando a guerrear contra os Bororo, destruir a aldeia e levar muitos índios consigo para São Paulo. E ao retornar, teria encontrado a bandeira de Pascoal Moreira Cabral e gentilmente, indicou-lhe o caminho do ouro e do índio.

É provável que a descrição de José Barbosa de Sá (1775) se aproxime mais da realidade, pois logo no ano seguinte após Antônio Pires de Campos (filho de Bicudo) ter capturado alguns Coxiponé, ou seja, em 1719, Pascoal Moreira Cabral seguiu o mesmo caminho à procura dos mesmos Coxiponé. Chegando à aldeia velha, a encontrou totalmente destruída, e não tendo encontrando os referidos índios, subiu o Rio Coxipó e ao fazer um rápido pouso, encontrou casualmente, na encosta do rio, pepitas de ouro cravados nos barrancos<sup>42</sup>. Descobrindo a primeira mina de ouro mato-grossense<sup>43</sup>.

Esses três relatos firmam o despreparo dos bandeirantes para buscar o ouro, concretizando uma escavação precária, confrontam com os registros de Carvalho de Sá, que admite a bandeira ter partido de São Paulo rumo à Serra do Martírio, objetivando encontrar ouro e índio. É mais provável que esta bandeira subiu o Rio Cuiabá exclusivamente a procura do índio Coxiponé (segundo comenta José Barbosa de Sá), podendo até ter a intenção de descobrir o caminho da Serra dos Martírios, mas não que pretendia também buscar ouro.

Pascoal Moreira Cabral subiu o Rio Coxipó e na confluência com o Rio Mutuca, não encontrando mais os pacíficos índios de antes, e sim valentes guerreiros, culminando em violentas guerras, nas quais morreram muitos homens de ambos os lados<sup>44</sup> (BORDIGNON, 1986).

Esta bandeira, fadada à destruição e fugindo dos índios que a perseguia, teve muita sorte em encontrar, ocasionalmente, a bandeira de Fernando Dias Falcão<sup>45</sup> que a socorreu. A bandeira de Falcão passava pela região com cento e trinta homens de guerra,

<sup>42</sup> Foi ilustrado inclusive no brasão da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727, uma fênix sobre um monte de folhetas de ouro.

<sup>43</sup> Madureira Siqueira (2000) comenta que alguns homens da bandeira de Moreira Cabral ao lavar seus pratos no rio, encontraram o ouro. Holanda (2000) relata que depois de descoberto o ouro, cavavam com as próprias mãos e com os pratos de pau que lhes serviam para a refeição. José Barbosa de Sá (1775) diz que cada participante da mineração cavava com a própria mão por não terem quaisquer outros instrumentos de mineração.

<sup>44</sup> Segundo Bordignon (1986, p. 7), morreram 5 bandeirantes, e 15 ficaram feridos. Bordignon não relata o número de índios mortos ou feridos.

<sup>45</sup> Dado conflitante, pois na obra de Elizabeth Siqueira Madureira (2000, p. 11), a bandeira que socorreu Pascoal Moreira Cabral foi à bandeira capitaneada pelos irmãos Antunes Maciel. Em alguns livros como Holanda (2000) e Bordignon (1986), encontra-se como Fernando Dias Falcão.

com recursos de toda espécie para a mineração e conquista de índios, remediando o conflito e dando guarda à bandeira atacada (BORDIGNON, 1986; HOLANDA, 2000).

De volta ao lugar do pouso e descoberta do ouro, chamado de Aldeia Velha, Moreira Cabral deixou a bagagem e seguiu rio acima até o lugar presentemente conhecido como Forquilha, aproximadamente 60 km ao Norte de Cuiabá, onde teriam aprisionado alguns Bororo e mostras de ouro, tanto em botoques como em outros enfeites.

Na Aldeia Velha, onde hoje se encontra a Capela de São Gonçalo, os componentes da bandeira de Cabral formaram um arraial para descanso, e segundo Barbosa de Sá, cantaram a vitória contra a pobreza e o cansaço das longas peregrinações, parabenizando uns aos outros pelas fortunas que iriam conseguir (1775). O governante da Capitania de São Paulo nesta época, era Dom Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, que foi depois Vice-Rei das Índias e primeiro Marquês de Alorna. A Capitania de São Paulo compreendia os “sertões” de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (LEVERGER, 2001).

O trabalho na mineração era extremamente penoso e a resistência dos Bororo (daqueles que não se integraram na exploração do minério) agravava a condição dos primeiros moradores e exploradores não-índios já faltosos de armas, pólvora e chumbo. Provavelmente os primeiros trabalhos de exploração do ouro contaram com a participação intensiva dos Bororo, guiando-os ao local onde encontravam o *meriri-ecureu* (metal amarelo – ouro).

José Barbosa de Sá comenta que houve uma bandeira (não mencionou o seu nome) que extinguiu outra aldeia de índios no lugar hoje chamado Porto do Borrallo, perto da atual cidade de Santo Antônio do Leverger. Para Bordignon foi a bandeira de Fernando Dias Falcão, que “[...] desinfestou as minas do gentio (índio) bravo, e voltou a São Paulo para buscar mais ferramentas, munições e trabalhadores para construir a nova cidade” (BORDIGNON, 1986, p. 8, grifo do autor). José Barbosa de Sá (1775) descreve apenas que, passados uns dias da extinção desta aldeia (Porto do Borrallo), chegou ao arraial a bandeira dos Antunes – Gabriel Antunes e seus irmãos: João, Antônio e Felipe, que estimulados com a notícia do ouro uniram-se à bandeira de Antônio Pires de Campos.

Antônio Pires de Campos (filho de Bicudo) foi nomeado Capitão-Mor das Minas, reuniu os seus companheiros e redigiram uma ata a ser enviada ao rei de Portugal, de acordo com as leis daquele tempo. Certificaram a notícia do descobrimento do ouro na

beira do Rio Coxipó, e da morte de 8 homens brancos, “fora os negros”. Sobre a morte de índios, nada foi informado. Oficialmente dataram o nascimento do Arraial de Cuiabá, no dia 8 de abril de 1719, assinando o ofício enviado ao rei.

Consta em Holanda (2000), que Antônio Antunes Maciel foi quem levou para São Paulo as amostras de ouro, a ata da descoberta do ouro e fundação do Arraial do Cuiabá, e ao regressar, ficou responsável em ditar ordens necessárias ao bem comum e a mando de Sua Majestade.

Ainda em 1719, Fernando Dias Falcão, talvez em companhia de Antônio Antunes (HOLANDA, 2000), organizou uma nova monção com destino ao Rio Coxipó, e levava consigo ferreiros, carpinteiros, alfaiates, e tudo que julgasse importante para o aumento e manutenção do arraial. Seu entusiasmo expunha seu projeto em dilatar os domínios portugueses na América, para isso, junto à bagagem levou seis arrobas de pólvora (aproximadamente 90 kg), que em moeda da época custaram sessenta e quatro mil réis. Excessiva era a sua bagagem e despesa, que contou com o empréstimo de muitos companheiros, dentre os quais Holanda cita: Braz Mendes Pais, Gabriel Antunes, José Pompeu, Antônio Antunes e outros.

Regressados ao arraial, Fernando Dias Falcão, foi nomeado cabo maior dos mineiros, e Pascoal Moreira Cabral continuou com o título de guarda-mor, solicitado em 1722 ao rei e por carta (Carta de Pascoal Moreira ao rei, 1722). Dias Falcão foi elogiado em seu cargo, pois acomodou a contento os habitantes e conservou o povo unido. Todos estavam esperançosos com a prosperidade do estabelecimento e, em 1723, o mesmo Falcão voltando a São Paulo, pagou à Fazenda Real doze libras e oitenta e quatro oitavas de ouro (AZEVEDO MARQUES, 1879, apud HOLANDA, 2000, p. 45).

Com a notícia das minas em Cuiabá o alvoroço foi tamanho que muitos deixaram suas famílias, fazendas, casas e adentraram essa região em busca do ouro, partiam influenciados pelo sonho da riqueza. Muitos não voltavam mais, por distintas razões. Admiravam a fertilidade da terra onde colhiam frutos sem semear, “esqueciam dos valores e exigências morais da pátria”, mulheres e filhos, sobretudo das obrigações católicas, e passaram anos e anos, senão toda a vida nesta terra, somando e enriquecendo pluri-racialmente os vilarejos cuiabanos.

O tenente-coronel Cândido Xavier de Almeida e Souza, paulista experiente na milícia dos sertões, ficou encarregado de traçar o plano dos novos estabelecimentos. E dele partiu um critério de seleção dos povoados, que a seu ver:

[...] deveriam ser recrutados não somente entre os indivíduos desocupados ou facinorosos, que perturbavam a tranqüilidade pública nos lugares habitados, mas entre gente ordeira, trabalhadora, dotada de alguns meios e de trato urbano e civil. Pensava mesmo que o atraso das colônias portuguesas resultava do antigo erro de serem povoadas apenas de homens indigentes, degradados e foragidos, sem cabedal, nem abonos, nem crédito, que pudessem cooperar para o aumento dos lugares onde residiam (HOLANDA, 2000, p. 41).

Para que isso de fato ocorresse, acreditava-se que cada povoado deveria ter a direção de oficiais de milícia, haver numerosos oficiais e também um capelão para administrar os sacramentos.

No entanto, despreocupados com as ordens e à caça de riquezas, cada dia se tornava mais intenso o fluxo de aventureiros ao “sertão” cuiabano, apesar dos extraordinários riscos oferecidos pela viagem os rios encheram-se de canoas. Houve comboio, saído em 1720 de Araritaguaba (Porto Feliz), em que todos pereceram antes de chegar ao arraial do Coxipó, ainda que inúmeras pessoas tivessem embarcado no Tietê com esse destino. Os maiores problemas foram: ausência de pilotos experientes, doenças, ataques de onças, mosquitos e outras misérias. Segundo Barbosa Sá (1775, p. 13), “[...] não sabiam pescar, nem recuperar a canoa [...]”, que apodrecida com as chuvas, em consequência disso, miseravelmente foram padecendo. Nas embarcações havia quem soubesse pescar ou consertar a canoa, o que pode ter ocasionado esta afirmação foi a provável falta de equipamento e material adequado/necessário ao conserto e à pesca.

Barbosa Sá ainda afirma que o comboio que vinha atrás não achou uma viva alma, mas canoas podres, corpos mortos pelos barrancos dos rios, redutos e redes armadas com os donos dentro, à espera de ajuda<sup>46</sup>.

As monções de 1721 que conseguiram chegar escapando da morte, perderam muitos componentes, escravos e bagagens. Os sobreviventes<sup>47</sup> chegaram primeiro ao

---

<sup>46</sup> No ano de 1722 novamente muitos morreram de fome, peste ou comidos por onça, encontrando às margens dos rios com canoas podres e corpos cadávericos (BARBOSA DE SÁ, 1775).

<sup>47</sup> Dentre os sobreviventes, os mais conhecidos segundo Barbosa de Sá (1775) eram o Capitão José de Sá de Arruda, o Capitão mor Jacinto Barboza Lopes, o Sargento mor João Carvalho da Silva, o Capitão de mar e guerra João Martins de Almeida e seu irmão Inocêncio Martins de Almeida, o Capitão José Pires de Almeida (que deu seu mulatinho, considerado como filho, em troca de um simples peixe pacu, única saída para manter sua vida, pois perdera tudo que trazia consigo, inclusive escravos), João Leite de Barros, Pedro Correa de Godoy, frei Florêncio dos Anjos (Religioso Carmelita), padre Jerônimo Botelho (hábito de São Pedro), padre André dos Santos Queiroz (hábito de São Pedro), frei

Arraial e logo mudaram Coxipó acima, formando e estruturando o Arraial onde é hoje a Forquilha. Ergueram a Igreja Nossa Senhora da Penha de França, com celebrações oficiais divididas entre o eleito primeiro capelão, o padre Jerônimo Botelho e o padre André dos Santos Queiroz.

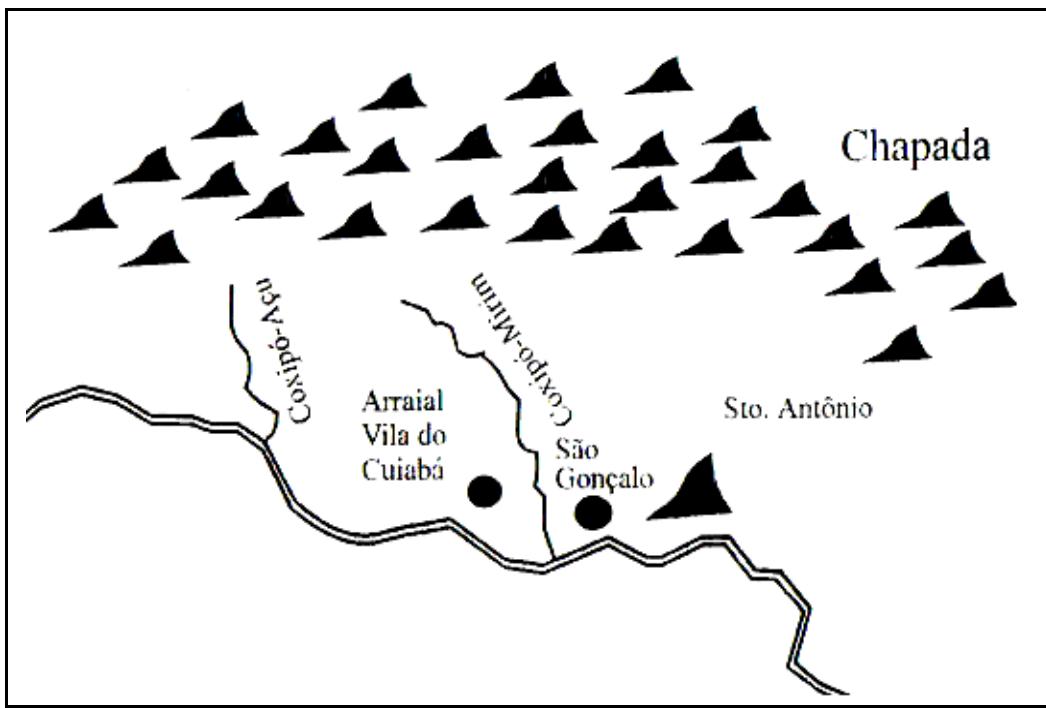
Dessas contínuas derrotas das monções em relação à natureza e aos índios, o que compensava eram as minerações auríferas ao redor do Arraial, de início com riquíssimas aluviões. Bem-aventurado foi o sorocabano Miguel Sutil em outubro de 1722, que no sítio onde hoje se ergue a cidade de Cuiabá, pediu para que dois Bororo fossem com machados e cabaças à procura do mel de pau. Os dois voltaram alta hora da noite sem uma gota de mel, recebidos então, por palavras irritadas, replicaram abrindo um embrulho feito com folhas onde estava ali o ouro (cento e vinte oitavas), indagando: “[...] viestes buscar ouro ou mel?” Miguel Sutil e seu companheiro, o europeu João Francisco, ainda de madrugada, seguiram com seus escravos guiados pelos Bororo meleiros, até o local onde o ouro estava a flor da terra no lugar chamado hoje de Tanque de Arnesto, onde está a Igreja Nossa Senhora do Rosário, no centro de Cuiabá.

No final do dia, Miguel Sutil recolheu meia arroba de ouro (aproximadamente 7,5 kg de ouro) e seu companheiro seiscentas e tantas oitavas. Mesmo com todas as precauções devidas, foi quase imediato a divulgação das *lavras do Sutil*, o que acarretou a formação de um novo Arraial: as minas do Senhor Bom Jesus do Cuiabá<sup>48</sup>. Em um mês de trabalho e contando com a mão-de-obra indígena, retiraram mais de quatrocentas arrobas de metal (aproximadamente 6 toneladas de metal), sem que tivessem feito o esforço de aprofundar mais de meio metro as socavas (HOLANDA, 2000).

---

Pacífico dos Anjos (franciscano - irmão do Capitão mor Jacinto Barbosa Lopes).

<sup>48</sup> Nome da igreja que ali foi fundada por iniciativa do Capitão-Mor Jacinto Barbosa Lopes, hoje Matriz de Cuiabá, no centro da cidade, na atual Praça da República que recebeu o nome de Largo da Matriz.



**Figura 11:** Localização do Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, na margem esquerda do Rio Cuiabá, entre os rios Coxipó-Mirim e Coxipó-Açu<sup>49</sup>, e a *Chapada*, (hoje Chapada dos Guimarães). **Realização Gráfica:** Bruno Bini Pereira Rosa .

As notícias das minas se expandiram rapidamente chegando a São Paulo em pouco tempo, o que causou grande alvoroço na população. Os comentários acerca de Cuiabá eram os mais delirantes possíveis, a exemplo: “[...] se faltasse chumbo, eram empregados granitos de ouro nas espingardas de caça [...]”; e até as pedras onde se colocavam as panelas nos fogões eram de ouro (HOLANDA, 2000, p. 47).

Às centenas, os paulistas se dirigiam ao arraial cuiabano, causando embaraço ao guarda-mor Pascoal Moreira Cabral na cobrança do fisco. O povo que ali chegava, estava sem formação alguma de ordem política ou econômica tendo a exclusiva preocupação na conquista do ouro.

Ainda no ano de 1722, o capitão mor Jacinto Barbosa Lopes, com os “seus próprios recursos”, construiu a igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá no mesmo lugar que hoje se encontra a Matriz. Seu irmão padre frei Pacífico dos Anjos (franciscano) foi quem celebrou a primeira missa e, em consequência disso, os escravos levantaram uma capelinha, a São Benedito, no lugar posteriormente chamado de Rua do Sebo, que em poucos anos caiu e não voltou a ser reconstruída<sup>50</sup> (BARBOSA SÁ, 1775).

<sup>49</sup> Mirim e Açu ou guassu, quer dizer, respectivamente pequeno e grande.

<sup>50</sup> A igreja Nossa Senhora do Rosário localizada no centro de Cuiabá também recebe o nome de São Benedito.

Para muitos, a fome e as epidemias foram letais, agravando o desafio dos viajantes que procuravam riquezas. Pareciam amaldiçoados pelos encantos do ouro, descuidando da própria alimentação e saúde, pois o ouro era objeto capaz de saciar o sonho da riqueza. Objeto pelo qual, muitos saldaram com a morte.

O calor, a seca, os ataques de animais peçonhentos, os conflitos com índios, as doenças, a fome e as pragas foram enfrentamentos sofridos pela nova população local. Muitos preferiram abandonar o local, mudando para outro povoado ou voltando para São Paulo. Os que sobreviveram e resistiram às dificuldades, originaram o povoado cuiabano.

Cegos pelo ouro, os primeiros moradores (geralmente homens sem família), se concentravam na faixa de terra das aluviões auríferos, compunham um grupo de três a quatro mil homens, dentre bandeirantes, comerciantes, escravos negros e índios capturados. Entusiasmados pela mineração, descuidaram das lavouras de mantimentos, alguns esperavam mantimentos que chegariam de São Paulo, mas para a infelicidade destes, o alimento que chegou nesta mina em 1723, estava quase todo deteriorado pelo mau condicionamento nas canoas, levando ao padecimento de parte da população local.

As espigas de milho colhidas em maio e junho não foram suficientes para o sustento da população, a mandioca plantada logo depois da descoberta das lavras, ainda não estava pronta para colher e não havia porcos nem galinhas. Somente a partir deste ano (1723) vieram as primeiras criações, mas muito escassas, e quando comercializadas, eram vendidas a preço de ouro e até a preço de escravos negros (BARBOSA SÁ, 1775).

As atividades domésticas de criação e plantação não eram muito rendosas a princípio, pois exigiam mão-de-obra, tempo e disciplina no trato, que seria melhor investida na catação do ouro. Os bandeirantes não encontraram ali índios como os do Planalto Paulista que serviram enquanto “negros da terra” explorados na agricultura. Diferente dos Guarani, muitas vezes apontados até como exímios agricultores, na região de Cuiabá a repercussão não era a mesma, pois os índios que as bandeiras apresavam eram em geral, coletores, pescadores e alguns caçadores. A exemplo, os Bororo da região do rio Cuiabá e Coxipó, tiveram intenso contato com os bandeirantes, comprovando que estes índios não tinham habilidade com lavouras, especialmente perante a seca e a peste.

No ano seguinte 1724, com a miséria, a praga no milho, as doenças letais e malária, aqueles que escapavam da morte ficavam desnutridos, em geral com barriga e pernas inchadas, pálidos e, na falta de alimento, homens comiam terra. Este fato não

significa uma escassez em peixes ou caças na região, mas comprova o descuido dos indivíduos pela saúde, alimentação tal como seu despreparo às habilidades de sobrevivência dos índios, que tinham a missão de ensinar técnicas nativas de caça, pesca e obtenção de mel aos não-índios.

A criação de animais capazes de viver solto na natureza, sem exigir muita dedicação ao manejo, poderia ser uma boa alternativa. Em 1727 já existiam alguns gados vacuns, o registro de entradas mandava pagar até três oitavas de ouro por cabeça de gado ou cavalo. O sítio de Domingos Gomes Beliago, à margem direita do Rio Taquari, continha gado e cavalo levados do planalto paulista em canoas “[...] com grande trabalho e despesa [...]”<sup>51</sup>. Barbosa de Sá afirma que as primeiras vacas vieram somente depois de 1739.

Os primeiros bovinos chegados em Cuiabá, provinham da fazenda de Camapuã, e presumivelmente esses descendam do gado alçado da Vacaria, levado por terras através dos cerrados do Alto Rio Pardo. No entanto, os principais obstáculos para a criação do gado, sobretudo o gado vacum em Cuiabá, era a carência do sal, para a época artigo de luxo que faltava muitas vezes para o consumo e “[...] batizado dos próprios moradores” (HOLANDA, 2000, p. 51).

A atividade de sobrevivência desenvolvida habitualmente pelos índios foi o que manteve muitos moradores do arraial, pois estes dependiam da caça, pesca e coletas dos índios que forneciam os suprimentos. Com isso, tornou-se imprescindível a captura de índios, feita lentamente e a medida em que criavam condições em admitir o sedentarismo, viabilizando a fixação destes índios junto ao povoado e com eles, estabelecendo um laço de respeito e reciprocidade, no qual, índios serviriam como soldados cativando índios de outros grupos étnicos, (geralmente os inimigos) e tendo como retorno a união de forças para combater seus inimigos.

Em 1725 a monção liderada pelo Capitão Diogo de Souza, trazendo bastantes canoas, escravos e bens, foi atacada pelos Payaguá na barra do Rio Xaraés, matando seiscentas pessoas, restando apenas dois sobreviventes: um escravo e um “branco”. Contam que os Payaguá dessa incursão levaram vinte canoas. Esta informação causou muito alvoroço nas populações temerosas a novos ataques, e sentidos pela perda de tanta gente e bens (BARBOSA SÁ, 1775).

---

<sup>51</sup> Arquivo do Estado de São Paulo, *Sesmarias* (1720-1736). Vol. III. São Paulo, 1937, p. 231. Retirado da obra de Holanda (2000, p. 50).

Nesse mesmo ano chegou sequer uma carga seca ou molhada. Como consequência, um frasco de sal chegou a custar até quarenta oitavas, e por falta de sal muitos ficaram sem ser batizados. Para essa mesma época já havia os índios Guató ‘domésticos’ e os Paresi trabalhando na pesca e salga de peixes (LEVERGER, 2001).

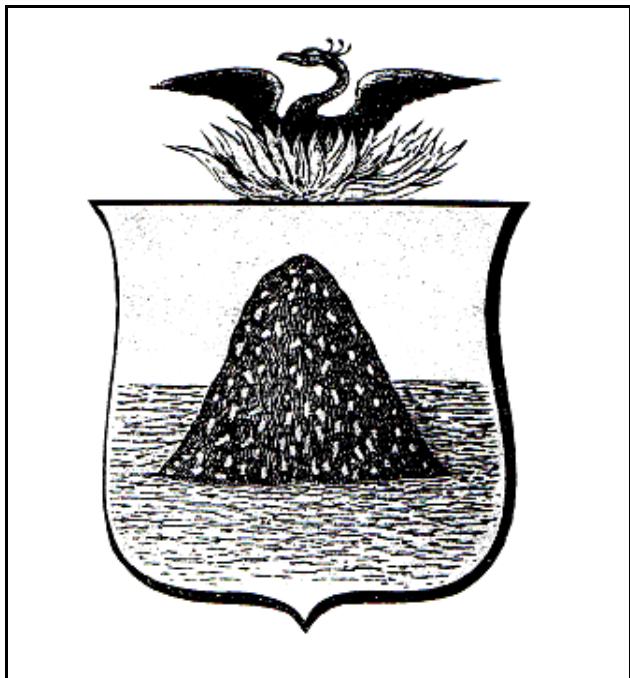
Além das dificuldades já citadas, os ratos representaram também um grande problema que atormentava a população local. Eram tantos que infestaram o povoado, destruindo todos os mantimentos, roendo roupas e perturbando a todos durante a noite. Sua proliferação era tamanha, que causava espanto e terror. A lavoura não agüentava tantas pragas, pois os ratos roíam as mudas de milho plantadas e, caso a muda crescesse e produzisse o milho imaturo, os gafanhotos davam conta de comer, e se matussem e brotasse, os pássaros devastavam. Barbosa de Sá (1775, p. 18) comenta que um casal de gatos foi vendido por uma libra de ouro, e as crias por vinte e trinta oitavas cada uma, mas logo os gatos procriaram e perderam o valor.

Em 15 de novembro de 1726, chega a Cuiabá o governador de São Paulo, Rodrigo Cézar de Menezes acompanhado do Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto, ouvidor de Paranaguá, e do padre Lourenço de Toledo Taques, nomeado para os empregos de Visitador, Vigário da Vara ou Pároco da Freguesia, provido pelo bispo do Rio de Janeiro. A expedição foi composta por trezentas canoas, com mais de três mil pessoas entre índios, mestiços e negros, porém nem todos chegaram a Cuiabá, pois muitas canoas se perderam e muita gente morreu afogada no decorrer dos quatro meses de viagem (LEVERGER, 2001).

A chegada do governador foi motivo para grande festa de boas-vindas. Logo chegou a esta povoação o título de vila, sendo nomeada em primeiro de janeiro de 1727, Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá e, neste mesmo dia, celebrou-se o auto de criação da Vila, que assim foi descrito por Augusto de Leverger: ‘Deus-se-lhe por armas um escudo dentro com campo verde e um morro ou monte no meio, tudo salpicado com folhetas e granetes de ouro, e por timbre, encima do escudo, uma Fenix<sup>52</sup> (LEVERGER, 2001, p. 16).

---

<sup>52</sup> Apresenta-se bastante contraditório a ocasião representada (brasão X situação da vila). De um lado há a criação do brasão numa apologia ao ouro, representando riqueza, êxito e divulgando a então terra promissora, e do outro, a população se encontrava em condições trágicas e de decadência. Talvez com a criação do brasão, a política envolvente pretendia convencer o povoado para permanecerem na região e atrair mais pessoas, tentando criar até mesmo um orgulho patriota aos moradores, visto que até hoje o brasão de Cuiabá é o mesmo.



**Figura 12:** *Armas (Brasão) da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1727: Fênix sobre monte de folhetas de ouro.*

**Fonte:** RIHGB, Tomo 51, Parte 2<sup>a</sup>, 1888.

O governador foi para Cuiabá estabelecer, entre outras coisas, a cobrança de impostos sobre o ouro. Cuiabá encontrava-se em decadência, pois além da cidade enfrentar vários problemas, como falta de alimentos, doenças, epidemias, pestes e conflitos com os indígenas, deveriam ainda, pagar altíssimos impostos.

As secas avalizaram o desamparo à população e o governador (provavelmente com grande exagero) informou ao rei que durante esses anos (1726 e 1727) não chovia uma gota d'água sequer, prejudicando a plantação, e que ao invés de ouro, encontraram uma grande seca (HOLANDA, 2000).

Com a população já desestimulada, o ouro cuiabano perdeu seu prestígio com a mesma velocidade que o ganhou. No ano de 1727, mais de mil moradores bateram em retirada de regresso ao planalto paulista ou às novas minas de Goiás, abandonando casas, sítios, lavras e tudo que não podiam carregar, para fugir dos altos impostos e dos males que atingiam o povoado, e muitos pereceram pelos poucos e barrancos dos rios. Alguns deixaram a cidade rumo à Oeste do Vale do Guaporé, criando novos povoados à procura de novas minas, outros seguiam atrás dos índios Bororo ou atrás dos Paresi, limitando-os ao

serviço escravo e ao comércio. Outros se deslocaram para o pantanal e passaram seu tempo caçando e pescando, até perderem suas vidas ou suas liberdade nas mãos dos Payaguá<sup>53</sup>.

Segundo Leverger (2001, p. 17), nesse mesmo ano (1727) “[...] por Bando de 13 de dezembro proibiu o capitão-general que se vendessem índios”. Isso porque a população irritada com os pesados tributos cobrados e o rigor da cobrança se dividiu. Parte dela voltou para São Paulo e parte foi para as minas de Goiás ou se internou pelos sertões em busca dos Paresi e Bororo, para assentá-los em cativeiro. Em 1737 (segundo carta de 11-02-1765) o Ouvidor Geral do Mato Grosso proibiu a venda de Bororo “[...] não possam vender, trocar, alhear, nem escambar a troco de ouro nem de outra coisa que o valha”. Essa proibição não foi respeitada (como escreveu Manuel Rodrigues Torres ao rei) e os índios Bororo, Cabixi, Paresi, Maimbaré, Bacairi, Guató, Paiaguá, trabalhavam forçados em lavras<sup>54</sup> e construções no espaço que antes era seu e foi invadido coagindo-os a continuar morando nele e o percorre-lo de ponta-a-ponta, mesclando em trabalho agro-criatório com ‘forças para-militares’ de ‘muitos arcos’.

Para o ano de 1736, viviam na vila de Cuiabá índios Bororo, Guató, Paiaguá e Paresi, e na periferia moravam os Guaná, fazendo redes e trabalhando na ligação fluvial com o presídio de Coimbra. Cuiabá já estava sociabilizando suas diversas culturas com índios capturados e desaldeados formando assim, alianças étnicas com os invasores. Milhares de índios “sumiram” por extermínio, por fuga da região que os afastou do contato com os não-índios, ou pela miscigenação, onde muitos foram batizados com nomes portugueses (ROSA, 2003).

Tratando de mineração e escoamento do ouro para Portugal, aconteceu um fato interessante em Lisboa: o ouro do rei havia sumido, provocando escândalo e pedidos de providências enérgicas aos culpados. Quando abriram os caixotes dos tributos (na frente do rei), só encontraram chumbo e munição. Este fato se tornou objeto de “[...] uma das mais extraordinárias burlas de nossa história colonial” (HOLANDA, 2000, p. 56). Esse fato levou à quitação do ouro em São Paulo, correspondendo aos direitos de entrada 14.263 oitavas de ouro, somando a arrecadação do ano anterior. Conforme a tabela 1.

---

<sup>53</sup> Sobre o assunto veja José Barbosa Sá, (1775); Bordignon (1986); Holanda (2000).

<sup>54</sup> Manuel Rodrigues Torres ao Rei; Vila Real, 30-06-1738; mss., microficha 17, doc. 212, (AHU) – NDIHR/UFMT; SUMÁRIO de Testemunhas; Vila Bela, 3-01-1755; mss., Microficha 117, doc. 1216, (AHU) - NDIHR/UFMT. *Apud* Reynaldo (2004, p. 37).

1724	3.805 oitavas
1725	8.953 oitavas
1726	16.727 oitavas
1727	35.210 oitavas
1728	14.263 oitavas

**Tabela 1:** Tributos de ouro enviados à Coroa Portuguesa.

**Fonte:** Holanda (2000, p. 56).

O rei Dom João Quinto enviou um navio de guerra para o Rio de Janeiro que levava um decreto ao juiz do fisco, Doutor Roberto Cá Ribeiro, destinado a ir para São Paulo resolver o caso. Chegando lá, divulgou o caso que virou polêmica entre a população que se dividiu em dois pareceres: uns davam testemunho que viram o chumbo ser colocado nos caixotes pelo próprio general Rodrigo Cezar de Menezes em Cuiabá, afirmavam ter visto com seus olhos desde o nomeado que comprou o chumbo ao mercador que o vendeu. Outros também afirmavam ter visto o Provedor da Fazenda Sebastião Fernandes do Rego fazer a troca do ouro pelo chumbo em São Paulo, que teve o caixote em sua casa por cinco dias, até enviá-los para o porto de Santos e depois embarcá-los para o Rio de Janeiro (BARBOSA SÁ, 1775).

Essa afirmação custou a vida de pessoas de ambos os lados da acusação, mas o general e o provedor pouco sofreram, Rodrigo Cezar de Menezes foi promovido para o governo de Angola, e Sebastião Fernandes teve seus bens remetidos para Portugal, mas logo foi solto. Barbosa de Sá (1775, p. 23-24) comenta que todos que acusavam mentiam, diz que de fato quem roubou o ouro “[...] naó foy maó humana mais sim, a da divina justiça pelas lagrimas dos mizeraveis [...]”. Sumiu tudo e até hoje não acharam o culpado, contribuindo para desestimular ainda mais as minas cuiabanas.

O conjunto de acontecimentos negativos atuou como uma “seleção natural” na povoação, já titulada de vila. A partida do governador Cézar de Menezes, em 1828, resultou no perecer ou na debanda de parte da população que começou a colher frutos. Passaram a produzir mantimentos para sobrevivência e parte dos índios, evitando mais conflitos, preferiram fazer incursões ao interior do estado a manter-se integrado à sociedade. Finalmente, intencionados a viver sua cultura, evitando a discriminação, perseguição e escravidão, visaram se reorganizar longe da região. O povoado de

aventureiros paulistas, sobretudo ituanos e sorocabanos, ficou entusiasmado para novos empreendimentos com o ocorrido, mas as minas nesse ano continuaram em notória decadência.

A lavoura resumia-se, até então, em algumas roças de milho, feijão, abóbora, banana e mandioca. A cana-de-açúcar era cultivada e em 1729 já se destilava e comercializava aguardente fabricada na terra, considerada por alguns como uma das principais causas das desordens, para outros era considerada como remédio eficaz para quase todas as doenças.

Enquanto uns mineravam em terras de índio, outros caçavam os índios para guerrear, querendo eliminar os bravios e forçar os sobreviventes a serem aliados nos serviços como escravos de mão branca, e para essa finalidade, não escapou nenhuma etnia, todas quando atacadas, os sobreviventes eram capturados e tidos como escravos.

### **2.2.2. O comércio**

A comercialização de índios se mostrava mais rentável que as lavouras, desde as bandeiras destinadas à captura, fora da capitania de São Paulo, e à venda. As bandeiras geralmente foram descritas como companhias de cunho militar com batalhões e estandartes, mas antes de tudo, com necessidades domésticas dos habitantes, se convertendo em atividade altamente lucrativa, não raras vezes, com característica de empresa comercial.

A exemplo disso, Holanda comenta que um *parceiro ocioso*, ou seja, um financiador - aquele que não percorre o caminho da monção, apenas empresta dinheiro, índio, arma, pólvora, munição e o mais necessário para o que vai participar da expedição – acordava com o sertanista que na volta, dividiria com ele a metade dos lucros. Essa associação era muito comum, podendo acontecer do sertanista se comprometer em entregar *uma terça parte de peças capturadas* no regresso, e caso *não traga peças*, teria um mês contando com a chegada, para pagar a dívida (HOLANDA, 2000, p. 182).

Certamente em meados da terceira década do século XVIII inaugurou-se o comércio fluvial do Rio Cuiabá, utilizando-se de correntes do Sanguessuga ou as do Camapuã e do Coxim, passando por muitos varadouros com mais de cem cachoeiras

(HOLANDA, 2000), intensificando as rotas fluviais, caminhos terrestres e contatos com os índios.

Em 1731 fizeram em Cuiabá muitas plantações de cana e com o consumo da pinga (os frascos a princípio eram vendidos por dez oitavas), diminuíram as febres e mortandades de escravos (LEVERGER, 2001). Três anos mais tarde, em 1734, os irmãos Fernando Pais de Barros e Arthur Pais de Barros, sorocabanos, partiram a caminho do planalto dos Paresi e pretendiam conquistar a mão-de-obra dos índios Paresi, conhecidos como índios dóceis. Posteriormente, alcançaram no Guaporé a Bacia Amazônica e lá encontram, as minas de Mato Grosso, nome que progressivamente foi atribuído a toda extensa capitania<sup>55</sup>.

As navegações aos novos povoados e minas tornaram-se lucro certo, pois levar o comércio a remotos sertões, distantes de quaisquer recursos, onde os preços dos artigos, desde os mais supérfluos aos indispensáveis, compensavam abundantemente todos os riscos da viagem. Confira a tabela 2 retirada da carta escrita em 30 de junho de 1725 na cidade de Cuiabá, por Joseph Amorim Silveira e destinada a Domingos Pereira Chaves, do Rio de Janeiro, apresenta preços de alguns gêneros alimentícios e utensílios domésticos, estimando o alto custo de vida nas minas, destacando o alto valor da “aguardente”, do sal e do azeite.

<b>Comestíveis:</b>	
Milho	5 8s.*
Feijão	12 8s.
Aguardente (barril)	150 e 160 8s.
Farinha	16 8s.
Sal (a carga)	180 e 190 8s.
Azeite (o barril)	180 8s.
Azeite (o barril)	180 8s
Fumo (o rolo de 2 arrobias)	100 8s.
Cacheta de marmelada	4 8s.
Vinho (a medida)	16 8s.
Assúcar (a 1 <sup>a</sup> )	8 8s.
1 negro min(ro)	500 a 600 8s. (a vista)
<b>Utensílios domésticos:</b>	
1 camiza	20 8s.
1 siroula [sic]	6 8s.
1 covado de baeta	10 8s.
1 vara de algodão	5 8s.
1 vara de pano de 1 – [sic]	8 8s.

<sup>55</sup> Sobre este assunto veja Holanda (2000); Leverger (2001).

1 chapeo grosso	12 8s.
1 dito fino	32 8s.
1 calção e vestia de panno	40 8s.
1 surtum de baeta	10 8s.
1 jalecu	5 8s.
uns sapatos	10 8s.

**Tabela 2:** Valores de cargas comercializadas. (\* 8s. – oitavas).

**Fonte:** Luís Lisanti , 1973, *apud* Moura, 1979, p. 85.

A escolha das rotas era de grande seriedade, pois deviam atender aos castelhanos, que em caso de guerra poderiam paralisar o tráfego por não saber ao certo o direito de Portugal à posse daquela extensa área, precisavam ser prudentes e evitar complicações internacionais e nas campanhas, *cuidar da aterrorizante presença do terrível gentil cavaleiro ou Guaicuru*, que não aceitavam intrusos em seus domínios. Estes, até fins do século XVIII, provocaram muito temor aos navegantes e inúmeros lavradores de Cuiabá e proximidade, sendo por volta de 1795, mais de quatro mil o número de paulistas e outros portugueses vítimas de sua fúria. O número aproximado de índios mortos não consta nos relatórios (PRADO, s.d., *apud* HOLANDA, 2000, p. 96).

Não há veracidade quanto à época em que iniciaram os conflitos de Guaicuru e navegantes no perímetro de Camapuã a Cuiabá. É provável, segundo Holanda (2000) que estavam inicialmente por Vacaria e mais ao Sul, sendo atraídos para a região do alto Taquari muito após 1725, por constatar os sucessos ruidosos dos Payaguá em seus assaltos.

Camapuã que ficava situada ao meio da rota do comércio de Cuiabá, transformada em entreposto comercial desde a decadência da mineração, viveu à margem das ambições dos caçadores de ouro e de aventureiros. Na sede da fazenda havia casas de sobrado telhadas e outras menores, de pau a pique, cobertas de sapé e capazes de acomodar muita gente. Existiam também a capela e a senzala de escravos desordenadamente postas ao redor de um largo pátio (HOLANDA, 2000).

O horário das navegações seguia das oito horas da manhã às cinco horas da tarde, quando não interrompidos pelos fortes nevoeiros. Partiam preferencialmente no período compreendido de junho a agosto, para minimizar o risco das febres e transportavam produtos frescos, das colheitas de Abril a Junho, da cidade de São Paulo, o que garantia a conservação do alimento pelo tempo que durasse a jornada, na pior hipótese, até Camapuã, onde o carregamento das canoas poderia ser substituído. Quando comerciantes e expedicionários paravam nos locais destinados a povoação, eram instruídos a montar seus

assentamentos em sítios suficientemente retirados do rio, a fim de evitar epidemias que assolavam a população ribeirinha no período das cheias (HOLANDA, 2000).

Descoberto as minas do Rio Arinos em 1745, a população das minas de Mato Grosso (como era chamado Vila Bela) correu em alvoroço para as novas áreas, provocando a quase total falência nas minas de Mato Grosso. A grande concentração de pessoas, a carência de roças e os incêndios em alguns pâoís provocaram mais um ano de muita fome e, para azar dos colonos, esta nova mina produziu pouco ouro.

O padre Agostinho Lourenço descreve os habitantes do arraial das minas do Rio Arinos ao capitão general Dom Antônio Rolim de Moura (o Conde de Ajambuja), como “[...] um bando de homens hostis, salteadores e assassinos de índios”, que orgulhosos, formavam suas bandeiras e adentravam mata na esperança de encontrar e arrasar aldeias indígenas, assassinando quem tentasse defesa e dividindo os sobreviventes como número com os donos para vendê-los (LEVERGER, 2001, p. 32).

[sic] Foi esta povoação ou arraial formado parte de homens facinorosos foragidos, parte de pessoas individuadas que ali se refugiavam dos credores, e parte também de outros que lhes parecia, fundaram grandes conveniências na conquista injusta dos gentios daqueles contornos, ou falando mais claro: não eram outra coisa, esta povoação, mais do que um covil de salteadores das vidas, honras e fazendas dos índios a quem declararam guerra sem outro motivo, e sem mais autoridade do que a cobiça.

[sic] Armavam-se 50 ou 100 homens, e, deixando guardas no arraial, se lançavam ao sertão, e investindo com a primeira aldeia de índios que encontravam, matavam a todos os que pegavam nos arcos para a sua justa defesa, e aos mais que não escaparam fugindo metiam em correntes e gargalheiras, destruíam ou queimavam as casas, arrasaram as searas, matavam as criações e voltavam triunfantes para a sua Ilha Comprida, onde se repartiam os vencidos pelos vencedores e destes passavam em contrato de venda a Cuiabá e Mato Grosso, Viram-se entretanto, entre eles horrendas tragédias, porque como não havia juiz, que sentenciasse controvérsias, eram as armas de fogo o resumo para as decisões. Muitos índios acabaram aqui como rezes ao corte do machado, ou sendo alvo de flechas e a fogo outros, e de mau trato e enfermidades uma grande multidão. As mulheres pelo mesmo teor padeciam nas vidas e honestidades [...] (LEVERGER, 2001, p. 32-33).

Em Vila Bela da Santíssima Trindade (1753) acontece a construção de diversos espaços em ambientes urbanos, entre as categorias de escravos que saíam às ruas à procura de serviços extras remunerados. A prostituição era uma importante fonte de renda, tal como a comercialização de gêneros alimentícios nas ruas, nas minas e nas vendas, somada

ao empréstimo de domicílios, acobertando os encontros clandestinos entre casais que viviam relações ilícitas (MATTOS, 2003).

O relacionamento do povoado mato-grossense com a diversidade de grupos indígenas refletiu no reconhecimento oficial de alguns índios apresados e de seus descendentes, exercendo determinados ofícios nas vilas e arredores. Compunham o quadro de mão-de-obra atendendo as necessidades das vilas e fortés como guias, remeiros, soldados, domésticos, oficiais mecânicos, entre outros<sup>56</sup>.

O interesse das bandeiras e monções nunca omitiu a ganância pela riqueza e posse, não se importando ou respeitando os já moradores da região, cravando a estes, guerras, extermínios e perseguições. Mesmo com todos os problemas já registrados acima, José Barbosa de Sá em 1775, elogiava a terra, considerando-a como:

[...] terra de permanentes minas de ouro e de tal idonea para a produçáo de todos os frutos que se lhe plantam e criaçoens de gados de toda a qualidade o clima bastante calido e despois que se foi cultivando o mais sallutifero que em todo o mundo pode haver tam favoravel que de algumas poucas vacas que se trouceraó no anno de mil e setecentos e trinta e nove em menos de des annos se vio tanta multiplicação de gado vacum que cobrio os campos e serrados chegando as novilhas a partir do anno e meyo e a este respeito todas a mais criaçoens [...]. (BARBOSA SÁ, 1775, p. 20).

Depois da crise alimentícia que passaram nos primeiros anos de chegada na região, com a queda do ouro, muitos exploradores debandaram e outros permaneceram no povoado investindo em plantações e criações de gado bovino, suíno e outros animais domésticos, favorecendo a comercialização e tornando-os parcialmente independentes de São Paulo.

### 2.2.3. A política de povoamento

Com o esgotamento precoce das minas (desde a primeira metade do século XVIII) e os altos impostos implantados em 1728, a saída dos mineradores para as lavras de Santana, afluente da margem direita do Alto Arinos foi certa (HOLANDA, 2000). Ainda em meados do século XVIII foram descobertas outras lavras, caracterizando vários núcleos e povoados<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Joaquim José de Moraes a João de Albuquerque de Mello Pereira, Vila Bela, 18 de abril de 1783. MSS., lata 1783 A – APMT. *Apud* Nauk Maria de Jesus (2003, p. 143).

<sup>57</sup> Rosário do Oeste é um exemplo, dentre os diversos núcleos de povoados (BARROS & BORDIGNON, 2003).

A exploração do ouro se estendeu ao Rio Arinos, onde foi descoberto diamante em 1747 (CORREA FILHO, 1926), esboçando o arraial do Diamantino do Paraguai, e iniciando a navegação dos rios Arinos e Tapajós rumo aos portos litorâneos de Belém (BARROS & BORDIGNON, 2003). Posteriormente, estas minas foram interditadas, seus exploradores foram expulsos e restando apenas a povoação indígena na região (BARBOSA DE SÁ, 1775).

A evasão da população cuiabana à procura de novos sítios auríferos resultou a descoberta de ouro na região de Guaporé. Com os limites geopolíticos entre Portugal e Espanha ainda não consolidados, a Coroa portuguesa temia o avanço dos espanhóis e por isso, incentivou a migração para as minas do vale do Guaporé, cujas primeiras lavras foram localizadas no rio Galera, no “Sertão dos Paresi” em 1734.

Visando a manutenção da fronteira Oeste, a Coroa Portuguesa adotou várias medidas como a criação da capitania de Mato Grosso, desmembrada da capitania de São Paulo em 1748. Assim, nomearam por Carta-régia (em 22 de setembro de 1748), Dom Antônio Rolim de Moura Tavares governador e capitão geral em 1751, cabendo a ele instalar a sede do governo em ponto estratégico na região das minas de Mato Grosso e organizar uma defesa militar para a região em litígio.

Foi expedida uma Carta-régia datada de 19 de janeiro de 1749, com 26 parágrafos, sendo os 16º, 17º e 18º sobre índios. A carta prescrevia prevenção e repressão às correrias dos Payaguá, para que desistissem de suas “hostilidades”; ações rigorosas com índios Cayapó - que infestavam o caminho de São Paulo e Goiás, além de povoados - e proteção aos índios Paresi, tantas vezes perseguidos pelos *sertanejos* de Cuiabá, que destruíram quase que totalmente suas aldeias. No 19º parágrafo ordenava a fundição de aldeias onde recolhessem os índios mansos que fossem encontrados dispersos e servindo aos moradores, devendo o governador solicitar missionários ao Provincial da Companhia de Jesus do Brasil, para ministrar o sacramento. Em 27 de janeiro de 1751 houve um Bando proibindo que se fizesse guerra aos índios sem ordem ou licença do governo e nenhum índio poderia sair da capitania (LEVERGER, 2001).

Na atual Chapada dos Guimarães, em maio do mesmo ano, foi fundada a aldeia de Santana da Chapada, que teve por diretor o padre missionário Estevão de Castro. Nela, recolheram os índios já apresados que estavam pela região. A estratégia era aldear os índios para proteger os moradores, compondo bandeiras apenas para capturá-los e amansá-

los em cativeiros - aldeamento que reuniam diversas etnias - desrespeitando todas as formas de cultura. Os missionários tinham a função de catequizar os nativos, que muitas vezes fugiam e eram novamente perseguidos e capturados.

Em 19 de março de 1752, à margem direita do Guaporé, foi instalada a nova capital Vila Bela da Santíssima Trindade<sup>58</sup> e, ainda neste ano, foi proibido o tráfego pelo rio Madeira, foram abertos novos roteiros que ligassem a Amazônia às terras mato-grossenses e goianas. Essas proibições foram pelo receio de que toda a população do Pará se deslocasse para Mato Grosso e Goiás atraídos pelas minas.

Em 1755 foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopólio exclusivo da Coroa portuguesa, com interesse de abastecer a nova capital (Vila Bela) com as mercadorias e escravos necessários. Promoveram uma política de incentivos e privilégios aos moradores que ali se instalaram. Estes incentivos poderiam ser as isenções de pagamento dos dízimos e dos direitos de entrada ou dívidas já existentes. Esta política de instalação de *fronteira viva* visava formar o Guaporé e vigorou durante dez anos<sup>59</sup>

Ao longo do século XVIII todos os novos povoados do estado receberam a política de povoamento influenciada pelo Diretório Pombalino, promulgado em 1757, e a mestiçagem foi o procedimento adotado pela Coroa com o propósito de povoar os espaços. Assim, contrariamente à adoção de formas de extermínios, ou de sustentação de índios na condição de escravos, perdurou o plano de civilização, conhecido também como Diretório Pombalino.

O Diretório Pombalino foi instrumento legal com grandes pretensões, dentre as quais, a inserção do índio nos costumes ocidentais de modo definitivo e inédito, pois a pregação religiosa foi desconsiderada, entendendo possibilitar a civilização dos índios seguindo um programa fundamentalmente laico.

Por meio desse decreto, o Marquês de Pombal<sup>60</sup> pretendia reorganizar as bases produtivas das regiões e incrementar o comércio com a metrópole. Contudo, para que esses objetivos lograssem êxito, era fundamental a cooperação dos índios, mas antes era necessário expulsar os jesuítas e expandir a língua portuguesa (SILVA, J. P., 1994).

---

<sup>58</sup> São encontradas diferentes grafias para Vila Bela da Santíssima Triandade, a exemplo: Villa Bela, Vila Bella e Vila Bela.

<sup>59</sup> Volpato, (1980, 1987). Sobre essas questões veja: Corrêa Filho (1926, 1994), Siqueira (1990).

<sup>60</sup> Sebastião José de Carvalho e Mello foi o Marquês de Pombal e o Conde de Oeiras (TAUNAY, 1923).

O Diretório foi um regimento que apresentava regras que deviam ser seguidas por seus subordinados e consistiu num programa de adaptação do indígena a uma nova forma de vida radicalmente contrária às suas práticas culturais, tendo a preocupação de direcionar as atividades a se realizarem, e de garantir a inserção do indígena a um modo de vida “civilizado”.

O Diretório determinava os costumes, iniciando pela adoção da língua portuguesa. O objetivo parecia ser demarcar um novo tempo, os índios então seriam vassalos de Sua Majestade, Rei de Portugal e, portanto, deveriam utilizar-se da mesma linguagem que os portugueses do Reino<sup>61</sup>. Dessa forma, o Diretório propõe o acesso dos indígenas aos cargos e funções previstos, e às honrarias devidas, além de proibir que se dirigessem aos índios como *negros*. Para tanto, deveriam assumir sobrenomes portugueses, como se fossem *Brancos* (artigo 11º) e, como os não-índios, deviam morar em casas, obedecer às leis e à polícia (artigo 12º e 74º); deveriam andar vestidos para não despertarem a imaginação libidinosa e deveriam evitar a bebida, em processo paulatino de abandono do vício (artigos, 15º, 13º e 14º).

Compunha um processo de educação do índio, ou simplesmente, a transformação deste em *português*, dividindo a mesma língua, os mesmos nomes, a mesma indumentária e a mesma *virtude*. Tendo ainda que dividir o mesmo sangue, favorecido pelo casamento, estimulado na legislação como a conclusão do processo de união entre portugueses e indígenas, como pode ser observado nos artigos 87º e 88º do Diretório:

[sic.] 87. Para se conseguirem pois os interessantíssimos fins, a que se dirigem as mencionadas condiçōens, que saõ a paz, a uniaõ, e a concordia publica, sem as quaes naõ podem as Republicas subsistir, cuidaráõ muito os Directores em applicar todos os meios concuentes para que nas suas Povoaçãoens se extingua totalmente a odiosa, e abominavel distincão, que a ignorancia, ou a iniquidade de quem preferia as conveniencias particulares aos interesses publicos, introduzia entre os Indios, e Brancos, fazendo entre elles quasi moralmente impossivel aquella uniaõ, e sociedade Civil tantas vezes recomendada pelas Reaes Leys de Sua Magestade.

88. Entre os meios, mais proporcionados para se conseguir taõ virtuoso, util, e santo fim, nenhum he mais efficaz, que procurar por via de casamentos esta importantissima uniaõ. Pelo que recommendo aos Directores, que appliquem um incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimonios entre os Brancos, e os Indios,

<sup>61</sup> Todas as remissões ao Diretório possuem como referência o "Directorio que se deve observar nas Povoaçãoens dos Indios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario". *Apud MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Indios da Amazônia de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988. (Diretório, Artigo 1º p, 168-169).

para que por meio deste sagrado vínculo se acabe de extinguir totalmente aquela odiosíssima distinção, que a Nação ens mais polidas do Mundo abominaraõ sempre, como inimigo commun do seu verdadeiro, e fundamental estabelecimento [...] (MOREIRA NETO, 1988, p, 201).

O Diretório se constituiu (segundo a pretensão dos não-índios), em um instrumento de “integração” da comunidade nativa ao povo português, por meio da adoção de sua cultura, seus costumes e sua herança familiar, sem se importar com os prejuízos causados à cultura indígena. O principal objetivo do Diretório era, sobretudo, a manutenção da paz do Estado e a harmonia de não-índios e índios, o que possibilitaria geração de riquezas. Sempre visando o interesse de povoar os espaços considerados “vazios”, ou seja, os espaços ainda não “explorados”, compondo novos povoados, procurando riquezas, cobrando impostos, tendo o livre acesso de ir e vir, preferivelmente usando mão-de-obra indígena como meio de interação entre as sociedades.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1986), o Diretório Pombalino ou a ação de *civilizar* os índios visava à inserção destes no Estado, sujeitando-os a leis e costumes regulares e não os reconhecendo como próprios de uma sociedade diferente. Neste período os índios foram declarados com capacidade para a civilização, e, durante todo o oitocentos, foram identificados segundo suas práticas e comportamentos distinguindo-os entre *mansas* ou *domésticos*, *bárbaros* ou *selvagens* (SILVA, V. C., 2001). Os índios domésticos eram aldeados e mantidos submissos ao trabalho. Os índios considerados bravos eram forçosamente incorporados aos aldeamentos, se respondiam contrário à vontade dos colonizadores, evitando a submissão, recebiam então a guerra como punição.

Durante o século XIX, em Mato Grosso, os índios foram classificados em três categorias diferentes: os que viviam aldeados e vigiados pelo Diretório dos Índios, entre eles Guaicuru, Guaná, Guaxi, Bororo da Campanha, Bororo Cabaçal e Caiapó; os que viviam em estado primitivo e independente, porém relacionavam-se com os administradores da província, eram Kayoá, Chamacoco, Kadiwéu, Guató, Bakairi, Paresi, Maimbaré, Apiaká, Guarayo, Jacaré e Caripuna, e por fim, a terceira categoria composta por índios que não estavam dispostos a mudar seus hábitos culturais: Bororo Coroados, Kayabi, Barbado, Kabixi, Nambikwara, Tapayúna, Mekém, Cantario, Passa, Senhabó e Arara (SILVA, V. C., 2001, p. 27).

As experiências disciplinares dos aldeamentos incitaram alguns resultados de inserção dos indígenas na sociedade imperial. Os contratos de trabalho indígena não seguiam rigorosamente a legislação e outros acordos ocorreram na informalidade.

Conforme a documentação pesquisada, os aldeamentos na Província foram frustrados pela indisposição da maior parte das pessoas em administrá-los conforme o regulamento<sup>62</sup>.

Desde 1º de Janeiro de 1727, data de fundação da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, este sítio constituía um importante núcleo de povoamento, mesmo quando a primeira capitania de Mato Grosso foi Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) por razões nitidamente fronteiriças. No período compreendido entre 1818 e 1821, Cuiabá recebeu a transferência da Junta da Fazenda, o desembargo do Paço e a Casa da Fundição e assim, em 1835, passou a ser capital da Província (PERARO, 1998).

Em 1816 a região do Guaporé foi registrada pelos últimos capitães-generais como área de insalubridade, onde foram registrados casos de febre endêmica. Esta foi uma das justificativas das autoridades ao abandonarem Vila Bela e se deslocarem para Cuiabá, abandono que caracterizou o declínio da rota monçoeira Norte. O capitão Augusto Leverger, apresentou as diferenças populacionais existentes entre a população de Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá nos anos de 1817 e 1818, momentos antes da mudança da capital, conforme a tabela 3 apresenta:

<b>Vila Bela (1817)</b>			
	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
<b>Homens</b>	1.546	1.783	3.329
<b>Mulheres</b>	1.801	692	2.493
<b>Soma</b>	3.347	2.475	5.822

<b>Vila Real do Cuiabá (1818)</b>			
	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
<b>Homens</b>	512	515	1.027
<b>Mulheres</b>	597	467	1.064
<b>Soma</b>	1.109	982	2.091

**TABELA 3:** Comparativo da população de Cuiabá e Vila Bela (1817 e 1818)

**Fonte:** Leverger, 1882, *apud* Reynaldo, 2004, p. 56.

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, Cuiabá foi promovida à categoria de cidade por Carta-Régia de 17 de setembro de 1818, “[...] e no ano seguinte foi

<sup>62</sup> Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. *Relatorio do estado da catechese e civilização dos Indios de Matto-Grosso*, apresentado ao Presidente da Província em data de 31 de dezembro de 1858, pelo respectivo Diretor Geral, Coronel João Baptista de Oliveira, depois de Barão de Aguapehy. Ano 1848-1860, p. 132. APMT.

transformada em Capital da Capitania de Mato Grosso, sob a administração do tenente-coronel Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (1819-1821)” (REYNALDO, 2004, p. 55).

A alternância de capital foi principalmente por interesse político e não por salubridade, pois Cuiabá projetava-se politicamente e contava com um porto estratégico via Bacia Platina<sup>63</sup>, para um futuro comércio internacional (REYNALDO, 2004). Em 1835 por lei provincial nº 19, de 28 de agosto Cuiabá foi declarada capital da Província<sup>64</sup>, assumindo a desde 1825 a liderança econômica e militar, contando desde 1828, com a maior densidade populacional comparada aos demais núcleos urbanos (PERARO, 1998).

A decadência da mineração em Cuiabá tornou-se mais aparente em 1728, acompanhada da miséria existente entre a população, motivando uma progressiva evasão da população em busca de novos sítios auríferos e perseguição de grupos indígenas para comércio e trabalho escravo.

Aos remanescentes em Cuiabá, foram introduzidas algumas atividades de apoio, pois as minas não supriam as despesas de manutenção das lavras itinerantes, passando a se dedicar à plantação de pequenas lavouras de subsistência, produção de cana-de-açúcar e criação de gado, permitindo a definitiva moradia do povoado na região, porém, com técnicas muito rudimentares de produção, manutenção e mão-de-obra.

Na formação do povoamento de Mato Grosso, *a priori* foi predominante o modo de ocupação e exploração colonial motivada pela captura do índio e exploração das minas, tornando comum a concepção de números populacionais isolados, devido à grande extensão territorial e as grandes distâncias dos demais centros da colônia. Com as difíceis condições de sobrevivência, a baixa densidade demográfica e a concentração de seus habitantes em torno de uns poucos núcleos populacionais se tornaram aparentes.

A rápida decadência do ouro em Cuiabá e na região do Guaporé desencadeou uma estagnação econômica que atingiu profundamente toda a região. A riqueza produzida pela

<sup>63</sup> Duas sub-bacias formam a bacia platina, a do Paraguai e a do Paraná. O Rio Paraguai (2.477 km) recebe os rios Diamantino, Sepotuba, Cabaçal e Jauru (400 km), Cuiabá (900 km), Taquari (860 km), Miranda e Apa (400 km), que divide o Brasil da República do Paraguai. O Rio Paraná (3.300 km) separa Mato Grosso dos Estados de São Paulo e do Paraná. Recebe entre outros o Rio Tietê, o Sucuruí, o Verde, o Pardo, o Amambai e o Iguaçum (DUROURE, 1977, p. 52).

<sup>64</sup> Visconde de Taunay (1923, p. 46-48) descreve lamúrias de moradores de Vila Bela, em específico do “velho preto” dizendo que “Cuyabá tudo levou, tudo tomou! Nunca se fiem em cuyabanos! São todos ‘imbincioneiso’ (ambiciosos) e ‘trabucadores’ (trabalhadores ativos mas com má fé) [...]” (parênteses meu). Segundo Taunay, na época da publicação do livro (1891, primeira edição), havia ainda muita mágoa por parte de moradores de Vila Bela pela transferência definitiva da capital do estado para Cuiabá “No meio de todos esses queixumes e encarecimentos [...] transparecia a rivalidade ainda hoje persistente entre as cidades de Matto-Grosso e Cuyabá [...]”

mineração foi transferida não apenas aos cofres da Coroa, mas também para os comerciantes que abasteciam os núcleos mineiros com as mercadorias necessárias: cereais, ferramentas, sal, e outras. Esses comerciantes eram, em sua maioria, portugueses que acabavam monopolizando o comércio intermediário e/ou atravessavam a distribuição de mercadorias, contribuindo efetivamente para o empobrecimento da população dos centros urbanos mato-grossenses, pelos preços abusivos que cobravam (TAUNAY, 1923).

Os comerciantes portugueses ao aumentar seu poder econômico expandiram seus privilégios na administração da capitania, ocupando posições de mando e controle dos altos cargos públicos, compondo uma poderosa elite mercantil.

A sociedade local (índios desaldeados, ou “civilizados”, negros, bandeirantes e descendentes da união entre estes) que a princípio se dedicou intensamente ao ouro não teve alternativa senão a cultura de subsistência ou pequenas atividades artesãs. Estes sofriam com os elevados custos dos gêneros de primeira necessidade, contrastados com o baixo poder aquisitivo. O predomínio português na política e na economia só começou a ser contestado no final do Primeiro Reinado e no início do Período Regencial, desenfreando um quadro crítico de crescente violência política (CORREA FILHO, 1976).

Após a Independência, os portugueses bastante numerosos, especialmente em Cuiabá, eram alvos de inveja e ira, sobretudo por sua história na região, provocado também pela disputa comercial e política, confirmada e ampliada pela Constituição de 25 de março de 1824, dando aos portugueses feição de brasileiros adotivos com todas as regalias de cidadãos natos (TAUNAY, 1920). A prosperidade de alguns portugueses excitava o rancor dos nativos e negociantes, que lembravam das imprudências e alteridades dos “adoptivos” habituados ao mando dos tempos coloniais (intransigentes e agressivos, sobretudo nas capitâncias mais distantes). Assim, em 30 de maio de 1834, às 23 horas eclodiu a Revolta Cuiabana, foram mortos cerca de 400 portugueses ou mais<sup>65</sup>. Na noite seguinte, iluminaram a cidade de Cuiabá, e por todos os lados ecoavam gritos de *Viva o 30 de maio!* Fizeram passeatas com uma bandeira que foi levada a várias localidades, era toda vermelha e com o seguinte dizer em letras brancas:

Embarca, bicudo, embarca,  
Embarca, canalha vil,  
Que os brasileiros não querem

---

<sup>65</sup> Taunay (1923, p. 125) comenta que fontes diferentes apontam números diferentes entre 200, 300 e 100, o número de portugueses mortos nesta noite.

Bicudos no seu Brasil. (TAUNAY, 1923, p. 127).

Esta revolta já vinha sendo organizada há anos, tanto é que a população estava alarmada e muitos portugueses haviam fugido para o Norte de Goiás, e os que permaneciam na região se olhavam com medo e desconfiança, uns até procuravam uma reconciliação impossível, tentando responsabilizar inteiramente os cúmplices dos crimes antes cometidos (TAUNAY, 1923).

Os ambientes urbanos do século XVIII eram constituídos de plural oralidade das línguas, das falas, de fazer e refazer escritas, de alterações da “natureza”, de interação econômica e ecológica. Este século foi marcado pela heterogeneidade, desigualdade, escravismo mercantil, diferenças e contradições, combinações táticas de acordos, fugas e alianças que colonos chamavam de “conquistas” às invasões territoriais dos índios (ROSA, 2003).

Na ótica das teorias evolucionistas e raciais que dominavam a ideologia dos viajantes estrangeiros, Mato Grosso por sua localização geográfica era considerado isolado, “à margem da civilização”, com excessiva dimensão territorial e baixíssima densidade populacional. Distante culturalmente da sociedade “civilizada”, era tido como fronteira da pátria, desértico, dominado pela barbárie, com população mestiça, indolente, sem espírito empreendedor e sem condições de promover o progresso da região (GALETTI, 2000).

A população mato-grossense do século XIX destacou-se, porém, nas organizações de aldeamento aos índios “mansos”, bandeiras e entradas contra índios “selvagens”, diferentes do período do setecentos, relacionado ao ato de capturar índios. Conforme relatos descritos por autoridades imperiais, essas bandeiras tinham intenção em punir índios “hostis”, “pacificá-los” e “civilizá-los” com métodos violentos, pelos quais estes eram alreadados ou eliminados. Para Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 133) século XIX “[...] deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra indígena para se tornar uma questão de terras”. A questão de mão-de-obra indígena, extermínio ou sociabilização com a dita sociedade “civilizada”, sempre foi motivo de preocupação para a política indigenista, considerando os índios *como obstáculos para o desenvolvimento e civilização* (VASCONCELOS, 1999, p. 23), e intencionados a usar o índio como submisso ao não-índio e explorar, evidentemente, sua terra.

Vários fatores estimularam a ocupação de novos povoados à região mato-grossense, tais como a conquista e defesa das fronteiras; as minas auríferas e diamantíferas; as rotas de escoamento da produção (rotas fluviais e caminhos terrestres) orientaram a ocupação de territórios indígenas, e mais especificamente, o território Bororo no decorrer do século XVIII e XIX.

## CAPÍTULO III

### OS BORORO: CONTATOS E CONFLITOS NO NORTE DE MATO GROSSO

“A partir de meados do século XIX, os Bororo foram protagonistas dos episódios mais sangrentos da história de Mato Grosso”.

(CORRÊA FILHO, 1994)

Estudar e escrever a história dos Bororo a partir dos primeiros contatos com os não-índios não é tarefa fácil, pois não se trata especificamente de um macro-grupo bororo. Como já mencionei, no Capítulo I, na grande família bororo há uma divisão espacial em Bororo Ocidentais (Bororo da Campanha e Bororo Cabaçal) e Bororo Orientais (Coxipó, Coxiponé, Cuiabá, Coroadó, etc.), ambos subdivididos em diversas aldeias autônomas e situadas em espaços distintos. Essa divisão bipolar foi atribuída por pesquisadores para abordar melhor os índios em sua distribuição espacial, mas, para os Bororo, essa distinção é apenas aparente.

As aldeias eram autônomas, pois enquanto grupos de Bororo faziam alianças com não-índios e combatiam outras etnias, havia os Bororo que atacavam os considerados invasores e os Bororo que procuravam evitar esse contato (com invasores e / ou outras etnias), deslocando-se para outra região.

Neste trabalho, a palavra contato será usada para expressar toda situação em que houve relação direta ou indireta entre índios e não-índios, sejam encontros ou convivência, que pudessem ou não, acarretar em conflitos, alianças, mortos ou remanescentes.

Este capítulo trata dos contatos interétnicos mantidos ao Norte do antigo Estado de Mato Grosso e do estabelecimento do novo povoado de não-índios na região. Os conflitos ocorridos desde o recrutamento indígena, a aliança como estratégia bélica e a defesa dos territórios pelos Bororo.

### **3.1. Aliciamento de Bororo por não-índios**

Segundo a teoria mais aceita no âmbito da historiografia regional, o processo de colonização luso-brasileira do Centro-Oeste brasileiro foi oficialmente iniciado na primeira metade do século XVIII, quando os paulistas descobriram o ouro em Mato Grosso. A corrida de grande número de pessoas para esse território desencadeou conflitos étnicos e muitas mortes. Como fruto de alianças e cooptação das populações locais, foi encetada a ocupação não-indígena na região.

Vários grupos indígenas foram parcialmente ou totalmente dizimados, como os Bororo Ocidentais, os primeiros a fazerem alianças com paulistas e que hoje não mais existem como grupo indígena.

A colonização efetiva em Cuiabá, segundo os historiadores Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus (2003), iniciou em fins de 1722 com a invasão dos territórios indígenas milenares que a princípio formavam grandes aldeias populosas. Conforme Barbosa de Sá (1775, p. 10), os aventureiros encontraram índios tanto nos campos quanto nas margens dos rios que “naó couberam nos arquivos da memória”. Dos lembrados, Barbosa de Sá cita os “Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porudos, Xacorores, Aragoares, Coxipones, Pocuris, Araponenes, Mocos, Goatos, Araviras, Buripocones, arapares, Hytapore, Iaymes, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraes, Penacuicas, e outros”.

O início da ocupação procedente dos bandeirantes e monçoeiros derivou da caça à mão-de-obra indígena, e, em seguida, da descoberta do ouro e de diamantes na região. Além da defesa das fronteiras, os índios também foram úteis no transporte da produção pelo Rio Cuiabá até chegar à capital da Província de Mato Grosso. A partir dessas rotas fluviais e caminhos de bandeiras, alargaram-se as ocupações dos territórios indígenas, muitas vezes ajudados pelos próprios Bororo e Caiapó aldeados, que se coligaram aos colonos invasores.

Durante os primeiros contatos, os bandeirantes admiravam a eficiência dos Bororo na luta contra seus inimigos<sup>66</sup>. As emboscadas, cercos, técnicas de batalha, e a eficiência dos guerreiros, tornavam a luta contra os Bororo tarefa árdua e longa.

---

<sup>66</sup> Confira em: Holanda (2000); Albisetti & Venturelli (1962); Colbacchini (1925) e Cruz (1941).

Como já visto no capítulo anterior, possivelmente a primeira embarcação que teve contato com os Bororo foi a de Manoel Campos Bicudo, avô do Antônio Pires de Campos (Pai-Pirá)<sup>67</sup>, em 1682. Como lembra Wüst (1990), esta embarcação não chegou ao tradicional território bororo, mas por adentrarem o Guaporé, possivelmente encontraram algum grupo de Bororo em suas incursões sazonais, embora não haja relato desse contato. É sabido que Pires de Campos quando criança já estivera com seu pai à procura da Serra dos Martírios em território mato-grossense e, em 1716, voltou à região à procura de índios e da sonhada Serra. Em 1718, quando Pires de Campos subiu o Rio Cuiabá, destruiu a primeira aldeia de Bororo que encontrou e levou centenas deles como prisioneiros para São Paulo. Parte dos prisioneiros foram treinados para servirem como guias na exploração de territórios e como soldados nas lutas contra outros grupos indígenas. Das aldeias destruídas, também recolhiam prisioneiros para trabalharem na exploração do ouro.

Dos Bororo que fez amizade, Pires de Campos foi chamado de “Pai-Pirá”, e por muito tempo conservaram o respeito de *chefe gigante e valente* (os Caiapó também o chamam assim). Não se sabe como Pires de Campos se tornou amigo e grande chefe dos Bororo, uma suposição aponta que aprendera sua língua e seus costumes com os aprisionados que o pai (Antônio Pires de Campos, filho de Manoel Campos Bicudo) levava para São Paulo. A amizade com os Bororo se reforçava à medida que venciam guerras contra inimigos (inimigos dos bandeirantes e dos Bororo), como os Payaguá, Caiapó, Guató, Guaicuru, Xaray, Acroá, Guaná do baixo rio Paraguai e Orejones da baixada boliviana (BORDIGNON, 1986).

Em 1727 Antônio Pires de Campos já tinha aliciado um considerável número de Bororo, justamente os remanescentes da primeira aldeia que destruiu, premeditando guerra contra outras tribos. Com esse grupo de Bororo fundou vários aldeamentos para cativos, nos quais os próprios Bororo eram os guardas. Os Bororo considerados “a maior tribo de Mato Grosso” dominavam todo o Vale do São Lourenço. Mediante contínuas guerras e

<sup>67</sup> Vale distinguir Pires de Campos (pai), do Pires de Campos (filho – o Pai-Pirá). Segundo Sá Carvalho (1746, p. 95), em 1716 Pires de Campos (neto de Bicudo) “galgava pela primeira vez a serraria geral divisora das bacias platina e amazônica, o desbravador do vasto sertão do Brasil Central, o maior preador de índios de todos os tempos da nossa história”. Consta em Bordignon (1986, p. 9), que nos tempos de 1734, “chegou a Cuiabá Antônio Pires de Campos, filho do pai com o mesmo nome, que aprisionou os primeiros Bororós na barra do Coxipó, e neto de Manoel de Campos Bicudo”. Para Bordignon, em 1716, quem partiu a Serra dos Martírios foi o filho de Manoel Campos Bicudo, diferente de Sá Carvalho. Se analisarmos a data de nascimento de Manoel Campos Bicudo -1659, (SÁ, 1946), a vez que entra no Guaporé – 1682, teria Bicudo 23 anos (HEMMING, 1978). Em 1675, segundo Bordignon (1986) Antônio Pires de Campos já estaria com seu pai Bicudo nas bandeiras, e em 1716 estaria novamente nas bandeiras. Em 1718, para Sá (1946), Pires de Campos era um “valente jovem”. Supondo que em 1675 Pires de Campos tivesse 7 anos, que Bicudo tivesse com 23 anos, em 1716 Pires de Campos teria 48 anos e não seria jovem, como descreve Carvalho, o que é mais provável que Bordignon esteja correto. Pires de Campos morreu solteiro e sem herdeiro, suas finanças ficaram para o seu irmão Manoel de Campos, que também faleceu solteiro e sem herdeiro.

aliciamento, Pires de Campos conseguiu tê-los sob seu domínio, e para isso contou com a ajuda do seu irmão, o frade Manoel de Campos Bicudo, que segundo Carvalho, “manteve um aldeamento ao sopé da Serra dos Coroados, onde hoje se denomina ‘Baia do Frade’” (SÁ, 1937, p. 92). Nesse mesmo ano, fizeram incursões para as aldeias Bororo, e para os Paresi, no intuito de aumentar a mão-de-obra escrava (SIQUEIRA, 1898-99).

Os bandeirantes levaram a “ferro e a fogo” os índios que encontravam e resistiam ao seu domínio, provocavam a redução de sua população e a sua divisão em diversos grupos menos numerosos, com isso os Bororo procuravam refugiar-se em sítios diversos, evitando os principais rios das monções onde poderiam viver mais tranqüilos:

Foi assim que as duas tribus Bororós-cabaçaes e Bororós da Campanha<sup>68</sup>, transpondo o rio Cuyabá, foram habitar as imediações da estrada que desta capital vai à cidade de Matto-Grosso, onde por muito tempo causaram grandes males aos viajantes e ainda mais aos estabelecimentos daquelas paragens.

A tribo dos Coroados que faz parte desta nação, por descender dos antigos Porrudos, principal origem dos Bororós ficou habitando os mesmos sítios dos seus antepassados (CALDAS, 1887, p. 18).

Com a decadência do ouro a partir de 1728, as constantes ameaças sofridas pelas monções e a necessidade do gado bovino e equino, iniciaram a construção da estrada Cuiabá-Goiás Velho (basicamente a mesma BR-70, corta a parte setentrional do território Bororo) para o transporte do ouro, evitando a rota fluvial e os ataques dos índios Payaguá. Um considerável número de Bororo auxiliou Ângelo Preto Godoi<sup>69</sup> nessa construção, e como previam contato com os índios julgados *mansos*, para presentear os caciques, levaram 50 oitavas de ouro (3% do custo total da estrada) e mais 30 Bororo como guias. Esses Bororo foram repassados a Antônio Pires de Campos que os colocaram contra os Payaguá e, em seguida, contra os Caiapó (WÜST, 1990; BARROS & BORDIGNON, 2003).

A estrada Cuiabá-Goiás, conhecida atualmente como BR-70, foi importante no processo de ocupação e colonização do Leste mato-grossense e Sudeste goiano, principalmente ao longo da década de 1770, com a instalação de um posto alfandegário no Oeste do Rio Araguaia e por ela, tropas e carros de boi transportaram sal, toucinho, fumo, tecidos, ferramentas para a garimpagem, dentre outras coisas (XAVIER, 1999, apud BARROS & BORDIGNON, 2003).

<sup>68</sup> Os Bororo Cabaçais habitavam as margens do rio Cabaçal, afluente do Paraguai, próximo à cidade de Cáceres (antes São Luiz de Cáceres), e os Bororo da Campanha recebiam este nome por não ter morada certa e vagar pelas campanhas.

<sup>69</sup> Basílio Magalhães (1878) Southey (1981), Alencastro (1864) e Bordignon (1986) confundiram este sertanista com Ângelo Preto Nobre, que abriu o primeiro caminho entre Cuiabá e Goiás, por também empregar índios Bororo.

O Relatório de Antônio Pinho de Azevedo de 1737 é o único a revelar que houve muita dificuldade na abertura desta estrada, justamente por causa do ‘gentio Bororo’. Porém, em momento algum menciona conflito aberto com ele, podendo ter havido um novo recuo dos Bororo rumo ao médio curso do São Lourenço e à bacia do rio Vermelho (WÜST, 1990). A outra parte dos Bororo foram para o Norte, onde continuaram em conflito contra aqueles que invadiam seus territórios (BARROS & BORDIGNON, 2003).

### **3.2. Estratégia de guerra: aliança com não-índios**

Em 1728 Pires de Campos e seus irmãos teriam um “exército” com cerca de 600 Bororo, considerados como “[...] o gigante que decidiria nas lutas contra os índios paiaguás”. As lutas contra os Payaguá iniciaram em 1725 e se prolongaram por muitos anos (SÁ, 1937, p. 92). Registra-se que os Bororo situados ao Ocidente também teriam feito guerras contra os invasores, e que, por isso, foram alvos de inúmeras expedições punitivas (SERPA, 1988; VIERTLER, 1990).

Barbosa Sá descreve uma guerra ocorrida em 1730 que deixou muitos bandeirantes mortos. Neste ano, no mês de junho, saíram algumas canoas carregadas de pessoas e mais sessenta arrobas de ouro. Ao navegar pelo Rio Paraguai, ouviram “urros estrondosos” dos índios Payaguá, dividindo a tripulação entre os que sentiam terror e aqueles que sentiam vontade de guerrear. Segundo Barbosa Sá, os Payaguá continham oitenta e três canoas e guerrearam contra os “bandeirantes” das nove da manhã até as duas da tarde. Desse conflito, “[...] acabaraó quatro centos christaons entre brancos pretos e Índios e dos inimigos sincoenta escapando dos nossos doze pessoas que por terra se acoutaraó a hum capam de mato” (BARBOSA SÁ, 1775, p. 28). Logo depois passou pelo local João de Araújo Cabral e outras tantas pessoas levando ouro real, mais atrás outro grupo de três canoas capitaneadas por Felipe de Campos Bicudo chegaram ao local da tragédia e encontraram os sobreviventes. João de Araújo Cabral foi escolhido para seguir viagem e solicitar socorro, os demais voltaram com o ouro e esperaram reforços para seguir viagem (BARBOSA SÁ, 1775).

Enquanto esses portadores do ouro voltavam, ouviram vozes humanas que vinham de trás da ilha, a mesma ilha de onde saíram os Payaguá, seguindo essas vozes que “bradavam como gente humana”, foram averiguar o que ocorrera. Não encontraram se quer um vivo que de fato pudesse bradar, mas muitos corpos:

[...] huns em terra, outros no pantanal, alguns dependurados em forcas outros com as cabeças quebradas a poretadas atravesados de lanças esquartejados abertos tiradas as entranhas que eraó os que escaparão do conflito e tornados prizoneiros alli lhes deo o gentio a todos morte por aquelles modos ahy acharão caixas quebradas roupas espalhadas papeis rasgados e entre isto huma Imagem de Santo Antonio com a cabeça dividida do corpo aquem atribuiraó os brados para que tivesse aquele Lastimoso espetaculo (BARBOSA SÁ, 1775, p. 28).

Outra clássica guerra aconteceu em 10 de agosto de 1734 contra os Payaguá, dessa vez com ar de revanche. No comando de Antônio Pires de Campos, irmãos e na confiança de “seus aguerridos bororós”, somados aos “brancos e pretos”, formaram uma grande força bética de 842 pessoas que desciam o rio em “[...] 108 canoas, das quais 28 de guerra com canhões e 80 de transporte e mais três grandes balsas”. A concentração de todo o grupo foi feita em Cuiabá e no Itaici, na propriedade do pai de Antônio Pires de Campos. Desceram cautelosamente o rio até chegarem quase na divisa com os espanhóis do rio da Prata, gastando cerca de 34 dias para encontrarem com os Payaguá. Em dois combates definitivos destroçaram os Payaguá, mataram mais de 600 índios e 266 foram aprisionados (SÁ, 1946, p. 92-3).

Essa guerra serviu para confirmar o prestígio do Coronel Antônio Pires de Campos e seus irmãos ao governador da Capitania de São Paulo, às Cortes de Lisboa, às lavras de Cuiabá e aos Bororo. A partir dessa vitória, os Bororo pensavam estar protegidos e prontos para atacar quaisquer tribos que quisessem invadir seus domínios do rio São Lourenço e pantaneiros próximos (SÁ, 1946).

A dita amizade entre os Bororo com não-índios, a exemplo de Antônio Pires de Campos, foi uma aliança de interesses, ambos lutando contra seus inimigos Payaguá e Caiapó. Isso, porém, não acontecia aos Bororo de forma geral, pois nem todos os Bororo eram amigos de Pires de Campos. Como ele estava se destacando nas guerras contra outros índios e tinha como sua principal arma os Bororo como aliados, os documentos da época dão ênfase a esse ocorrido, mas paralelamente a isso, estava em pleno vapor a mineração na região de Cuiabá e brotavam novas minas em Mato Grosso, fazendo com que os exploradores fossem atrás de índios para o serviço escravo. Segundo Barbosa Sá, em 1727 quando a população cuiabana começou a ficar desestimulada com o ouro, começaram a bater em retirada a Oeste do Vale do Guaporé, formando novos vilarejos e principalmente indo atrás de índios Bororo e Paresi para o trabalho escravo, acarretando muitos conflitos entre os Bororo e o inimigo que queria exterminá-los, pois eram um risco à população (BARBOSA SÁ, 1775).

Nas rotas de penetração para as minas de Cuiabá as monções sofreram inúmeros ataques, o que foi usado como justificativa para declarar “guerra justa” contra estes índios. No período compreendido de 1733 a 1772 as fontes mencionam um total de 18 ataques de grandes proporções realizados pelos Payaguá aliados aos Guaicuru, e registros de expedições punitivas marcando uma acentuada redução de ambas as populações (BARBOSA SÁ, 1775). Segundo Barbosa Sá (1775) e Holanda (1990), por volta de 1795, estimava-se que mais de quatro mil paulistas e outros portugueses foram vítimas desses índios.

As autoridades queriam o extermínio dos índios ou que esses se “domesticassem”, “amansassem” e recebessem a fé católica, não servissem de guias aos espanhóis e auxiliassem no progresso da região. Em 25 de julho de 1739, o provedor da Fazenda de Cuiabá pediu aos Bororo Ararivá que estavam ‘aquém e além’ do rio Paraguai, para não auxiliarem, de forma alguma, os castelhanos, e, caso vissem movimentos de soldados naquela região, que o comunicasse. No ano seguinte, como resposta os Bororo levaram os índios Guaraporé para Cuiabá, tirando-os da posse dos Jesuítas e, em troca, receberam presentes como ‘machados, facas, luas’ (BORDIGNON, 1986, p. 11).

Amenizados os conflitos no Rio Paraguai contra os Payaguá, iniciavam-se as guerras na região Oriental, dessa vez contra os Caiapó. Estes dominavam as vertentes da direita do Rio Paraná, desde o rio Pardo até o Rio Correntes e as vertentes da Serra do Caiapó para o Rio Paranaíba, dominando também o Triângulo Mineiro, fazendo incursões até o Rio Mogi, em São Paulo. Os Caiapó além de inimigos dos Bororo, eram também dos bandeirantes, porque atacavam as lavras, vilas, comboios e interceptavam o caminho das Minas de Goiás. Mediante essa problemática, provavelmente em 1739 o governador de São Paulo, Dom Luiz de Mascarenhas, em visita a Goiás, determinou que o superintendente das minas, Dr. Agostinho Pacheco Teles, enviasse uma carta para Lisboa relatando a situação. De Lisboa veio a autorização, com ordem régia, de contratar Antônio Pires de Campos para exterminar os Caiapó (SÁ, 1946).

Antes mesmo de assinar o contrato formal aceitando a proposta real (em agosto de 1741), Pires de Campos sabendo que os Caiapó eram grandes inimigos dos Bororo chegou a Goiás logo guerreando, deixando os habitantes de Vila Boa animados, pois com aproximadamente 100 guerreiros bororo investiu guerra contra os Caiapó, destruindo uma aldeia e aprisionando mulheres e crianças (RAVAGNANI, 1996, apud BARROS & BORDIGNON, 2003).

A 12 de outubro de 1742, Pires de Campos assinou o contrato formal aceitando exterminar os Caiapó que “infestavam” o caminho das minas para São Paulo, dominando aproximadamente 800 léguas de sertão. Recebeu os armamentos, distribuiu entre os Bororo, e partiu neste mesmo ano com seu “exército” rumo à Serra das Araras, segundo Sá Carvalho (1946):

[...] dali veio varrendo, como um vendaval de morte, todos os aldeamentos dos Caiapós desde os rios Verde, Sucuriú, Aporé, Serra Selada, rio dos Bois até as fraldas da Serra Dourada, donde prosseguiu perseguindo-os até o rio Paranaíba, na passagem da Estrada para São Paulo. Percorreu com seu exército 150 léguas em três meses (SÁ, 1946, p. 94).

Esse confronto não intimidou os Caiapó do Norte de Goiás, pois continuaram suas investidas contra a população. No ano seguinte, 1743, Pires de Campos assinou outro contrato para guerrear contra os Caiapó, mas os Bororo se recusaram temendo não mais voltar para suas aldeias. Os ataques continuaram por inúmeras vezes até que a Junta liberou quatro arrobas (60 quilos) de ouro para investimento na guerra contra os Caiapó. Os Bororo estavam aldeados no Rio das Pedras, atual Araguari e voltaram com Pires de Campos para Cuiabá (BORDIGNON, 1986).

Em meados de 1744, o governador de São Paulo concedeu a Pires de Campos uma sesmaria de três léguas em quadra no Rio das Pedras, para descansar com o exército de Bororo (SÁ, 1946). Neste mesmo ano, Pires de Campos retornou com 500 guerreiros Bororo e suas respectivas famílias, atacando os Caiapó, segundo consta: “[...] batendo-os sempre ao primeiro encontro... fazendo mais de mil prisioneiros em três meses num raio de 150 léguas [...]”, chegaram até a região de Camapuã onde ficava a maior aldeia Caiapó, mas, com a grande população que encontraram, preferiram não entrar em conflito. Com esses prisioneiros seis aldeias de índios caiapó foram fundadas, contando com a guarda dos “soldados” bororo (ALENCASTRO, 1869)<sup>70</sup>.

Em carta de 12 de junho de 1746, Dom Luiz de Mascarenhas (governador de São Paulo) pediu ao provedor da Fazenda Real Manoel Caetano Homem de Macedo pedindo para que sempre facilitasse o acampamento de Pires de Campos e a alimentação aos índios Bororo, solicitando também alistamento de aventureiros no exército de Campos contra os Caiapó. Em outra mensagem, do mesmo ano, endereçada a Manoel Caetano comunicou

---

<sup>70</sup> Segundo Barros & Bordignon (2003) a investida contra os Caiapó foi em 1747, e fundaram três aldeamentos: Sant’Ana, Rio das Pedras e Lanhoso.

que Pires de Campos fora buscar mais Bororo no caminho de São Paulo para serem aldeados (SÁ, 1946). Em 1747 o mesmo Mascarenhas comunicou ao rei que Pires de Campos se dirigira a Cuiabá com o mesmo propósito (buscar mais Bororo) e seu irmão Pedro Vaz de Campos permaneceu com os Bororo no sítio do Lanhoso.

No ano seguinte, Pires de Campos regressou de Cuiabá com mais Bororo e cativos Caiapó, e o ouvidor geral de Goiás Manuel Caetano Homem de Macedo “[...] manda que os Boróros recém chegados sejam mantidos em descanso por três meses” (SÁ, 1946, p. 95).

Devido a periódicos ataques de Caiapó à Vila Boa, capital da então província de Goiás, no ano de 1755, Pires de Campos foi chamado novamente pelo Capitão-Mor Dom Marcos de Noronha para expulsar os Caiapó. Houve muitas mortes e o próprio Campos foi ferido<sup>71</sup>. Precocemente à sua plena recuperação, este foi intimado a fazer guarda da grande remessa de quintos de ouro da Fazenda Real (SÁ, 1946).

### **3.3. O fim da aliança e o retorno das expedições punitivas**

João Godói Pinto substituiu Campos, mas não conquistou a estima por parte dos Bororo e muitos desses que estavam em território goiano, na região do Triângulo Mineiro, foram posteriormente levados para a Ilha do Bananal em 1809, onde a maioria morreu. Do grande exército de guerreiros bororo, grande parte desapareceu (BORDIGNON, 1986). Os que se refugiaram nos vales isolados dos rios São Lourenço e Garças passaram a “aterrorizar os viajantes”, tanto na rodovia Cuiabá-Goiás, a estrada que se dirigia de Cuiabá para o Sudoeste ao longo do vale do Taquari, quanto na estrada para São Paulo. Em 1718 uma expedição sem sucesso foi enviada para as cabeceiras do Rio São Lourenço, mas não conseguiram contê-los (BAXTER, 1988, apud BARROS & BORDIGNON, 2003).

Esses Bororo situados em Goiás não tiveram o seus esforços reconhecidos, sujeitos a viver de agricultura e troca de seus produtos por rapaduras, roupas, machados e aguardentes, falavam tupi-guaraní (que não era a sua língua) ensinado por Pires de

---

<sup>71</sup> Foi ferido no peito direito, debaixo do ombro. Retirou-se para tratamento no aldeamento do Rio das Pedras e, segundo Bordignon (1986), a ferida foi tratada a base de toicinho. Presumivelmente, Pires de Campos morre em Paracatu, divisa de Goiás com Minas Gerais, onde foi sepultado (SÁ, 1946).

Campos. A última notícia que se teve desse grupo guerreiro, expulso de suas terras por portugueses, foi em 1831 (BORDIGNON, 1986).

Os primeiros contatos de bandeirantes e Bororo foi de muito conflito, desde a área dos rios Coxipó-Mirim e Cuiabá. Considerando que em 1721 já havia dois mil paulistas na região (MAGALHÃES, 1978, apud WÜST, 1990, p. 93), a maioria dos Bororo das proximidades de Cuiabá foram extermínados ou forçosamente incorporados ao já referido “exército” de Antônio Pires de Campos. Até o ano de 1772, as hostilidades praticadas pelos Bororo não ficaram nos registros etnohistóricos, segundo Wüst (1990) não era de se estranhar esse silêncio, pois os Bororo dos morros “[...] provavelmente os do Médio e Alto curso do Rio São Lourenço” não eram vistos como agressivos, e também porque eram considerados armas vivas, ou fronteiras vivas disponíveis a afrontar espanhóis, conforme carta de Sua Majestade em 1736.

O contingente populacional Bororo para o século XVIII não pode ser subestimado, as poucas informações de suas resistências aos conflitos mostram que a incursão dos Bororo não caracterizavam fuga ou covardia, mas se restringiam ao ato de evitar os conflitos. Com esse objetivo, os Bororo habitaram áreas distantes das margens de rios, diferente de outros grupos indígenas.

Antônio Pires de Campos depois de destruir aldeias e cativar índios, refere-se aos Porrudos do São Lourenço (como eram chamados os Bororo que habitavam as imediações desse rio) da primeira metade do século XVIII como “[...] resto de muitíssima gente, e estes senhoreavam todo o rio [...]” (TAUNAY, 1981, p. 193).

Idéia semelhante transpareceu Southe: “Vivia sobre o rio dos Porrudos uma tribo chamada dos Bororós, notável por sua docilidade, dizendo-se deles que se uma mulher era capturada pelos portugueses toda a família vinha voluntariamente entregar-se ao cativeiro” (SOUTHEY, 1981, apud WÜST, 1990, p. 95).

A visão de Bororo quase extermínado e dócil começou a mudar em 1771, quando uma expedição contra os índios Payaguá chefiada por Antônio Soares de Godói se deparou com um grupo bravio de Bororo no Baixo São Lourenço, que provocou o debandar da expedição (SIQUEIRA, 1898-99). Essa região, antes pertencente ao antigo território Bororo, ao menos até 1731, fora povoadada pelos Payaguá (SIQUEIRA, 1898-99).

Recuperados e fortalecidos com possíveis alianças, certamente os Bororo voltaram a migrar para o Sul, especialmente após a dizimação sistemática dos Guató e Payaguá. A

partir daí, o principal conflito de Bororo foi contra a invasão de suas terras com a frente agro-pastoril.

A partir de 1772 quando os Payaguá estavam bastante dizimados, começaram as instalações das primeiras fazendas de agricultura, e, em áreas mais distantes, voltaram os ataques dos índios Bororo na região de Cuiabá e proximidades do rio Coxipó-Açú (WÜST, 1990).

Conseqüentemente as expedições punitivas aos Bororo tiveram início, todas dirigidas ao Baixo rio São Lourenço, destacando-se três delas:

- A primeira foi no ano de 1773 contrapondo um assalto na fazenda de Antônio Pereira Velho, em que morreram muitos escravos. Na aldeia a bandeira chefiada por Paschoal Delgado Lobo encontrou vestígios do assalto, mas os capturados negaram o ato e culparam os Caiapó (SIQUEIRA, 1898-99). Em seguida foram levados para um alojamento em São Gonçalo Velho e fugiram antes da sentença (WÜST, 1990);
- A segunda, no ano de 1779, foi uma expedição punitiva financiada pela Real Fazenda e chefiada por Francisco Leme de Moraes, devido a ataques na paragem do Curuara. Encontraram os Bororo na margem do Rio Porrudos (São Lourenço) e após combatê-los, levaram para a vila onde foram aprisionados (SIQUERIA, 1898-99);
- No ano de 1781, a terceira bandeira de Francisco Nobre, também custeada pela Real Fazenda foi na mesma aldeia atacada dois anos antes, mas não encontraram índios, somente depois de 4 a 6 dias localizaram a aldeia:

[...] topou nessa escolta com um grande alojamento dos ditos bororós, que sendo acommettidos dos nossos foram rendidos e presos duzentos e tantos que se conduziram logo para o nosso acampamento onde não chegaram porque a facilidade dos nossos soldados deu logar a que elles fugissem (SIQUERIA, 1898-99, p. 214-215).

Os Bororo do Médio Rio São Lourenço e do Rio Vermelho tiveram um futuro diferente ao dos Bororo da Campanha, Cabaçal e Umutina devido as constantes fugas. Esses últimos devidos aos seus ataques, receberam intensas expedições punitivas entre os anos de 1818 a 1837 (LEVERGER, 2001). Os Bororo da Campanha foram considerados praticamente extintos em 1820, enquanto os remanescentes dos Bororo Cabaçal foram alreadeados em Jauru pelo reverendo José da Silva Fraga em 1842 (LEVERGER, 1862).

Os Bororo Ocidentais eram considerados selvagens e as “pragas” da época. Como observou o desenhista Hércules Florence em 1827, numa visita à província mato-grossense, considerou que os Bororo “[...] faziam muito dano ao Tenente-Coronel, matando escravos e devastando as plantações” (FLORENCE, 1977, p. 197). João Pereira Leite, Comandante Militar de Vila Maria e proprietário da fazenda Jacobina, solicitou em 1817 uma autorização de D. João VI para contatar os Bororo da Campanha (Ocidentais), sustentado pela justificativa de impedir que os mesmos continuassem a atacar as propriedades dessa região.

O fazendeiro obteve uma resposta positiva, e conforme o viajante francês: “O Coronel fez-lhe uma guerra que durou seis anos, durante a qual sua gente matou 450 Bororo e agarrou 50 prisioneiros que mais ou menos se sujeitaram ao trabalho na fazenda, principalmente o custeio dos gados” (FLORENCE, 1977, p. 197).

As hostilidades dos Bororo no Alto São Lourenço são documentadas a partir de 1839, quando atacam uma tropa na estrada Cuiabá-Goiás. A expedição punitiva não encontrou os Bororo e na volta, levou consigo negros de um grande quilombo das proximidades do rio Piraputanga (afluente do alto curso do rio São Lourenço) (WÜST, 1990).

Ataques nessa região são mencionados no ano de 1844 e 1848, tanto contra estafetas de correio quanto contra as fazendas (LEVERGER, 2001). Houve também um conflito no córrego chamado Ponte Queimada, próximo da atual Barra do Garças, sem registro de data exata (BARROS & BORDIGNON, 2003).

Anos depois o comportamento dos Bororo continuaram inexoráveis, as ações militares não os intimidavam e as bandeiras não tinham pleno sucesso. Algumas bandeiras ficavam receosas diante da força guerreira Bororo, principalmente em período de seca, marcado por intensas migrações.

O objetivo dessas bandeiras era diferente do período setecentista que visava capturar índios. Conforme referências descritas por autoridades imperiais, essas bandeiras tinham intenção de punir índios hostis, “pacificá-los” e “civilizá-los”.

Os Bororo recuados com o avanço de não-índios em suas terras, revidaram atacando propriedades vizinhas, como pode ser constatado nos registros dos relatórios de Presidentes e Vice-presidentes da Província:

1. [...] depois do incêndio foram vistos diversos índios roubando o que havia escapado das chamas, e matando as criações que encontravam” (LEVERGER, 1862, p. 62).

2. Principiarão estes a fazer algumas hostilidades, logo no começo da seca, nas fazendas situadas nas imediações do rio São Lourenço, na estrada geral, que desta província vai ter a de Goyaz, por isso fiz d'aqui partir uma bandeira no dia 30 de Julho do anno ultimo, uma bandeira em rumo ao dito São Lourenço, e em 6 de Setembro outra em rumo da estrada geral de Goyaz, ambas não corresponderam as minhas vistas, e intenções, pela má direcção dos seos encarregados: a primeira deo hum assalto nos índios Coroados que talvez só servisse para no princípio da futura secca aparecerem com mais ferocidade, pela timidez q. observão nos assaltantes, que apenas puderão capturar duas crianças, que as conduzirão a esta capital, deixando de segui-los por frivolas rasões, dando assim aza á que elles mais sensoberbação; a segunda nada fez, satisfeita voltou informando ter só encontrado vestígios destes bárbaros, quando moradores e viandantes da referida estrada queixavão-se de alguãs hostilidades por elles perpretadas; tanto que disto fui informado, mandei guarnecer os diferentes pontos da mesma por praças de 1<sup>a</sup> L<sup>a</sup>. do Exército, não só para desassombrar e proteger os moradores [...] (GUIMARÃES, 1847, p. 18-19).

3. Por participação do Commandante do destacamento da Estiva fui informado de se haver retirado para hum Engenho vizinho o morador do lugar denominado Roncador, por ter sido ameaçado no dia 3 do mez próximo passado pelos Indios bravios, que lhe matarão algumas criações, segundo a expressão daquelle Commandante. Como está na estação da secca são frequentes as correrias desses Indios, acabo de reforçar as praças dos tres destacamentos de Linha estacionadas na estrada desta Cidade para Goyaz nos pontos da Estiva, do Sangrador e do rio-Grande; não me parecendo [...] que não he a primeira vez que corre dos Indios, por já havê-lo anteriormente feito de outro lugar, fosse suficiente para justificar a saída de huma bandeira contra os Indios, cuja Nação não se conhece bem, por dizerem huns ser a dos Coroados e outros a dos Cayapós [...]” (RIBEIRO, 1848). Alertava-se ainda a possibilidade de se “lançar mãos de meios de que se servio no anno de 1837 para castigar e repellir a barbaridade dos Boróros da Campanha (RIBEIRO, 1848).

4. Os Coroados habitão as cabeceiras de diversos galhos do rio São Lourenço. Poucas e pouco exactas são as notícias que temos do seu número, de sua índole, e de seus usos, pois não se relacionam conosco, fogem de nós e quando procurão os nossos moradores e viandantes é para hostilizá-los. Com taes disposições e dominadas por sua situação as estradas que vão desta cidade para Goiás e para São Paulo, os coroados tornarião as mesmas estradas intranzitáveis para o Christão, se não fosse os sentimentos de cobardia comum a quase todas as nações indígenas, que faz com que raríssimas vezes acometam a rosto descoberto, ou expondo a sua vida ao menor risco. Entretanto, por vezes, tem atacado aos viandantes e moradores do sertão, que viram-se obrigados a abandonar os seus estabelecimentos, os quais, se bem que de pouca importância, eram de grande utilidade para as tropas que neles achavam, pelo menos, o provimento do milho tão necessário para os animais já cançados por longa e penosa viagem. Os mesmos Índios chegaram a cometer estragos matando e incendiando até em sitios do termo desta cidade e distantes dela menos de vinte léguas; por essas razões, poucos

anos se passam sem que o Governo expeça bandeiras contra eles; porém o resultado ordinário destas expedições há de destruir um maior ou menor número de adultos, e aprisionar algumas crianças que entre nós se criam, e que de nenhum modo aproveitão para a redução e cathequese da nação a que pertencem (FERREIRA, (1848) 1905; BARROS, 1989).

Em relatórios provincianos e fontes que relatam o contato e conflito entre os Bororo e não-índios, geralmente apresentam os índios como “selvagens” provocadores de “destruição”, responsáveis pela desordem e morte de muitos “civilizados”.

Castelnau esteve na região em 1844 participando da expedição às regiões centrais da América do Sul e descreve o comportamento dos Bororo Cabaçal (Bororo Ocidental) como hostil, concordando com os discursos dos governantes. Descreve-os como moradores das “[...] margens do rio do mesmo nome, ou as de seus principais afluentes, o que tornava muito perigoso o caminho de Vila Maria a Mato Grosso” (CASTELNAU, 1949, p. 346).

O português Joaquim Ferreira Moutinho que residiu em Cuiabá por dezesseis anos também repassa essa imagem em relação aos Bororo quando escreveu a sua viagem de São Paulo à Província do Mato Grosso. Em seus relatos ao notificar a província, descreveu o processo de ocupação das regiões das Minas do Cuiabá e Mato Grosso, local onde habitavam os Bororo Cabaçal:

[...] a ida a Mato Grosso desalentou-nos pelo calor abrasador, a volta pelo tédio e cansaço que se sofre, sendo-me obrigado a marchar dia inteiro por imensas lagoas, pés molhados, e fazendo pouso em pequenos cocorutos de terra, por entre serpentes que se abrigam no cupins, ou se enroscam pelos matinhos, por falta de terreno firme donde possam habitar [...] Pouco tem de notável a viagem até o Jauru. O local de mais digna menção é grande mata que se atravessa, d'onde é crença que se retirou o nome da província. Na margem deste existem aldeados os índios boboro cabacaes catequisados pelo cônego José da Silva Fraga. Estes índios são indolentes e preguiçosos, sustentam-se quase exclusivamente de cocos do mato (MOUTINHO, 1869, p. 169-173).

As expedições de caça e extermínio de Bororo foi ainda maior em meados do século XIX, após a morte do tenente Antônio Corrêa da Costa Pimentel, filho do presidente da província, João José da Costa Pimentel. Com isso, os Bororo foram protagonistas de um dos episódios mais sangrentos da história de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1994).

O relatório de João José da Costa Pimentel (03/05/1850) apresentado à Assembléia Legislativa, no item referente à “Tranqüilidade Pública e Segurança Individual”, discorre sobre as hostilidades dos “[...] ferozes e indomáveis – Coroados – que tantas hostilidades

têm cometido desde a fundação de Cuyabá” (CORRÊA FILHO, 1994, apud BARROS & BORDIGNON, 2003, p. 81):

Os Indios bravios – Coroados – commeterão neste anno grandes hostilidades, tanto na estrada de Goyaz [...] como na nova estrada de S. Paulo, perecendo victima deles o 1º. Tenente Ajudante de Ordens do Commandante das Armas Antônio Correa da Costa Pimentel. Mandei contra elles três Bandeiras, que pouco ou nada fizerão, ou por estar muito avançada a estação chuvosa, ou por má direccção dos respectivos Commandantes e enquanto elles operavão no sertão, elles batião os moradores da estrada de Goyaz, incendiando-lhes casas e roças, e fazendo-lhes todo o gênero de hostilidades, e ultimamente até atacavão o próprio destacamento da Estiva daqui 30 leguas, pelo que vi na necessidade de reforçar. Se o Governo Imperial a quem pedi auxílio para bate-los não o conceder farei este anno novamente contra os mesmos huma outra expedição, afim de ao menos desinfestar as vias de communicação desta Provincia com a capital do Imperio (CORRÊA FILHO, 1994, apud BARROS & BORDIGNON, 2003, p. 81).

Tentando afastar, e de alguma forma revidar ou espantar os invasores, os Bororo receberam a denominação de indígenas provocadores de “correrias”<sup>72</sup>. Isso devido às reclamações de hostilidades, pois faziam “ataques” próximo da estrada para Goiás e principalmente nas propriedades rurais.

Esse fato foi destacado pelo presidente da província de Mato Grosso, Herculano Ferreira Pena, em seu relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de 1862, queixando-se do comportamento dos Bororo (Coroados) também no distrito da Chapada dos Guimarães, lugar onde atacavam com freqüência os engenhos: “Correrias e depredações dos índios da tribo dos Coroados, e outras, repetiram-se infelizmente, como nos anos anteriores, em diversos pontos da Província, e até bem perto da Capital”.

Corrêa Filho (1994, p. 79) registrou “a guerra latente” no vasto território “assenhorado” pelos Bororo, principalmente entre os rios Cuiabá e o rio São Lourenço, onde os mesmos “não permitiam a presença de estranhos”.

Os apresados eram violentamente incorporados ao trabalho escravo nas fazendas próximas a suas aldeias, mortos por endemias ou por vícios adquiridos, como o consumo de bebidas alcoólicas.

---

<sup>72</sup> Conforme Almeida (2002), a via de regra, os discursos dos presidentes da província, que exerceram mandato antes de 1886, descreviam a dificuldade e a pouca disposição dos Bororo em compor a sociedade mato-grossense, e é ilustrativo o fato de sempre serem mencionados nos relatórios presidenciais no item “correrias”. Como informa os Relatórios dos Presidentes da Província (João Capistrano Soares, 1847; Manoel Alves Ribeiro, 1848; Joaquim José de Oliveira, 1849; Herculano Pena, 1862; Joaquim Galdino Pimentel, 1886; entre outros).

Assim que foram aumentando gradativamente a expansão de fazendas e de novos povoados em Mato Grosso, a reação dos Bororo (ataque aos invasores) também se dava na mesma intensidade, se estendendo desde a região de Cuiabá até os rios Peixe de Couro e Itiquira (STEINEN, 1897; REGO, 1895, apud WÜST, 1990, p. 98). No entanto, a abertura de novas estradas cruzando o território bororo e as inúmeras expedições punitivas, que os castigaram de diversas formas, resultou progressivamente na rendição de Bororo Orientais<sup>73</sup>.

A expedição chefiada pelo capitão Alexandre Bueno chegou a contar com a ajuda de 70 (setenta) índios Terena, dizimou toda uma aldeia em 1878, “[...] trazendo um saco cheio de orelhas, duas mulheres vivas e dois meninos vivos [...]” (STEINEN, 1894, p. 445).

No ano de 1888 Karl von den Steinen (1940, p. 572) relatou o número de pessoas assassinadas pelos Bororo, mas em momento algum se referiu ao número de Bororo mortos: “[...] nos anos de 1875-1880 os Bororo incendiaram 43 casas, mataram 204 pessoas (134 homens, 46 mulheres, 17 crianças. 7 escravos) e feriram 27 pessoas (11 homens, 6 mulheres, 3 crianças, 7 escravos)”.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1992a, p. 133), o “estreitamento da arena” foi uma das características da questão indígena no século XIX, motivando o debate sobre um provável destino das populações indígenas. Para ela, o objetivo final era a integração, enquadramento e sujeição das populações indígenas ao Estado nacional, fundindo-os ao “povo brasileiro”.

O Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Galdino Pimentel, diante desses ocorridos e de uma nova situação de reorientação da política indigenista influenciada pelo fim da escravatura, empregou a catequese aos índios como uma nova estratégia de pacificação.

Para essa tarefa foi nomeado o alferes Antônio José Duarte que em 1886, fez a primeira viagem partindo de Cuiabá ao Alto Curso do Rio São Lourenço chegando à aldeia Cabaçal, a qual contava com aproximadamente 400 índios (CALDAS, 1887). Para se aproximar deles, levou consigo alguns índios, em destaque, a índia Rosa Bororo, que tinha sido “educada” em Cuiabá. Mediante a visão dos governos provinciais, ela foi a responsável pela “pacificação” dos Bororo Coroado (ALMEIDA, 2002).

---

<sup>73</sup> Vierler, 1990; Wüst, 1990; Barros & Bordignon, 2003; e outros

A segunda expedição de “pacificação” e catequização foi para uma aldeia do Baixo São Lourenço, a qual presentearam os índios (CALDAS, 1887), e ainda no mesmo ano fundaram a Colônia Teresa Cristina (nas proximidades da atual aldeia Bororo de Córrego Grande) e a Colônia Isabel, na foz do Piquiri, sob o comando de José Duarte (REGO, 1895).

As hostilidades entre os Bororo e a sociedade envolvente começaram a diminuir em 1940. As constantes matanças aceleraram o declínio demográfico e a destruição de muitas aldeias.

Com a aproximação do não-índio vieram as diversas epidemias, entre as quais tuberculose, gripe e sarampo (VIERTLER, 1982) o que ajudou a afetar sua organização sócio-política.

Expulsos das terras mais férteis, com seu território cada vez mais reduzido, foram encerralados em áreas com solo pouco fecundo e sendo cercados pela nova sociedade local. Alguns Bororo optaram em acampar nas fazendas trabalhando em troca de comida e roupa, muitas vezes perdendo sua tradição e sociabilizando com a nova cultura envolvente (WÜST, 1990).

### **3.4. Conflitos com grupos tribais vizinhos**

Para demarcação e primazia de território, conflitos interétnicos eram naturais, tendo cada grupo indígena o seu espaço pré-estipulado, ainda que nômade. Em períodos distintos, o território Bororo estava cercado por variados grupos lingüísticos com diversos níveis de integração sócio-cultural.

Como território conhecido pelos próprios viajantes, temos a região dos Guaicuru (região do *chaco*, Centro-Sul do antigo Mato Grosso e Paraguai), (HERBERTES, 1998), dos Guató (canoeiros habitantes na Bacia do Alto Paraguai, principalmente o Rio Paraguai, desde o seu encontro abaixo do rio *Aquidabã*, o Rio Branco, até imediações do rio Caracará, Rio Alegre e Rio São Lourenço)<sup>74</sup> também a Sudoeste os Xaray e Orejones; os Paresi (habitantes da Chapada, Chapadão ou Serra dos Paresis), (CANOVA, 2003), os Payaguá (região central do Paraguai, rio Paraguai e afluentes), e região dos Caiapó (um

<sup>74</sup> Informação retirada do mapa apontado como fonte: Garcia, 1981; Nacional Geographic Magazine, 1962. apud OLIVEIRA (1996, p. 67).

grupo ao Noroeste do antigo Mato Grosso e parte de Goiás e os Caiapó do Sul ao Sudoeste e Leste), ao Norte os Bakairi, mais tarde ao Noroeste os Xavante.

Esse território foi palco de notáveis conflitos, os Xaray que mediante guerras foram diminuindo em número e se tornando mais frágeis, possivelmente pelo fortalecimento de outros grupos que passaram a agir diretamente como agressores (SCHUCH, 1995). Segundo Susnik (1978, p. 33), os “Umotina-Barbados e Coroados-Bororós”, foram os responsáveis pela extinção dos Xaray.

A situação de confronto entre os Bororo e outros povos, pode ser entendida de acordo com as variantes: os ataques proporcionavam a prática do *ethos* guerreiro na defesa do seu espaço territorial e cultural que resultavam na obtenção de alimentos, na obtenção de materiais para futuras trocas com outras tribos (mantendo relações interétnicas amigáveis) e até seqüestros. Sem computar neste momento a influência das bandeiras.

Ocorreu a partir de 1719 uma aliança estratégica unindo Guaicuru e Payaguá. Dessa aliança belicosa, muitos portugueses e paulistas morreram quando foram atacados por água, pelas rápidas canoas payaguá, e por terra, pelos ágeis cavaleiros Guaicuru<sup>75</sup> que ao oposto dos Caiapó, só combatiam em campo raso e onde pudesse se movimentar facilmente com os cavalos (CAMPOS, 1862).

Os Caiapó, por sua vez, tinham o costume de se camuflar com terra em meio de moitas, de tal forma que só podiam ser reconhecidos se fossem encarados. Em tocaia, esperavam a vítima ou as vítimas silenciosamente e as atacavam com golpes de porrete na cabeça e desapareciam imediatamente. Caso fossem atacar várias pessoas, esperavam o grupo passar e começava a golpear, sempre pelas costas, a última pessoa, com presteza, agilidade e em silêncio. Um único Caiapó habilidoso era capaz de dizimar um pequeno grupo rival.

Hábito semelhante tinha os Xavante, que deixavam obrigatoriamente sobre o cadáver a arma que fez a morte, conhecida por borduna. Justamente por essas técnicas de ataque, os homens costumavam não mais andar em fila india, e para facilitar a vigilância mútua, andavam em grupos de três ou quatro constantemente (HOLANDA, 2000).

Segundo Magalhães (2000-01, p. 69), “os Payaguá realizavam excursões belicosas no Norte do Rio Paraguai, atingindo as proximidades de Cuiabá, atacando as povoações

---

<sup>75</sup> Os Guaicuru também utilizaram as canoas dos Payaguá para os ataques, sendo na maioria das vezes, confundidos com os canoeiros Payaguá (CAMPOS, 1862, p. 440).

portuguesas". Para revidar os ataques sofridos, os portugueses organizavam expedições punitivas juntamente com os Bororo, aliciados e cativados, obrigando-os a uma vigilância constante nas principais rotas fluviais, deixando canoas de guerra sempre atentas na desembocadura do Rio Taquari.

Os Guaicuru em resposta às infrutíferas expedições punitivas, continuavam assaltando comerciantes, colonos e exploradores que viajavam pelos rios Taquari, Paraguai, Cuiabá até as minas de Mato Grosso em busca de ouro.

O verdadeiro interesse dos Guaicuru não era o ouro, mas a prata, que confeccionada como adorno, era sinal de prestígio social. As guerras intertribais resultaram em aldeias multi-étnicas, e apreciavam muito os cativos de outras etnias para trabalharem como escravos, tais como os Guaxi, Guanaze, Cayvaba, Guató, Bororo e Chamacoco (HERBERTS, 1998).

Os Guató costumavam fazer incursões na área Bororo para roubar mulheres, sem muito sucesso, pois enquanto canoeiros, eram menos ágeis na fuga comparando aos Bororo que cortavam caminho por terra (KOSLOWSKI, 1895).

Segundo Oliveira (2002), os Bororo atacavam os Guató e recebiam a desafronta dos canoeiros que conseguiam vingar seus mortos e expulsar o inimigo, fazendo assaltos surpresas ao território Bororo, matando pessoas e libertando seus cativos. A vingança de ambos tinha continuidade em seus remanescentes, e como os Bororo eram mais numerosos, favoreceram a diminuição dos Guató. A exemplo, Max Schmidt relata informações de um Guató que recorda de guerra com os Bororo, isso deve recuar à primeira metade do século XIX, pois mais tarde os Guató procuraram ocasionalmente refúgio na área Bororo.

Cabe destacar que no final do século XVIII o rompimento da aliança dos Payaguá com os Guaicuru, causou um grande declínio da ação belicosa Payaguá. E para agravar a situação, "a partir do início da década de setenta, os Payaguá tiveram que enfrentar não só os portugueses, mas também seus antigos aliados (os Guaicuru), coligados a estes" (MAGALHÃES, 2000-01, p. 68).

Dentre vários confrontos, o último grande conflito foi a Guerra do Paraguai, que contou com a participação de uns quinhentos índios Payaguá no ano de 1865 (SUSNIK,

1978). Após a guerra, não somavam mais de dezessete índios, que se dispersaram e passaram a viver dependentes da venda de seus produtos artesanais (MAGALHÃES, 2000-01).

Episódio semelhante ocorreu com Guaicuru. Sua decadência efetuou-se rapidamente, consequência da mestiçagem intertribal, do alcoolismo e das freqüentes epidemias de varíola, principalmente com a guerra paraguaia (1865-1870). Foram dizimados por perdas de terra e pelo contato com soldados que os contaminaram com doenças venéreas e os levaram ao desenvolvimento do alcoolismo (HERBERTS, 1998).

A principal intenção dos governantes, com a desculpa da catequese, era a de aldeiar os indígenas, mantendo-os numa certa região sobre vigia e domínio, “civilizando-os”, a fim de evitar afrontas com os fazendeiros, saques, invasões e as “correrias” que eram acusados de provocar. Pretendiam ensinar uma religião que iria enquadrá-los em limites cristãos, impondo novos costumes, relações sociais, educação estudantil egocêntrica dos costumes dos “brancos”, exacerbando a sua e limitando a dos índios; proibindo tradições culturais e desfazendo alianças entre os grupos indígenas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho buscou contribuir para o estudo do encontro de dois mundos completamente distintos. Esse confronto de valores desencadeou um choque cultural, afetando desastrosamente ambos os mundos. De um lado os Bororo, que possuíam a primazia da região; de outro, os não-índios, etnocêntricos, com projetos culturais muito diferentes, que buscavam riquezas, proteger fronteiras, ocupar “espaços vazios”, impor sua religião e seu modo de ser.

Os Bororo sofrerem significativas influências provocadas por fatores internos e externos no seu modo de viver, podendo ser observado no primeiro capítulo que aborda as relações sócio-espacial e as mudanças provocadas como resposta aos contatos com os não-índios. Seminômades, eram moradores de uma região rica em recursos naturais, viviam de coleta de frutas silvestres, caça e pesca. Com a aproximação da sociedade vizinha e dos conflitos inerente ao contato, foram forçados a se “ajustar” em áreas menores, deixando de fazer migrações sazonais e grandes caçadas, o que promoveu a escassez de alimentos e carência de plantas de cunho ceremonial, provocando alteração nas relações sociais internas e externas, na mentalidade, na língua e no mundo religioso.

Como apresentado no segundo capítulo, bandeirantes atraídos pela busca do índio Bororo descobriram, nas margens dos rios Coxipó e Cuiabá, ocasionalmente o ouro (1718), e a partir dessa descoberta a ocupação de não-índios em Mato Grosso foi mediada por interesses da política mercantilista. O contato dos índios com bandeirantes e monçoeiros foi lastimável, havendo mudanças com toda carga de influências negativas, resultando no encurtamento do seu espaço físico, diminuição da população, conflitos interétnicos, epidemias, interferências culturais, dispersão do povo, desaparecimento das atividades nômades e diminuição quantitativa e qualitativa de comida comparada ao número de caça, pesca e coleta que podiam ser obtidos no passado. Com isso, por vezes houve a divisão de aldeias em aldeias menores, ocasionando o enfraquecimento da força bélica do grupo, mas que era fundamental para a sustentabilidade alimentícia.

Esse novo mundo com vizinhos indesejáveis, trouxe de presente aos Bororo e aos outros povos indígenas, uma “caixinha de pandora”. Ao abrir, os índios encontraram as maiores tragédias da sua história, nela continha temor, expulsões, trabalho escravo, destruição das matas, expropriação de terras, envenenamento, vingança, avareza e, em consequência disso, a rápida diminuição da população Bororo e de outros índios existentes no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

O cenário da população apresentado no século XVIII era constituído acentuadamente por grupos nativos diversos, miscigenação e estranhamento de um grupo em relação ao outro, caracterizado pela heterogeneidade e mobilidade de sua população.

Os ambientes urbanos deste século eram constituídos de plural oralidade das línguas, das falas, de fazer e refazer escritas, de alterações da “natureza”, de interação econômica e ecológica. Esse século foi marcado pela desigualdade, escravismo mercantil, contradições, combinações táticas de acordos, alianças, fugas e guerras.

Como ocorreu com parte dos Bororo, o primeiro contato foi de apresamento para o trabalho de guia e guarda na guerra contra outros índios (geralmente inimigos também dos Bororo). Por tempo funcionou como uma aliança de interesses, mas rompida esta aliança os Bororo não se limitaram em “atacar estradas” e propriedades, repelindo a aproximação dos invasores e protegendo o seu habitat, revidado pelos não-índios com expedições punitivas.

A população mato-grossense do século XIX destacou-se, porém, nas organizações de aldeamento aos índios “mansos”, bandeiras e entradas contra índios “selvagens”, diferentes do período do setecentos, relacionado ao ato de capturar índios. Conforme relatos descritos por autoridades imperiais, essas bandeiras tinham intenção em punir índios “hostis”, “pacificá-los” e “civilizá-los” com métodos violentos, pelos quais estes eram aldeados ou eliminados. Para Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 133) o século XIX “[...] deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra indígena para se tornar uma questão de terras”. A questão de mão-de-obra indígena, extermínio ou sociabilidade com a dita sociedade “civilizada”, sempre foi motivo de preocupação para a política indigenista, considerando os índios “[...] como obstáculos para o desenvolvimento e civilização” (VASCONCELOS, 1999, p. 23), e intencionados a usar o índio como submisso aos não-índios e explorar, evidentemente, suas terras.

Vários autores como Lévi-Strauss (1991), Colbacchini (1925) e Saake (1953), foram unâimes em confirmar a existência de aldeias densamente povoadas no passado, formadas por diversos anéis de casas concêntricas, esparramadas pelo vasto território tribal. Alertavam que os poucos remanescentes da tribo iriam se extinguir rapidamente devido à drástica redução das terras tribais, após o povoamento do “sertão” mato-grossense pelos não-índios.

Os Bororo Ocidentais são reflexos da afirmação acima, não mais habitando em aldeias, encontram-se dispersos pelas fazendas e cidades da região do extremo Oeste mato-grossense e cidades bolivianas. Na maioria das vezes, negam sua ascendência, evitando relembrar os desagradáveis fatos da história passada e possíveis perseguições. Os Bororo Orientais encontram-se localizados em áreas indígenas também marcadas por um passado de conflitos, lutam para preservar sua cultura, ensinando aos mais novos a continuidade da tradição.

Os Bororo mostraram que construíram a sua própria história, como agentes de suas escolhas. Como dizem os velhos bororo, foram eles (os Bororo) que amansaram os “brancos”, que a história de contato não se resume no que os “brancos” fizeram com os Bororo, e sim no que os Bororo permitiram que os “brancos” fizessem com eles, a partir da escolha tomada por eles, numa situação de ação e reação, tanto os índios como os não-índios pagaram o preço do encontro entre esses dois mundos.

Alguns estudiosos chegaram a afirmar que os Bororo estariam fadados ao desaparecimento como grupo étnico diferenciado, porém, os Bororo Orientais podem afirmar o contrário, como já descreveu Bordignon (2001, p. 65) “As mudanças que os Bororo estão adotando visam dar continuidade à tradição cultural ou, melhor ainda, são um aspecto dos mecanismos de resistência cultural”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fonte Primária

Carta do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira à S. Majestade, enviando cópias dos autores de juntas de março de 1736 a maio de 1736. *Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos I.* (Documento 176)

Relatório de Presidente da Província João Capistrano Soares. 1847. APMT.

Relatório de Presidente da Província Manoel Alves Ribeiro, 1848. APMT.

Relatório de Presidente da Província Joaquim José de Oliveira. 1849. APMT.

Relatório de Presidente da Província Herculano Ferreira Pena. 1862, APMT. p. 4.

Relatório do Presidente da Província Augusto Leverger. 1863, APMT. p. 62.

Relatório de viagem de Antônio Pinho de Azevedo às Minas de Goyazes. 1 de setembro de 1937. *Fundação Cultural do Mato Grosso.* Cuiabá (Documento 43).

RIBEIRO, M. A. Discurso recitado pelo Exmº Vice Presidente da Provª. De Matto Grosso Manoel Alves Ribeiro na abertura da Sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de Maio de 1848.

PIMENTEL, J. C. Discurso recitado pelo Exmº Sr. Presidente da Província de Mato Grosso, na abertura da Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de Maio de 1850

GUIMARÃES, J. S. *Relatório do Presidente de Província José da Silva Guimarães.* Ano 1847. ( Livro 2. p. 18 e 19).

Livro de Registro da Diretoria-Geral de Índios. 1848-1860, nº 101. APMT.

Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. *Relatorio do estado da catechese e civilização dos Indios de Matto-Grosso,* apresentado ao Presidente da Província em data de 31 de dezembro de 1858, pelo respectivo Diretor Geral, Coronel João Baptista de Oliveira, depois de Barão de Aguapehy. APMT.1848-1860. p. 132.

Carta do Ouvidor Geral de Mato Grosso a João Pedro da Câmara; Vila Bela, 11-02-1765; mss., Microficha 185 (AHU) – NDIHR/UFMT.

Livro de Registros da Diretoria Geral dos Índios 1860-1873, p. 79, 80 a 82. LATA 1878 A, APMT.

Relatório n.º 23 apresentado pelo Presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel à Assembléia Legislativa. APMT. 1886.

FERREIRA, Joaquim Alves –Noticia sobre os Indios de Matto-Grosso dada em Officio de 2 de Dezembro de 1848 ao Ministro e Secretario D'Estado dos Negocios do Imperio, pelo Director Geral dos Índios da então Província. APMT. Diretoria Geral dos Índios (1848-1860), 1948: 1 – 16v) Publicado na revista O Archivo, vol. II, Cuiabá, 1905: 79-96.

SUMÁRIO de Testemunhas; Vila Bela, 3-01-1755; mss., Microficha 117, doc. 1216, (AHU) - NDIHR/UFMT.

Carta de Pascoal Moreira Cabral ao rei. Minas do Cuiabá, 15/07/1722. MSS., microficha 1, nº 247. (AHU) Arquivo Histórico Ultramarino, NDIHR/UFMT.

## Fonte Secundária

Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1737. RAPMT. Cuiabá (MT), 1(2):53-87, set/82-fev/83.

AGUILERA, A. H. *Curriculum e Cultura entre os Bororo de Meruri*. Campo Grande: UCDB, 2001.

ALBISSETTI, C.; VENTURELLI, A. J. *Encyclopédia Bororo: Vocabulários e Etnografia*. Vol.I. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962.

\_\_\_\_\_. *Encyclopédia Bororo: Lendas e Antropônimos*. Vol. II e III. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1969.

\_\_\_\_\_. *Encyclopédia Bororo: Parte I – Textos dos Cantos de Caça e Pesca*. Vol III. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1976.

\_\_\_\_\_. *Encyclopédia Bororo: Parte 2 – Textos dos Cantos Festivos*. Vol IV. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 2002.

ALENCASTRO, J. M. P. de. Annais da Província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro XXI*. Rio de Janeiro, 1864. p.150-175

ALMEIDA, R. H. de. *O Diretório dos Índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

ALMEIDA, M. A. *Cibá Modojebádo – a Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroado (1845-1887)*. Cuiabá: Dissertação, UFMT, 2002.

AZEVEDO MARQUES. *Apontamentos Históricos da Província de São Paulo*. Vol. I, Rio de Janeiro, 1879.

BARBOSA SÁ, J. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos*. UFMT, 1775.

BARROS, E. P. & BORDIGNON, M. *Jarudori. Estudos e levantamentos histórico-antropológicos*. Relatório relativo ao Termo de Referência DAF/DEID nº. 53/2002, do Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI – Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Política Indigenista, Política Indígena e suas Relações com a Política Expansionista no II Império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Departamento de Antropologia/ USP. 1989.

BAXTER, M. W. P. *Garimpeiros do Poxoréo: mineradores de pequena escala de diamantes e seu meio ambiente no Brasil*. (*Garimpeiros of Poxoréo: small scale diamond miners and their environment in Brazil*. PhD. Dissertation, University of California, Berkeley, 1975, tradução de Benedito C. Ribeiro Nunes Rocha), Brasília, Gráfica do Senado, 1988.

BIGIO, E. S. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégicas políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: UNB Departamento de História. Dissertação, 1996.

BORDIGNON, M. [Mário Bordingnon Enawuréu]. *Os Bororos na História do Centro Oeste Brasileiro 1716/1986*. Campo Grande: Missão Saleasiana de Mato Grosso/ CIMI-MT, 1986.

\_\_\_\_\_. *Róia e Baile. Mudança Cultural Bororo*. Campo Grande: Editora da UCDB, 2001.

CALDAS, J. A. *Memória Histórica sobre os Indígenas da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Polytechia de Moraes & Filho, 1887.

CALEFFI, P. Indianismo e Etnohistória. *Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Porto Alegre: SBPH, 1992. (p. 101-103).

CAMPOS, A. P. Breve Notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos sobre o gentio Bororo. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, XXV*. Rio de Janeiro, 1862.

CANAVARROS, O. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CANOVA, L. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Cuiabá: Dissertação, UFMT, 2003.

CARMACK, R. M. *Etnohistoria y teoría antropológica*. Trad. de F. J. Lima. Guatemala: Ministerio de Educación, 1979. (Cuadernos, 26).

CASTELNAU, F. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1949.

CASTILHO, M. A. *Os índios bororo e os salesianos na missão dos Tachos*. Campo Grande: UCDB, 2000.

COLBACCHINI, A. *A tribu dos Boróros*. Rio de Janeiro, 1919.

COLBACCHINI, A. *I Bororos Orientali “Orarimugodoge” de Mato Grosso (Brasile)*. Contributi Scientifici delle Missioni Salesiane Del Venerabile Dom Bosco. Itália, Torino, 1925.

COLBACCHINI, A. & Ventureli, C. *Os Boróros Orientais: Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso*. Campo Grande: MSMT, 1942.

CORRÊA FILHO, V. *À cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora, P. Pongetti & Cia (Monografias Cuiabanas, Vol. III), 1926.

\_\_\_\_\_. *Mato Grosso: 1817 – 1840 – e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província*. São Paulo: Dissertação, USP, 1976.

\_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso*. Coleção Memórias Históricas, 4. Várzea Grande (MT), Edição da Fundação Júlio Campos, 1994.

CRÉQUI-MONTFORED, A. *Geomorfologia*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1974

CRÉQUI-MONTFORTE, G. “Le Groupe Otuke”, In. *Journal de la Société des Americanistes de Paris*. IX, 1912.

CROCKER, J. C. Men’s House Associates among the Eastern Bororo. *Southwestern Journal of Anthropology* 25, 1969. p. 236-260.

CRUZ, M. *A arte militar entre os Bororo de outrora*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 175, 169-182, Rio de Janeiro, 1941.

CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. (Org). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Fapesp/Cia das Letras, 1992a.

\_\_\_\_\_. *Legislação Indigenista nos séculos XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: EDUSP/ Comissão Pró-Índio, 1992.

DENEVAN, W. *The Native Population of the Americas in 1492*. University of Wisconsin Press. Madison, 1971.

*Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação; Benedicto Silva, coordenação geral, Antonio Garcia de Miranda Netto.../ et al./ Rio de Janeiro: Ed. da F. G. V, 1986. 1422p.

DOBYNS, H. G. Estimating aboriginal American population. *Current Anthropology* 7. 1969. p. 395-416.

DUROURE, J. B. *Dom Bosco em Mato Grosso*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Tradução: Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FABIAN, J. *Kung Bushmem Kinship*, Anthropos. 1965. p. 663-718.

FAGUNDES, L. E. *Bororo, como consideras teu espaço?* São Leopoldo: Dissertação, UNISINOS, 1995.

FERRERIA, R. R. *Viagem Filosófica pelas capitâncias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias Zoológica Botânica. Conselho Federal de Cultura. 1972.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825-1829*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

FONSECA, J. S. *Viagem ao Redor do Brasil*. 2 parte. Rio de Janeiro, 1881.

GALETTI, L. da S. G. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: Tese, USP, 2000.

GARCIA, E. A. C. *Índices técnicos-econômicos da região do Pantanal Mato-Grossense*. Corumbá: EMBRAPA, Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual, 1981.

GUIMARÃES, A. V. *500 Léguas em canoa de Araritaguaba as minas do Cuiabá*. Campo Grande: UCDB, 2000.

HARTMANN, T. Cultura Material e Etnohistória. *Revista do Museu Paulista* XXIII.. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1976. p. 175-197.

HEMMING, J. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Macmillan Ltd. London.

HERBERTS, A. L. *Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. São Leopoldo: Dissertação, UNISINOS, 1998.

HOLANDA, S. B. A época colonial. DIFEL. SP, 1960.

\_\_\_\_\_. História da Civilização Brasileira. – 3 Ed. SP: DIFEL, 1968.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1993.

\_\_\_\_\_. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

JESUS, N. M de. *A arte médica na região central da América do Sul*. In: A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial/Organizadores Carlos Alberto Rosa. Nauk Maria de Jesus. Cuiabá: Editora Adriana, 2003. p. 137-155.

KOSLOWSKY, J. *Tres semanas entre los indios Guatós. Excursión efectuada en 1894*. La Plata, Talleres de Publicaciones del Museo, 1895. (Separata de la Revista del Museo de La Plata, 6)

LEITE, G. Caminhos das Monções. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, VI. 1946. p. 98-107.

LEVERGER, A [Barão de Melgaço]. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná. Rio de Janeiro: RIHGB, 1862.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para o Diccionário Chronográfico da Província de Matto-Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 205, Rio de Janeiro, 1882, p. 307-504.

\_\_\_\_\_. Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 2001. 192 p. (Publicações avulsas; Coordenação de Paulo Pitaluga Costa e Silva).

LÉVI-STRAUSS, C. Reciprocity and Hierarchy. *American Anthropologist* 46, 266-268, 1944.

\_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural*. 4 ed., Trad. De C. S. Katz & E. Pires, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

\_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural dois*. 4 ed., Trad. De M. do C. Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

LISANTI, L. *Negócios Coloniais (Uma Correspondência Comercial do Século XVIII)*, Publicação do Ministério da Fazenda, vol. I e IV, São Paulo, 1973.

LOUKOTKA, C. Línguas indígenas do Brasil. *Revista do Arquivo Municipal*. LIV:153. São Paulo, 1939.

LOWIE, R. H. The Bororo. J. H. Steward (ed.), *Handbook of South American Indians, Volume 1*. Smithsonian Institution. Washington, 1946. p. 419-439.

MACHADO, A. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

MAGALHÃES, B. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. Brasiliiana 45. 4 ed. Editora Nacional. São Paulo. 1978.

MAGALHÃES, M. L. A História dos Payaguá. In: *Fronteiras*. Campo Grande: 4/5(7/9):55-76, 2000-01.

MANO: *Um ritual bororo e uma experiência didática-pedagógica*. Meruri: MSMT, 1995.

MARTIUS, C. F. P. V. *Beiträge zur Tehonographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brailiens, I e II*. Leipzig, Alemanha, 1836.

MATTOS, E. *Mulheres escravas e forras na capitania de Mato Grosso*. In: A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial/Organizadores Carlos Alberto Rosa. Nauk Maria de Jesus. Cuiabá: Editora Adriana, 2003. p. 79-85.

MEIRELES, D. M. *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis/Vozes, 1989.

MENDONÇA, R. de. *Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*. 3 ed. Comemorativa ao Ducentenário Qüinquagésimo aniversário da elevação do Arraial a categoria de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, 1727 – 1977. Cuiabá: Edições Igrejinha, 1975.

MIGLIÁCIO, M. C. *A ocupação pré-colonial do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. São Paulo: Dissertação, USP, 2000.

MONTEIRO, M. E. & BRASIL, M. I. Boletim do Museo do Índio. In: *Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil*. Documentação n 8, Dezembro. Ministerio da Justiça. Fundação Nacional do Índio, 1998.

MONTENEGRO, O P. Estrutura e Ritmo da Sociedade Bororo. *Boletim do Museu Nacional*, N.S., Antropologia n. 22, Rio de Janeiro, 1963

MOOG, V. *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MOREIRA NETO, C. A. *A política Indigenista Brasileira durante o século XIX*. Rio Claro: Tese, 1971.

\_\_\_\_\_. *Indios da Amazônia de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOURA, C. F. *Arrayal de Cuyabá. Vila Real do Senhor Bom Jesus 1719 – 1723*. Rio de Janeiro: Convergência Luziada. Ano III, n 6, 1979.

MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida D'um Roteiro da Viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoreder, 1869.

NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE. Washington: National Geographic Society, v. 122, n. 3, Set. 1962.

NEVES, W. et al. O povoamento da América a luz da morfologia craniana. *Revista USP*. São Paulo. 1997.n. 34, p. 96-105.

NIMUENDAJU, C. *Mapa etno-histórico do Brasil e região adjacentes*. Rio de Janeiro: (IBGE/Fundação Pró-Memória), 1987.

NOVAES, S. C. *Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo*. São Paulo: Dissertação, USP, 1979.

NÚÑEZ, A. J. Sobre el concepto de Ethohistoria. *Primera Reunión de Antropólogos Españoles*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1975.

OCHOA CAMARGO, G.; *Meruri na visão de um ancião bororo (memórias de Frederico Coqueiro)*. Campo Grande: UCDB, 2001

OLIVEIRA, J. E. de. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

\_\_\_\_\_. *Da pré-história à história indígena: (re)pensando a Arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Porto Alegre: Tese, PUCRS, 2002.

PACHECO NETO, P. *Palmilhando o Brasil Colonial: A Motricidade de Bandeirantes, Índios e Jesuítas no século XVII*. Dourados: Dissertação, UFMS, 2002.

PERARO, M. A. *Farda, Saias e Batina. A ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90*. Curitiba: Tese, UFPR, 1998.

PORTOCARRERO, J. A. Botura. *Bái, a casa Bóe: Bái, a casa Bororo: uma história da morada dos índios Bororo*. Cuiabá: Dissertação, UFMT, 2001.

PRESOTTI, T. M. B. *O novo descobrimento dos sertões e minas de Cuiabá: a mentalidade da conquista*. Brasilia: Dissertação, UNB, 1996.

RAVAGNANI, O. M. Os Primeiros Aldeamentos da Província de Goiás: Bororo e Kaiapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP/ FFLCH, volume 39:1, 1996.

RATTRAY HAY, A. *Saints and Savages. Brazil's Indian Problem*. London (s.d.).

REGO, F. R M. Índios de Mato Grosso – Os Coroados. In: *Revista Brasileira*, [Rio de Janeiro e São Paulo, Laemmert & C. Editores. 1895]. Ano III: 5-12, 91-100.

REYNALDO, N. I. *Comércio e Navegação no Rio Paraguai (1870-1940)*. Ney Iared Reynaldo. Cuiabá: Editora UFMT, 2004.

RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

RICARDO, C. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

RIVET, P. “Linguistique boliviene. Lês afinités des dialects Otuke”. In *Journal de la Société des Americanistes*. X, 1913.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras (línguas indígenas)*. São Paulo: Loyola, 1994.

ROSA, C. A. *O urbano colonial na terra da conquista*. In: A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial/Organizadores Carlos Alberto Rosa. Nauk Maria de Jesus. Cuiabá: Editora Adriana, 2003. p. 11-78.

Sá, C. O Grande Bandeirante Antonio Pires de Campos (1716-1756). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, VI: 92-96, 1946.

\_\_\_\_\_. Resumo do Relato de Sá Carvalho em *O Estado de São Paulo* sobre a Expedição de Antonio Pires de Campos em 1717, 1937.

SAAKE, P. G. A aculturação dos Bororo do Rio São Lourenço. *Revista de Antropologia*. Vol. 1, n. 1, São Paulo, 1953.

SCHUCH, M. E. J. *Xaray e Xané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no alto-paraguai*. São Leopoldo: Dissertação, UNISINOS, 1995.

SCHULTZ, H. Informações etnográficas sobre os Suyá. *Revista do Museu paulista XIII*: 315-332. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1961/62b.

SERPA, P. M. N. *Bóe Epa: O cultivo da roça entre os Bororo de Mato Grosso*. USP: Dissertação, São Paulo, 1988.

SERRA, R. F. Extracto da descripção geographica da província de Mato Grosso feita em 1797. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1865.

SILVA, J. P. Língua vulgar versus língua portuguesa. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 113, Rio de Janeiro, 1994, p. 7 - 62.

SILVA, J. V. Mistura de cores. (*Política de povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século SVIII*). Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

SILVA, J. R. da *Os índios Bororos: família etno-linguística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Valverde, 1980.

SILVA, V. C. Missão, Aldeamento e Cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901). Cuiabá: Dissertação, UFMT, 2001.

SIQUEIRA, E. M. A contribuição de Mato Grosso na Constituição da Nacionalidade Brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Comemorativo aos 500 anos de descobrimento do Brasil. Vol. 58. Ed. do IHGMT, 2000

SIQUEIRA, E. M., COSTA, L. A., CARVALHO, C. M. *O Processo histórico de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

SIQUEIRA, J. da C. *Chronicas do Cuyabá*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. VI: 4-214. São Paulo, 1898-99.

SOUTHEY, J da C. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia & São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

STEINEN, Karl von den. Entre os aborígenes do Brasil Central. In: *Revista do Arquivo Nacional Municipal, n°s XXXIV a LVIII*. Departamento de Cultura. São Paulo, 1940.

\_\_\_\_\_. *Unter den Naturvölkern Central-Brasiliens*. Dietrich Reimer Verlag. Berlin. 1894.

STEWARD, J. H. The native population of South America. J. H. Steward (ed.) *Handbook of South American Indians Volume 5*. Smithsonian Institution. Washington, 1949. p. 655-668.

STEWARD, J. H. – *Handbook of South American Indians. The Tropical Forest Tribes*. Vol. 3, Smithsonian Intitution, Washington, DC, 1948.

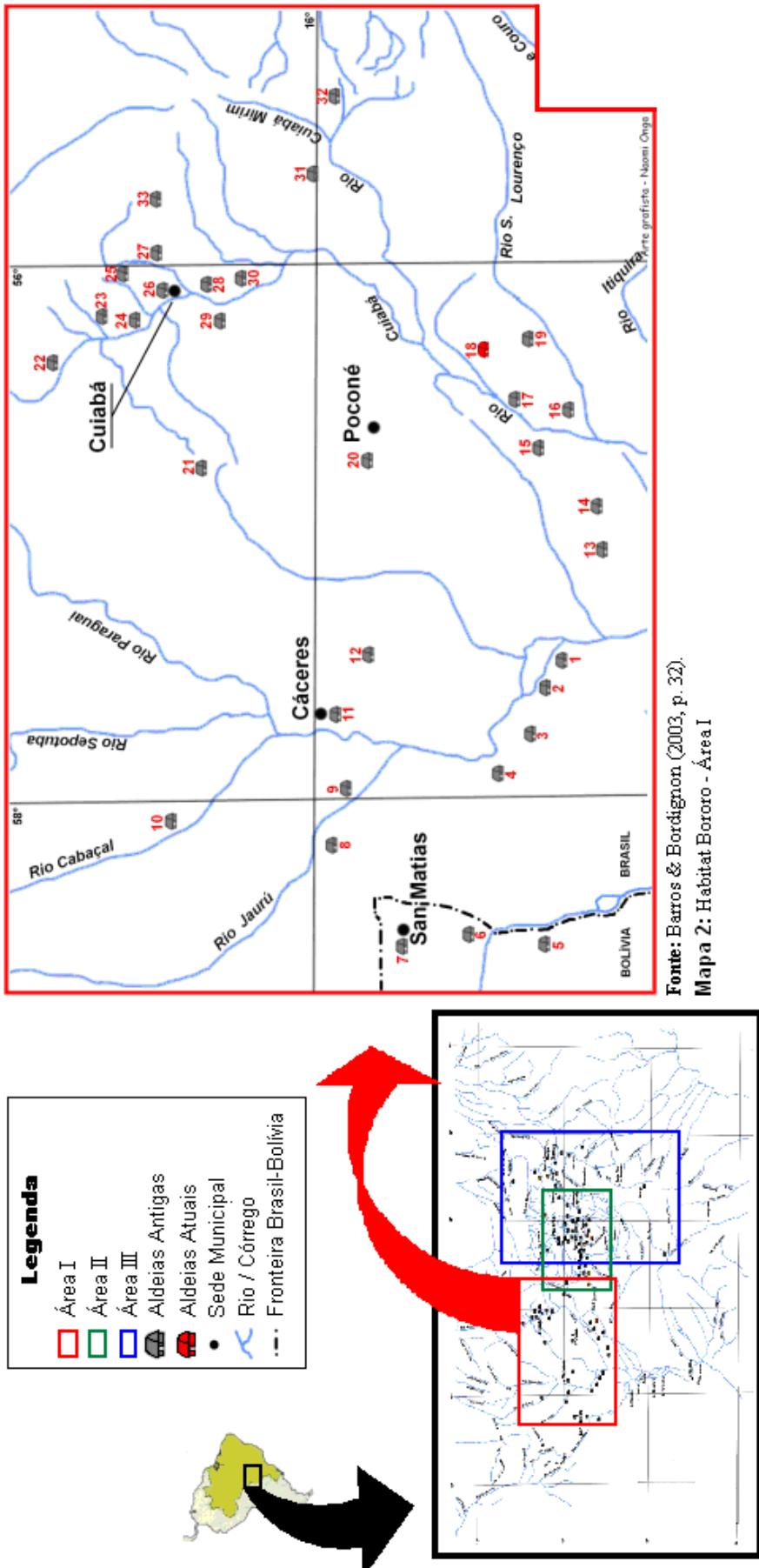
SUSNIK, Branislava. “*Los Aborigenes del Paraguay*”. Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVII). Museo Etnográfico Andes Barbero”. Asuncion/Paraguay, 1978.

TAUNAY, A. de E. V. *A cidade do ouro e das ruínas*. Matto-Grosso, Antiga Villa-Bella. O rio Guaporé e a sua mais illustre Vítima. Segunda Edição. Editora Comp. Melhoramento de São Paulo. São Paulo: SP, 1923.

- \_\_\_\_\_. *História Geral das Bandeiras Paulistas – Monções Cuiabanas*, Tomo XI. São Paulo: Edição do Museu Paulista, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Relatos Monçoeiros*. SP: Martins, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Relatos Sertanistas*. Editora Itatiaia. São Paulo, 1981.
- TRIGGER, B. G. Etnohistoria: problemas y perspectivas. Trad. de C. T. Michieli. *Traducciones y Comentarios*, San Juan, n. 1, 1982. p. 27-55.
- VASCONCELOS, C. A. *A questão indígena na província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.
- VIERTLER, R. B. *Aroe J'aroI*: implicações adaptativas das crenças e práticas funerárias dos Bororo do Brasil Central. São Paulo: Tese, Universidade de São Paulo, 1982.
- \_\_\_\_\_. *As aldeias Bororo: alguns aspectos de sua organização social*. São Paulo: Coleção Museu Paulista. Série de Etnologia, Vol. 2, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Aroe'Jaro. Implicações adaptativas das crenças e práticas funerárias dos Bororo do Brasil Central*. São Paulo, FFLCH/ Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Tese de Livre Docência, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Duras Penas - Um histórico das relações entre índios Bororo e "civilizados" no Mato Grosso*. São Paulo, FFLCH/USP, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A Refeição das Almas: Uma Interpretação Etnológica do Funeral dos Índios Bororo, Mato Grosso*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.
- VOLPATO, L. R. R. *Mato Grosso: ouro e miséria no antemural da colônia*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História. FFLCH, USP, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo, HUCITEC, 1987.
- VOLPATO, L. *Entradas e Bandeiras*. São Paulo: Global, 1985.
- Xavier, J. da C. Poxoréo e Garças. *A Saga dos Garimpeiros*. Cuiabá (MT), Edições Calendário do Sol, 1999.
- WÜST, I. *Continuidade e mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. São Paulo: Tese, USP, 1990.
- \_\_\_\_\_. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etnohistóricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 2. 1992. p. 13-26.

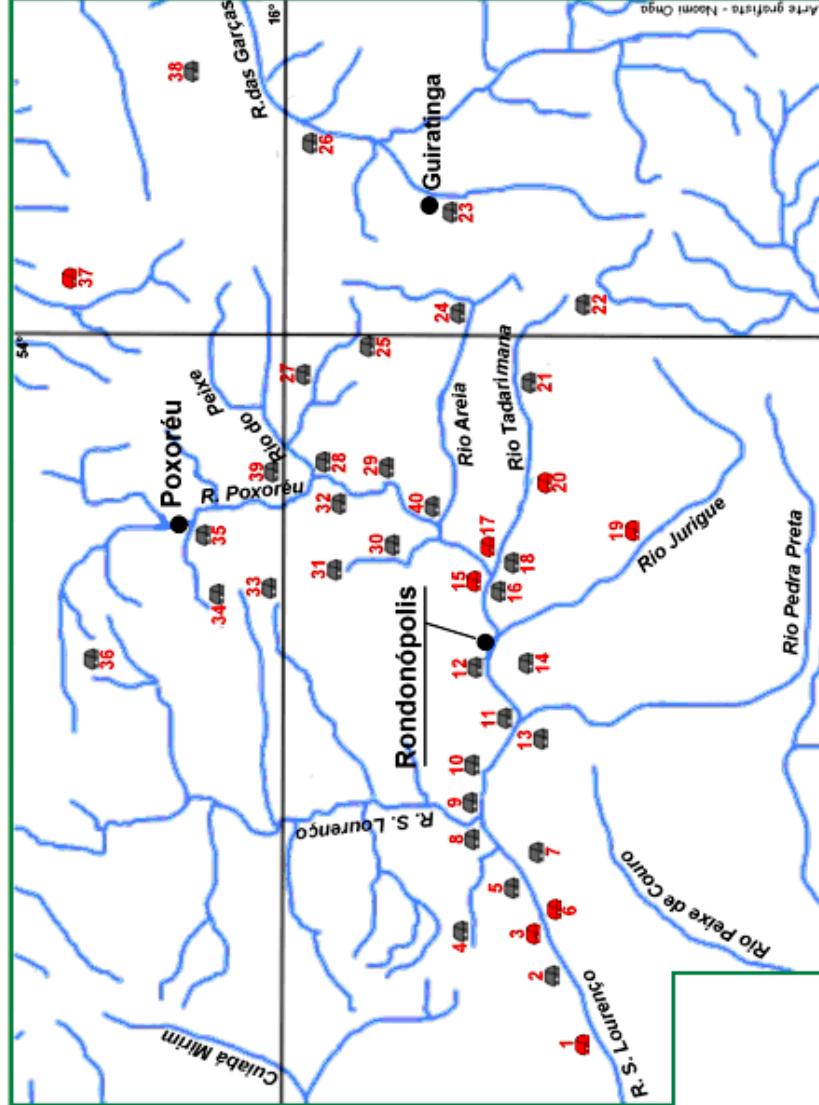
## **ANEXOS**

## Habitat Bororo - Área I

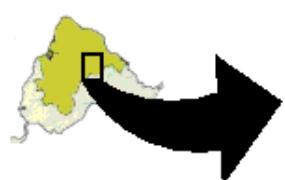
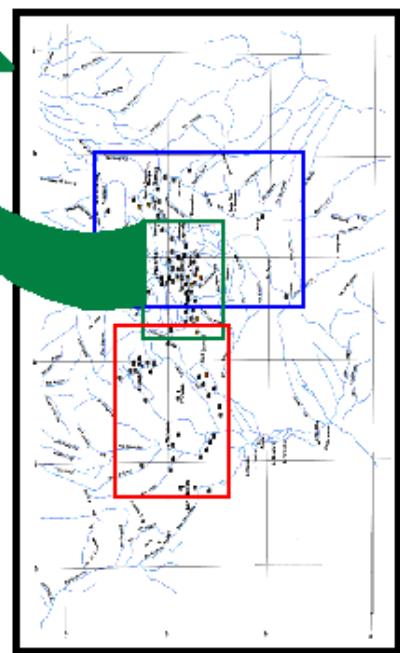


## Habitat Bororo - Área II

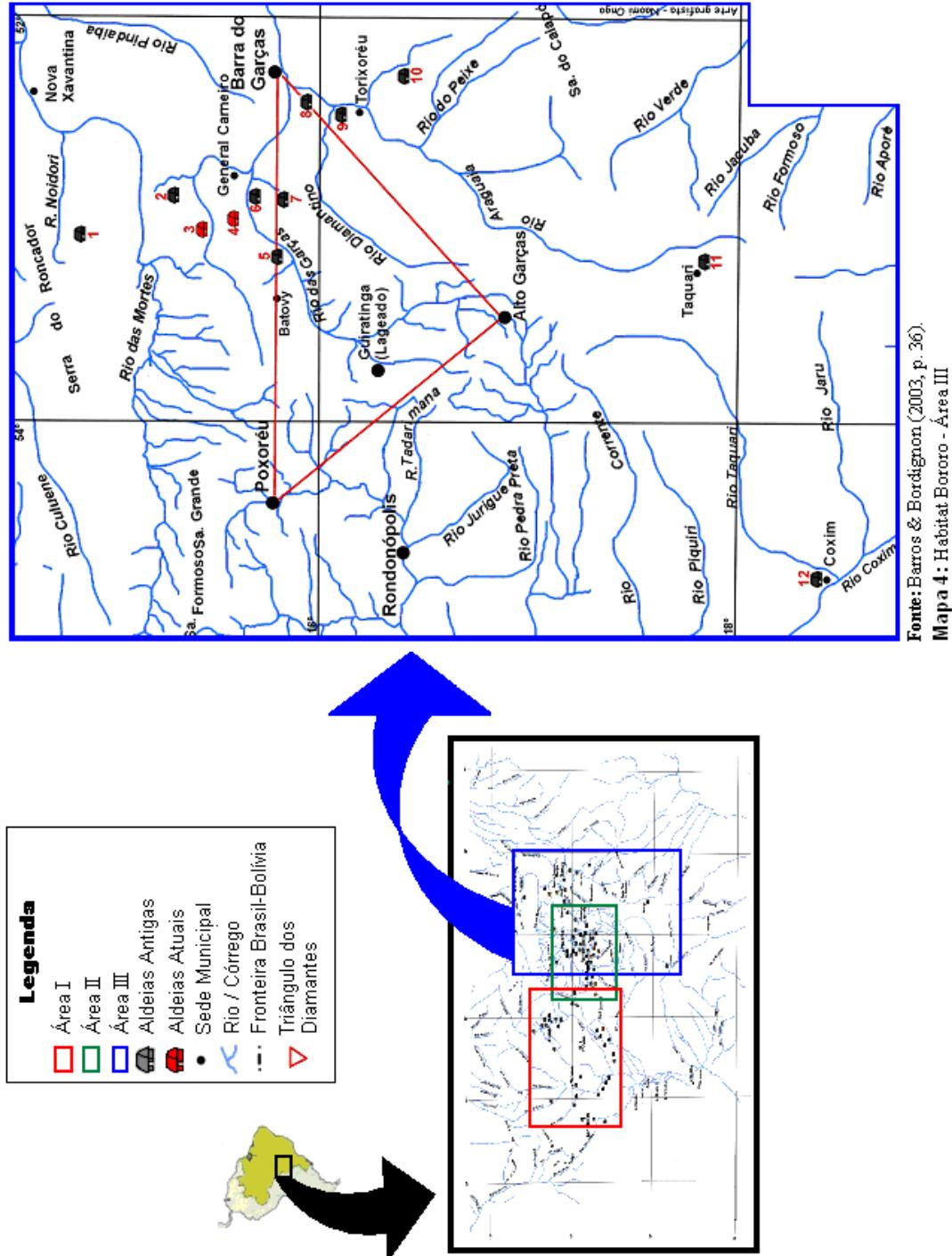
Legenda	
Área I	■
Área II	□
Área III	□
Alderas Antigas	□
Alderas Atuais	●
Sede Municipal	•
Rio / Córrego	←
Fronteira Brasil-Bolívia	—



Fonte: Barros & Bordignon (2003, p. 33).  
Mapa 3: Habitat Bororo - Área II



Habitat Bororo - Área III



**Fonte:** Barros & Bordignon (2003, p. 36).

## Área I

- 1 – Aldeia do Ignácio
- 2 – Aldeia do Joaquim
- 3 – Aldeia Descalvado
- 4 – Aldeia Cambará
- 5 – Aldeia Salinas
- 6 – Aldeia Caramujo
- 7 – Aldeia São Matias
- 8 – Wakuriareado Boróro (Aldeia Pau Seco)
- 9 – Aldeia Limão
- 10 – Aldeia Cabaçal (Jauru)
- 11 – Aldeia Jacobina
- 12 – Ikuiéri Boróro
- 13 – Ikuiebo Boróro
- 14 – Naiabo Boróro
- 15 – Kuogobo Boróro
- 16 – Ipare Ewororo Kuriréu Boróro
- 17 – Ipare Ewororo Biagaréu Boróro
- 18 – Perigára Boróro (Aldeia atual)

- 19 – Barubo Boróro
- 20 – Po Kooreu Boróro (Poconé)
- 21 – Kugarúbo Boróro
- 22 – Meriríbo Boróro
- 23 – Kadogúbo Boróro
- 24 - Ararébo Boróro
- 25 – Tori Páru Boróro
- 26 – Ikuiebo Páru Boróro (Prainha – Cuiabá)
- 27 – Kujibo Páru Boróro (Coxipó)
- 28 – Toroári Boróro (Morro Sto. Antônio)
- 29 – Arigáo Boróro
- 30 – Kiegéri Boróro
- 31 – Aldeia Mimoso
- 32 – Cabaçal (Serra São Vicente) \*
- 33 – Aldeia Velha (Chapada dos Guimarães)

\* Aldeias onde nasceram bororo que ainda estão vivos

**Fonte:** Barros & Bordignon (2003, p. 33).

## Área II

- 1 – Koregédu Páru Boróro (Aldeia atual)
- 2 – Tori Páru Boróro
- 3 – Aldeia Coroado (Aldeia Atual)
- 4 - Báke E'iári Boróro
- 5 – Tugo Páru Boróro (antiga Col. Tereza Cristina)
- 6 – Ipíe Baga Páru Boróro (Aldeia atual)
- 7 – Arua Boróro
- 8 – Pogúbo Ceréu Páru Boróro
- 9 - Poroji Boróro
- 10 – Kejári Boróro ou Boemuga \*
- 11 – Íme E'iáo Páru Boróro
- 12 – Kogodo Boróro
- 13 – Pogobori Boróro
- 14 – Jorígi Páru Boróro
- 15 – Pobóre Rairéu Boróro (Aldeia atual)
- 16 – Tadári Umana Páru Boróro
- 17 – Aldeia Praião (Aldeia atual)
- 18 – Arigáo Boróro
- 19 – Jorígi Boróro (Aldeia atual)
- 20 – Tadári Umana Boróro (Aldeia atual)
- 21 – Aijéri Boróro

- Fonte:** Barros & Bordignon (2003, p. 35).
- 22 – Itubore Boróro
  - 23 – Tóri Páru Boróro \*
  - 24 – Iwodúri Páru Boróro
  - 25 – Iwodúri Boróro
  - 26 – Koitogúru Boróro
  - 27 – Tubore E'iári Boróro
  - 28 – Póbo J'ári Boróro (Paraíso) \*
  - 29 – Aróe J'ári Boróro
  - 30 – Aroejado Boróro
  - 31 – Naburéri Boróro
  - 32 – Jarudóri Boróro \*
  - 33 – Beragúri Boróro
  - 34 – Bace E'iáo Boróro (Poxoréo) \*
  - 35 – Aturaka Páru Boróro (Poxoréo) (= Arua)
  - 36 – Aldeia Água Emendada \*
  - 37 – Kudoro J'ári Boróro (Sangradouro) (Aldeia atual)
  - 38 – Bato Í Boróro
  - 39 – Meao Páru (Aparecidinha) \*
  - 40 – Kogeiao Bororo (Rio Areia) \*

\* Aldeias onde nasceram bororo que ainda estão vivos

## **Aldeias mapeadas por Irmhild Wüst**

1 - Ajere  
2 - Itubore  
3 - Arigao Bororo  
4 - Tadarimana  
5 - Pobore  
6 - Akogo-I-Bororo  
7 - Arareau Paru  
8 - Aroijari Bororo  
9 - Aroejado  
10 - Toroari Bororo  
11 - Bake-e-iari Bororo  
12 - Beraguri Bororo  
13 - Cabaçal  
14 - Ewaibori Bororo  
15 - Colonia Tereza Cristina  
16 - Tugo Paru  
17 - Córrego Grande  
18 - Kejari  
19 - Emejau Paru  
20 - Imedupiuká  
21 - Iwoduri Bororo  
22 - Jarudori  
23 - Jerigi Bororo  
24 - Kadugubo Bororo

25 - Kiegeri Bororo  
26 - Kiogori Bororo  
27 - Kogodo Bororo  
28 - Kiria Bimoso  
29 - Koi Bororo  
30 - Kuiébo Paru  
31 - Kojibo Bororo  
32 - Meriribo Bororo  
33 - Meruri  
34 - Nabureri Bororo  
35 - Okoge-e-iao Paru  
36 - Piebaga  
37 - Pobojari Bororo  
38 - Pobore Rairéu  
39 - Poxoréu  
40 - Pogabori  
41 - Pogubo Bororo  
42 - Pogubo Ceréu Paru  
43 - Puroji Bororo  
44 - Pirigara  
45 - Pokoe-e-iao Bororo  
46 - Tabae Ewororo  
47 - Tori Paru  
48 - Tubore-e-iari Bororo

49 - Tugoribo Paru  
50 - Koitogupu

## **Aldeias Míticas**

51 - Apibobororo  
52 - Tuborebo Bororo  
53 - Kugaribo Bororo  
54 - Ikuieri Bororo  
55 - Ikuiebo Bororo  
56 - Kuogobo Bororo  
57 - Noiabo Bororo  
58 - Ipare Ewororo Kuiréu  
59 - Ipare Ewororo Biagaréu  
60 - Aturua Bororo  
61 - Arigao Bororo (Cuiabá)  
62 - Ararebo Bororo  
63 - Kuidori Bororo  
64 - Kaduo Bororo  
65 - Meribo Bororo  
66 - Toribo Bororo

**Área III**

**Fonte:** Wüst (1990, p. 684); Volume II, *apud* mapa 8.

- 1 – Kiegeri Boróro
- 2 – Aldeia Tachos
- 3 – Meruri Boróro (Aldeia atual)
- 4 – Jakoreúge E’iáo Boróro (Aldeia atual)
- 5 – Rokoe E’iáo Boróro
- 6 – Barigajáo Boróro
- 7 – Aldeia Aracy (General Carneiro)
- 8 – Meríbo Boróro (Barra do Garças)
- 9 – Tugoríbo Páru Boróro (Torixoréu)
- 10 – Toríbo Boróro (Goiás)
- 11 – Ciwabóri Boróro (Taquari)
- 12 – Kaduo Boróro (Coxim)

**Fonte:** Barros & Bordignon (2003, p. 37).

**Mapas 2, 3 e 4 – Habitat Bororo, Área I, II e III.**

O mapa 2, 3 e 4, apresenta o território ocupado pelos Bororo e sua expansão territorial abrangendo e delimitando as áreas I, II e III. As 85 aldeias registradas por Barros & Bordignon, entre elas antigas e as atuais, foram levantadas por meio de fontes etnohistóricas e relatos dos próprios índios.

Conforme já disseram Barros & Bordignon (2003, p. 37) [...] *Temos certeza absoluta que são muito mais (aldeias) e que é necessário aprofundar ainda mais as pesquisas.* A exemplo, as várias aldeias em Goiás, nas proximidades das cidades de Mineiros, Rio Verde, Jataí (*Jatugo-Í*, pé de cajazinho) e *Iporá* (madeira dura), e também na região de Coxim (*Cócio-Í*, pé de caju). Segundo consta nos documentos do arquivo do Estado de Mato Grosso, estes Bororo faziam incursões até Maracaju e até a margem direita do Rio Paraná.

As áreas I, II e III, apresentadas consecutivamente nos mapas 2, 3 e 4, ilustram com melhor definição a localização as aldeias e rios, podendo ser observado que a maioria delas estão situadas próximo dos maiores cursos d’água, e as que fogem deste padrão são resultado do contato direto com os não-índios.

É possível observar nestes mapas a distinção entre as aldeias atuais e as antigas, perante a coloração vermelha para as atuais e cinza para as antigas. As sedes municipais próximas das aldeias recebem destaque, e as aldeias podem ser identificadas e localizadas perante a numeração.

O trabalho desenvolvido por estes autores é um relatório de 437 páginas de estudos sócio-históricos e antropológicos prévios da Terra Indígena Jarudóri, localizado no município de Poxoréu/MT. Foi apresentado à Fundação Nacional do Índio, na finalidade de produzir subsídios para procedimentos jurídicos que viabilizem a reintegração de posse aos índios e o domínio da União. Apresenta sensos; levantamento histórico; estudos etnohistóricos dos Bororo de Jarudóri; informações arqueológicas sobre a área de Jarudóri; descrição da situação atual de invasão de não-índios na terra indígena.

## DESVENDANDO O MITO DA MINA DOS MARTÍRIOS

Um rio com amostras de ouro em suas margens, os meninos Antônio Pires de Campos, com 14 anos, filho de Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, o futuro Anhanguera<sup>75</sup>, brincavam com pepitas de ouro, e acompanhavam os pais, chefes das bandeiras que se encontravam em pleno sertão.

Em direção ao nordeste, saindo da Serra da Canastra, os bandeirantes comandados por Manoel de Campos Bicudo, navegavam o grande e caudaloso Rio Paraupava.

Este rio guardava um quê de mistério, figuras amorfas e inexplicáveis estavam gravadas em umas pedras às margens desse rio, logo esses homens surpresos encontraram uma explicação religiosa: figuras entalhadas nas rochas simbolizando as chagas de Cristo, pregos, martelos, lanças, coroa de espinho, escada e outras figuras completando o martírio de Cristo na cruz. Daí, as Minas dos Martírios.

Em pouco tempo a notícia das minas se espalhou e virou lenda. Antônio Pires de Campos tentou refazer o caminho em 1718, mas com a captura fácil dos Coxiponé desistiu de reencontrar os Martírios.

Com o passar dos séculos, muita gente foi ao Mato Grosso a procura das lendárias minas, inclusive cientistas estrangeiros, com finalidade estritamente científica, foram incriminados pelos cuiabanos de veladamente estavam procurando as Minas dos Martírios. Como é o caso de Castelnau, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich e outros.

Muitos homens importantes foram obcecados pelos Martírios, várias empresas e grupos associados tendo tanta certeza da existência dessa lenda, investiram em sua descoberta até os fins do século XIX. Mas nunca acharam as minas.

O historiador paulista Manoel Rodrigues Ferreira, por volta de 1945, identificou que o Rio Paraupeva do século XVII era o atual Araguaia. Em 1950 chefiou uma expedição ao Rio Araguaia, descobrindo em suas margens, umas inscrições rupestres de difícil interpretação etnológica, identificadas antes como os instrumentos do martírio de Cristo na cruz. Desvendado o mistério dos Martírios, voltaram para São Paulo sem encontrar nenhuma mina nem ouro (Roteiros Vários às Minas dos Martírios. Cuiabá: IHGMT, 2002).

---

<sup>75</sup> Termo que na língua guarani quer dizer *diabo que foi*.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, agosto de 2005.

LISANDRA ZAGO